



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

ANDRESSA RUTH SOUSA SANTOS

**INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL E O DESEMPENHO DAS FIRMAS
BRASILEIRAS E EUROPEIAS**

FORTALEZA
2018

ANDRESSA RUTH SOUSA SANTOS

**INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL E O DESEMPENHO DAS FIRMAS
BRASILEIRAS E EUROPEIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará válida como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Carvalho de Vasconcelos

Banca examinadora:
Prof.^a Dr.^a Márcia Martins Mendes De Luca
Prof.^a Dr.^a Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

FORTALEZA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S233i Santos, Andressa Ruth Sousa.
INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL E O DESEMPENHO DAS FIRMAS BRASILEIRAS
E EUROPEIAS / Andressa Ruth Sousa Santos. – 2018.
96 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,
Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Alessandra Carvalho de Vasconcelos.

1. Inovação. 2. Responsabilidade social corporativa. 3. Visão baseada em recursos. 4. Vantagem
competitiva. 5. Desempenho empresarial. I. Título.

CDD 658

ANDRESSA RUTH SOUSA SANTOS

**INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL E O DESEMPENHO DAS FIRMAS
BRASILEIRAS E EUROPEIAS**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Administração e Controladoria.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Alessandra Carvalho de Vasconcelos (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dra. Márcia Martins Mendes De Luca
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dra. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
Universidade de Federal de Minas Gerais (UFMG)

FORTALEZA
2018

DEDICATÓRIAS

Dedico essa dissertação aos meus avós Maria e Ledmar por todo amor e cuidado. Isso sempre será mais importante do que qualquer riqueza material.

Ao meu amigo Ítalo Carlos, pelo companheirismo e motivação.

AGRADECIMENTOS

“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore, nem se desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”. Josué 1:9

Foram essas palavras que antecederam a minha inscrição nesse mestrado, e desde então eu soube que receberia de Deus muito mais do que um título acadêmico. Sou infinitamente grata à Deus por sua boa, perfeita e agradável vontade estar se realizando na minha vida.

Esse tempo foi essencial para reestabelecer laços familiares. Minha família foi o meu suporte emocional e financeiro para a realização desse sonho. Aos meus pais, Quirino e Ozilda, serei sempre grata por todo amor e cuidado.

Mesmo de longe, todos os dias eu fui alcançada pelas orações dos meus avós Maria e Ledmar. Os meus irmãos Ricardo, Sâmia e Samuel trouxeram a leveza necessária para enfrentar todas as situações. Ganhei mais uma mãe chamada Solange que cuidou de mim com muito carinho e dedicação. Impossível não crer que a família é um projeto de Deus.

Acredito que o maior suporte que alguém pode receber na vida são as orações. Eu tenho duas intercessoras, amigas e companheiras de profissão. Juliete e Úrsula, perdão pela ausência e obrigada pelas orações, conversas, conselhos e risadas.

Não tenho dúvidas que Deus seleciona todas as pessoas que entram na minha vida, nenhum deles foi por acaso. Everlene, Jeniffer, Jacinta, Marusa, Fleck, Ivelty e Zé: sem vocês teria sido muito mais difícil. Em especial, não só agradeço, mas dedico essa conquista ao meu fiel companheiro Ítalo Carlos. Sinceramente, não encontro palavras para descrever o que você representa pra mim, apenas muito obrigada por tudo.

Como costumo dizer: o mundo é uma ervilha de tão pequeno. A Profa Alessandra orientou meu orientador de graduação e hoje estou aqui para agradecer sua orientação no mestrado. Sem o seu apoio e dedicação, jamais teria conseguido concluir essa etapa em tempo recorde. Sei que Deus preparou esse nosso tempo.

Assim como o Rei Davi, sinto que estou em meio a grandes guerreiros aprendendo a lutar. Sou grata por todas as contribuições das professoras Marcia de Luca, Jacqueline Cunha e Silvia Pedro durante a realização dessa pesquisa. Grata também a todos os professores e servidores que compõe o PPAC.

“Sei que a bondade e a fidelidade do Senhor me acompanharão todos os dias da minha vida e habitarei na casa do Senhor enquanto eu viver”. Salmos 23:6

“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso. Não se apavore, nem se desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”.

Josué 1:9.

RESUMO

O processo de adaptação estratégica das firmas, visando à adequação a demandas contextuais de competitividade, atrai a atenção para a literatura sobre gestão, especificamente no que tange à conversão da estratégia em vantagem competitiva e melhoria de *performance*. Diante desse cenário, as empresas devem adotar estratégias competitivas, com a finalidade de alcançar o sucesso desejado. Dentre essas estratégias, destacam-se a inovação e a responsabilidade social corporativa. O arcabouço teórico da Visão Baseada em Recursos (RBV) põe a competência e a idiosincrasia organizacional como variáveis de distinção entre as empresas. Assim, é razoável supor que a gestão dos recursos e a estratégia a ela atrelada podem alavancar o retorno da empresa, devido à diferenciação. Com base na RBV, a inovação e a incorporação das responsabilidades ambientais e sociais facilitam a consecução de distinção das empresas no mercado e podem ser referidas como potenciais fatores estratégicos, contribuindo para o incremento de vantagens competitivas. Buscando verificar semelhanças e divergências entre atividades inovativas e socioambientais realizadas no Brasil e em países desenvolvidos, formula-se, então, o seguinte questionamento: Qual a relação entre as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa e o desempenho das empresas no Brasil e Europa? Nesse contexto, o estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa e o desempenho das empresas no Brasil e Europa. Trata-se de pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, reunindo uma amostra de 160 empresas industriais brasileiras e europeias, listadas na B3 e na Nyse Euronext, respectivamente, que divulgam as informações necessárias para a análise de dados. Os dados foram extraídos de fontes secundárias, como demonstrações financeiras, além de bases de dados socioeconômico-financeiros, como a Thomson Reuters® e CSRhub®, totalizando 686 observações. Para o alcance dos objetivos propostos, foram aplicadas técnicas multivariadas de dados, como Teste de Diferenças entre Médias, Regressão Logística e Regressão Linear Múltipla com dados em painel, abrangendo a análise do período de 2013 a 2017. Os resultados indicam que há diferenças significativas nas estratégias de inovação e RSC entre as empresas brasileiras e europeias. Quanto à relação dessas estratégias com o desempenho empresarial, apenas a inovação quando mensurada por meio do indicador *Environment Innovation* apresentou influência no desempenho de mercado tanto das empresas brasileiras como europeias. Quando analisado o efeito das demais estratégias de inovação e RSC, não foi possível identificar a existência de qualquer relação com o desempenho, na análise conjunta das firmas brasileiras e europeias. Nas análises individuais, os resultados foram distintos, onde os gastos com P&D apresentaram influência positiva no desempenho de mercado das empresas europeias, e as práticas de responsabilidade social apresentaram influência positiva no desempenho de atividade operacional nas empresas brasileiras e no desempenho de eficiência operacional nas empresas europeias. Conclui-se que, de forma geral, dada as especificações do contexto econômico, os investimentos em inovação e RSC podem ser importantes fontes de vantagem competitiva. Entretanto, é necessário ressaltar que os resultados dessa pesquisa apresentam achados inconclusivos acerca da relação entre os constructos, corroborando alguns estudos nacionais e internacionais que apontam ausência dos efeitos da inovação e da RSC no desempenho empresarial, contrariando os pressupostos da RBV.

Palavras-chave: Estratégia empresarial. Inovação. Responsabilidade social corporativa. Visão baseada em recursos. Vantagem competitiva. Desempenho empresarial.

ABSTRACT

The process of strategic adaptation of firms, aiming to adapt the demands of contextualization of competitiveness, attract attention to management literature, is better than the transition strategy in competitiveness and performance improvement. Given this scenario, companies must adopt competitive strategies, with a goal of success or success desired. Among these strategies, innovation and corporate social responsibility stand out. The theoretical framework of Resource Based View (RBV) is a practice and an organizational idiosyncrasy as a distinction between the companies. Thus, it is useful to have resource management and a strategy that can leverage the company's return due to differentiation. Based on the RBV, an innovation and incorporation of environmental and social laws can be carried out in a discretionary manner, with incentive to the growth of competitive benefits. In order to verify similarities and divergences between innovative and socioenvironmental activities carried out in Brazil and in developed countries, the following question is formulated: What is the relationship between innovation strategies and corporate social responsibility in the performance of companies in Brazil and Europe? In this context, the study aims to analyze the relationship between innovation strategies and corporate social responsibility in the performance of companies in Brazil and Europe. This is a descriptive research of a quantitative nature, bringing together a sample of 160 Brazilian industrial companies listed in B3 and the European industrial companies listed on the NYSE Euronext, which disseminate the necessary information for data analysis. Data were extracted from secondary sources, such as financial statements, as well as socioeconomic-financial databases, such as Thomson Reuters® and CSRhub®, totaling 686 observations. In order to reach the proposed objectives, multivariate data techniques were applied, such as Test of Differences Between Means, Logistic Regression and Multiple Linear Regression with panel data, covering the analysis of the period from 2013 to 2017. The results of the research indicate that there are significant differences in the strategies of innovation and CSR between Brazilian and European companies. As for the relationship of these strategies to business performance, only innovation when measured through the Environment Innovation indicator had an influence on the market performance of both Brazilian and European companies. When analyzing the effect of the other strategies of innovation and CSR, it was not possible to identify the existence of any relationship with performance in the joint analysis of Brazilian and European firms, suggesting that the effects of these two strategies would take a longer time to be identified. In the individual analyzes, the results were different, where R & D spending had a positive influence on the market performance of European companies, and social responsibility practices had a positive influence on the performance of operational activity in Brazilian companies and the performance of operational efficiency in companies European countries. It is concluded that in general, given its economic context, investments in innovation and CSR can be important sources of competitive advantage. However, it is necessary to point out that the results of this research present inconclusive findings about the relationship between the constructs, corroborating some national and international studies that point out the absence of the effects of innovation and CSR on corporate performance, contrary to RBV assumptions.

Keywords: Business strategy. Innovation. Corporate social responsibility. Resource-based view. Competitive advantage. Firm performance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis de inovação.....	50
Quadro 2 – Variável de Responsabilidade Social Corporativa	51
Quadro 3 – Descrição das dimensões de desempenho empresarial para a pesquisa	51
Quadro 4 – Variáveis de controle	52
Quadro 5 – Variáveis endógenas	54
Quadro 6 – Variáveis exógenas	55
Quadro 7 – Síntese metodológica.....	55
Quadro 8 – Confronto das hipóteses com os achados da pesquisa.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Construção amostral da pesquisa.....	49
Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis de inovação	56
Tabela 3 – Estatística descritiva da variável de RSC	57
Tabela 4 – Teste de Mann-Whitney para as variáveis de inovação.....	58
Tabela 5 – Teste de Mann-Whitney para a variável de RSC.....	59
Tabela 6 – Estatística descritiva das variáveis de desempenho.....	60
Tabela 7 – Regressão logística – Inovação.....	61
Tabela 8 – Regressão logística – RSC.....	63
Tabela 9 – Efeitos da inovação no desempenho de atividade operacional.....	64
Tabela 10 – Efeitos da inovação no desempenho de eficiência operacional.....	65
Tabela 11 – Efeitos da inovação no desempenho de mercado	66
Tabela 12 – Efeitos da inovação no desempenho de lucratividade - ROA	67
Tabela 13 – Efeitos da inovação no desempenho de lucratividade - ROE.....	67
Tabela 14 – Efeitos da RSC no desempenho de atividade operacional.....	69
Tabela 15 – Efeitos da RSC no desempenho de eficiência operacional.....	70
Tabela 16 – Efeitos da RSC no desempenho de mercado	71
Tabela 17 – Efeitos da RSC no desempenho de lucratividade - ROA	71
Tabela 18 – Efeitos da RSC no desempenho de lucratividade - ROE.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Inovação, Responsabilidade Social e RBV	27
Figura 2 – Modelo conceitual do estudo	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAI	Aversão à Incerteza
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
CAPM	Capitalização de Mercado
CON	Variáveis de Controle
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRESC	Crescimento
CSR	<i>Corporate Social Responsibility</i>
DEA	<i>Data Envelopment Analysis</i>
DES	Desempenho
DFIN	Desenvolvimento Financeiro
DFP	Demonstrações Financeiras Padronizadas
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
END	Fatores Endógenos
ENDT	Endividamento Total
EUA	Estados Unidos da América
EXO	Fatores Exógenos
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IND	Individualismo
INOV_AII	Inovação via Ativos Intangíveis de Inovação
INOV_EI	Inovação via <i>Environment Innovation</i>
INOV_P&D	Índice de Inovação
MKB	<i>Market-to-Book</i>
MQO	Mínimos quadrados ordinários
OECD	<i>Organizational for Economic Co-operation and Development</i>

P&D	Pesquisa & Desenvolvimento
POLS	<i>Pooled Ordinary Least Squares</i>
RBV	<i>Resource Based View</i> (Visão Baseada em Recursos)
ROA	Retorno sobre o Ativo
ROE	Rentabilidade
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
TAM	Tamanho
VIF	<i>Variance Inflation Factor</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Contextualização	15
1.2 Problema de estudo.....	19
1.3 Objetivos.....	20
1.3.1 Objetivo geral	20
1.3.2 Objetivos específicos.....	20
1.4 Justificativa.....	21
1.5 Estrutura do estudo	22
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1 Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV)	24
2.2 Estratégias de Inovação	27
2.3 Estratégias de Responsabilidade Social Corporativa.....	33
2.4 Desempenho Empresarial e suas múltiplas dimensões.....	37
2.5 Estudos empíricos relacionados e formulação das hipóteses	40
2.5.1 Inovação e responsabilidade social corporativa: economias emergentes <i>versus</i> economias desenvolvidas	41
2.5.2 Inovação e desempenho empresarial	44
2.5.3 Responsabilidade social corporativa e desempenho empresarial	45
2.6 Proposta de modelo teórico-conceitual.....	47
3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	49
3.1 Tipologia da pesquisa	49
3.2 População e amostra do estudo.....	49
3.3 Variáveis de estudo, procedimentos de coleta e tratamento dos dados	50
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	57
4.1 Análise descritiva e comparativa das variáveis do estudo.....	57
4.2 Análise dos fatores determinantes para inovação e RSC	62
4.3 Análise dos efeitos da inovação e da RSC no desempenho das empresas	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – EMPRESAS DA AMOSTRA	93

1 INTRODUÇÃO

Esta primeira seção tem como propósito explicar, de maneira abrangente, o cenário no qual se insere a presente pesquisa, além de evidenciar as motivações e/ou lacunas constantes na literatura que direcionam sua realização. Deste modo, encontra-se disposta a seguir, inicialmente, breve contextualização acerca das principais temáticas constituintes deste estudo que culmina com a emergência do questionamento norteador desta pesquisa. Na sequência, apresenta-se a problemática do estudo, bem como, enumeram-se objetivos, o geral e os específicos, contribuintes à resolução da questão levantada. A seguir, encontra-se a divisão destinada à justificativa, motivação e contribuições. Nela estão reunidas algumas das implicações da presente investigação, nas searas acadêmica e profissional, conjuntamente, convertidas na descrição dos aspectos relativos à sua relevância na área das Ciências Sociais Aplicadas. Para desfecho desta seção acrescentou-se ainda um breve detalhamento da estrutura da pesquisa, contemplando-se assim seus principais aspectos.

1.1 Contextualização

Segundo Porter (1996), as empresas se utilizam de um conjunto de estratégias competitivas direcionadas para liderança em custo, diferenciação de mercado e foco em atividades. Essa conjuntura determina o grau de vantagens competitivas, que, na visão de Prahalad e Hamel (1990), é determinado pela relação de interdependência das competências organizacionais. Entende-se por estratégias competitivas os meios, os cursos de ação e as iniciativas utilizadas pelas empresas para alcançar seus objetivos, condicionadas aos recursos disponíveis e às condições do ambiente de negócios (MORAES; FLORÊNCIO; OMAKI, 2001).

O sucesso das empresas começa a ser definido a partir da integração de conceitos como: qualidade gerencial, administração do meio ambiente, inovação, reputação da marca, lealdade dos consumidores, ética corporativa e retenção de talentos (LÓPEZ; GARCÍA; RODRIGUEZ, 2007). Desse modo, medidas derivadas desses conceitos são consideradas estratégias adequadas para conduzir a uma melhor gestão e, conseqüentemente, promover efeitos no desempenho empresarial.

O crescimento da concorrência, principalmente com o advento da Revolução Industrial, fez com que as firmas tivessem mais dificuldades em estabelecer os seus rumos e exercer sua capacidade de empreender para estruturar e compor um conjunto de fatores internos e externos que garantisse a sobrevivência e o desempenho em um mercado

competitivo e globalizado. As estratégias empresariais se voltam para estes objetivos, buscando combinar e aplicar os recursos existentes direcionados para a consecução da sua meta, ou seja, visando a criar vantagens competitivas dentro deste ambiente concorrencial.

Dessa forma, acrescenta-se que a estratégia é uma maneira para se atingir uma vantagem competitiva, devido ao posicionamento da empresa no mercado e ao conhecimento da cadeia de valor. A estratégia competitiva de uma empresa descreve como ela compete no âmbito do seu mercado, na qual cada empresa utiliza sua própria estratégia exclusiva com o intuito de conseguir desempenho superior, seja em termos de liderança de custo e/ou diferenciação e inovação nos seus produtos ou serviços em relação aos seus concorrentes (BLOCK et al., 2015; PORTER, 1985).

Dentre as estratégias voltadas para garantir a manutenção das vantagens competitivas, a permanência no mercado e o aumento dos ganhos, destacam-se a valorização do uso de recursos intangíveis, mais especificamente através de seu potencial inovativo (BARTOLONI, 2013; O'BRIEN, 2003; TEH; KAYO; KIMURA, 2008), e a responsabilidade social corporativa (RSC) (RHOU; SINGAL; KOH, 2016), adotada quando a empresa passa a se preocupar com a influência de suas ações na sociedade como forma de manter e/ou ampliar suas vantagens competitivas (NEJATI; GHASEMI, 2012; PÄTÄRI et al., 2014).

Nesse cenário, a estratégia empresarial vincula-se à capacidade de adaptação às novas necessidades do mercado e contínuo processo de evolução direcionando as escolhas da organização para aspectos mais dinâmicos e competitivos. O desafio é criar condições para que atividades inovadoras atendam às demandas dos diferentes setores da sociedade e fortaleçam o desempenho das empresas.

O cenário atual exige que as inovações não apenas gerem resultados econômicos, mas também sociais e ambientais positivos, o que não é fácil de fazer, dadas as incertezas que as inovações trazem, principalmente quando são radicais ou com elevado grau de novidade em relação ao estado da arte. Segundo Luo e Du (2015), os efeitos econômicos são relativamente fáceis de prever, pois há uma enorme quantidade de instrumentos desenvolvidos para isso, porém os efeitos sociais e ambientais são mais difíceis de serem avaliados previamente, pois envolvem muito mais variáveis, incertezas e interações. Acumula-se, portanto, duas características essenciais às empresas: ser inovadora e orientada para a responsabilidade social (SAMBIASE; FRANKLIN; TEIXEIRA, 2013).

Segundo Barbieri et al. (2010), essa compreensão de empresas inovadoras e orientadas para a RSC pode entrar em discordância, uma vez que inovar pode representar a degradação

sistemática do meio ambiente e da vida social. Uma organização inovadora e responsável somente institui novidades que atendam as dimensões sociais, ambientais e econômicas, dessa forma, produzindo resultados positivos para ela, para a sociedade e para o meio ambiente. Esse tipo de organização busca vantagem competitiva desenvolvendo produtos, serviços, processos e negócios, novos ou modificados, com base nas dimensões social, ambiental e econômica (BARBIERI et al., 2010).

As abordagens tradicionais de inovação em geral focalizam um reduzido grupo de partes interessadas (*stakeholders*), como fornecedores, clientes, investidores e órgãos reguladores, e as análises consideram os impactos da inovação sobre essas partes. Analisar as estratégias de inovação e RSC nas empresas proporciona uma lista ampla de partes interessadas, incluindo a comunidade local e grupos ativistas de várias causas, tais como ambientalistas, antiglobalização, direitos dos animais, entre outros (ARANHA; GARCIA, 2013).

Esta pesquisa adota o conceito de inovação de acordo com a *Organization for Economic Cooperation and Development* – OECD (2010), que define inovação como a introdução de um produto, novo ou aperfeiçoado significativamente, ou um processo, novo método de *marketing*, ou ainda um novo método organizacional nas práticas de negócio, na organização do local de trabalho, ou nas relações externas. Por seu turno, RSC é conceituada como o compromisso que as empresas assumem com a sociedade em benefício do desenvolvimento sustentável promovendo o equilíbrio entre crescimento econômico e bem-estar social (CASTRO; BECERRA, 2012).

Apresenta-se consolidada na literatura a percepção de que a estruturação de arranjos organizacionais, e também das estratégias, necessariamente pressupõe que a empresa conceba e interprete o cenário econômico no qual figura como um dos seus agentes construtores e modificadores (JACOMETTI; BULGACOV, 2012; JACOMETTI; SANCHES; GONÇALVES, 2013; KNIGHT; LIESH, 2016; ROSSETO; ROSSETO, 2005; SAMIMI; JENATABADI, 2014). A adaptação estratégica, todavia, não se faz no cerne das discussões em torno do processo, mas sim na etapa de conversão do voluntarismo adaptativo para a edificação de vantagens competitivas resultantes em ascensão da *performance*.

Dentre as teorias que poderiam sustentar a argumentação proposta neste estudo, a Visão Baseada em Recursos (*Resource-Based View* – RBV) demonstra-se mais adequada. Segundo Barney (1991), essa teoria põe a competência e a idiosincrasia organizacional como variáveis de distinção entre as empresas. Nessa abordagem, a natureza dos recursos, as

competências e os conhecimentos acumulados são as principais causas da variação observada no desempenho da empresa, resultante das diferentes trajetórias experimentadas (BARNEY, 1991; PENROSE, 1959; WERNERFELT, 1984). Como essas características são de difícil replicação, aquisição e substituição, cria-se o potencial para o estabelecimento de vantagens competitivas (BARNEY, 1991), que podem dar origem ao desempenho superior e sustentável, até que as empresas concorrentes obtenham um conjunto de recursos equivalentes (CARVALHO; KAYO; MARTIN, 2010).

À luz da RBV, é razoável supor que a gestão de recursos e a estratégia a ela atrelada podem alavancar o retorno da firma, devido à diferenciação. Assim, tanto a inovação (BLOCK et al., 2015; BURLAMARQUI; PROENÇA, 2003; CRUZ, 2007; GIFFORD, 1992; SANTOS et al., 2014; VARGAS, 2015) quanto a RSC (HART, 1995; LAMEIRA et al., 2013; RHOU; SINGAL; KOH, 2016) podem ser aferidas como potenciais fatores estratégicos capazes de afetar o desempenho da organização. A RBV, base teórica que fundamenta esta investigação, dá respaldo à argumentação de um desempenho multidimensional, representativo da vantagem competitiva.

A empresa obtém maior lucratividade ao se apropriar de rendas oriundas da aplicação de recursos específicos e, em especial, inerentes ao perfil estratégico, no que tange à prospecção de criação de valor, incluindo-se os recursos necessários às atividades de inovação e à adoção de postura socioambiental (FLEURY; FLEURY, 2003; TEECE; PISANO; CHUEN, 1997).

Barney e Hesterly (2007) e Carvalho, Kayo e Martin (2010) asseguram que a empresa tem vantagem competitiva quando suas ações criam valor econômico maior do que os das suas competidoras. Além disso, os autores relacionam a vantagem competitiva ao desempenho, ao afirmar que a obtenção de desempenho acima do normal indica vantagem competitiva.

Welzel (2012) adverte que as empresas que implementam a RSC de forma estratégica alicerçam seu processo de desenvolvimento e adoção de estratégias em princípios econômicos, éticos e ecológicos, buscando alcançar o status de empresa sustentável. No mesmo sentido, Torugsa, O'Donohue e Heckre (2012) comentam que os estudos sobre estratégia defendem o engajamento em RSC proativa como uma ação de criação de valor a partir da qual uma vantagem competitiva pode ser derivada.

Diante da importância dos temas, alguns estudos evidenciam que os investimentos em inovação têm relação positiva com o desempenho empresarial, seja com base em indicadores

tradicionais ou modernos, seja pelo desempenho superior e persistente (BLOCK et al., 2015; FLEURY; FLEURY, 2003; JEFFERSON et al., 2003; LEE; CHEN, 2009; PEREZ; FAMÁ, 2006; QUEIROZ, 2009). Conforme advertem Brito, Brito e Morganti (2009), embora a relação entre a inovação e o desempenho esteja conceitualmente estabelecida, esse esforço de comprovação empírica ainda não trouxe resultados conclusivos. Amparados pela teoria da VBR, Cho e Pucik (2005) argumentam que mesmo que a inovação atue como mediadora do crescimento da firma, sozinha, ela não é suficiente na promoção da rentabilidade. Há indícios ainda de que a relação entre a inovação e o desempenho é negativa (BRITO; BRITO; MORGANTI, 2009; HITT; HOSKISSON; KIM, 1997; SANTOS et al., 2014).

Alguns estudos têm evidenciado uma relação entre a RSC e o desempenho, com resultados dispersos (CASTRO; BECERRA, 2012; CRISÓSTOMO; FREIRE 2015; MICHELON, 2011; NEAL; COCHRAN, 2008; WADDOCK; GRAVES, 1997). De modo semelhante aos estudos sobre inovação, a literatura indica que a relação entre a RSC e o desempenho financeiro da firma pode ser negativa ou mesmo não ter relação (HOLLANDA et al., 2011; MADORRAN; GARCIA, 2016).

Em geral, as justificativas para as assimetrias nos resultados das pesquisas sobre as temáticas estão relacionadas especialmente à base de dados/amostra, aos setores analisados, e aos procedimentos estatísticos ou tratamento dos dados/variáveis. Essas divergências motivam a continuidade desses estudos como forma de contribuir para a formação de um melhor entendimento dos efeitos da inovação e da RSC no desempenho, considerado relevante para o meio corporativo. Adicionalmente, a divergência de resultados pode ser decorrente da utilização de apenas um fator estratégico e do seu efeito no desempenho corporativo. Assim, a consideração de múltiplas estratégias, inovação e RSC, pode ser relevante para, de fato, encontrar uma potencial relação com o desempenho da firma.

Levando em conta essa incerteza, este estudo investigará a relação entre a inovação e a RSC e o desempenho multidimensional nas empresas industriais brasileiras e europeias listadas na B3 e na Nyse Euronext, respectivamente. A ideia de realização desta investigação se deve ao interesse em se compreender o processo adaptativo das empresas diante de demandas contextuais estratégicas diferentes. Assim, além de empresas brasileiras, este estudo expande a ótica de análise às empresas europeias, sob a argumentação de que, devido a diferenças de ordens econômica e institucional, as empresas de diferentes países demonstram características particulares em termos de inovação e responsabilidade socioambiental. Dentre os estudiosos que sinalizam haver distinções de acordo com a conjuntura do país, destacam-se

Arruda, Vermulm e Hollanda (2006), Fernandes, Ferreira e Raposo (2013), Melo et al. (2017), Nascimento (2012), Oliveira et al. (2012), Pereira (2009), Rauen e Furtado (2014) e Ribeiro, Van Bellen e Carvalho (2011).

Dessa forma, na pesquisa pressupõe-se que os investimentos em inovação têm propriedade para modificar o desempenho das empresas, e, não obstante, pressupõe-se que as empresas com práticas de responsabilidade social corporativa apresentam um desempenho diferente das demais empresas. Portanto, de alguma forma, a implementação dessas estratégias competitivas, afeta o desempenho das empresas, o que motiva a consecução do estudo proposto.

1.2 Problema de estudo

Sabe-se que a definição estratégica se mostra fundamental à sobrevivência de uma empresa (OLIVEIRA; TATTO, 2012), haja vista que através da estratégia a firma pode conquistar posicionamento competitivo favorável no mercado (PORTER, 1985). Diante disso, desconsiderar o caráter determinístico do ambiente externo, caracterizado pela mutabilidade, descontinuidade, turbulência e complexidade, poderá ser sinônimo de fracasso da empresa. Em outras palavras, nesse cenário de acirramento da competição, faz-se necessário monitorar, interpretar e, em seguida, implementar estratégias capazes de absorver e melhor responder às incongruências desse contexto, convertendo-as em vantagens competitivas (BATAGLIA et al., 2009; BORENSTEIN, 1999; PEREIRA et al., 2010b; ROSSETO; ROSSETO, 2005).

Levando-se em conta o contexto do estudo que aponta divergências nos achados entre atividades inovadoras e socioambientais realizadas no Brasil e em países desenvolvidos, busca-se responder ao seguinte questionamento: Qual a relação entre as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa e o desempenho das empresas no Brasil e Europa?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

A presente pesquisa tem como objetivo geral, por conseguinte, analisar a relação entre as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa e o desempenho das empresas no Brasil e Europa.

1.3.2 Objetivos específicos

Para viabilizar o alcance do objetivo geral do estudo, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Comparar as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras e europeias;
- b) Analisar o comportamento do desempenho operacional e financeiro das empresas brasileiras e europeias; e
- c) Examinar os fatores determinantes das estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa nas empresas do Brasil e da Europa, incluindo-se fatores endógenos, associados a atributos das empresas, e fatores exógenos associados ao entorno de mercado e cultural.

1.4 Justificativa

Lastreado nos preceitos da RBV, este estudo se diferencia dos demais ao investigar dois perfis estratégicos (inovação e RSC) em conjunturas econômicas distintas. As características nacionais, conforme a literatura já mencionada, podem ser determinantes no processo de definição do perfil estratégico e ainda são raras as pesquisas que trabalham os temas em questão considerando a multidimensionalidade do desempenho, a utilização de diferentes estratégias competitivas e que tratem de questões culturais de empresas pertencentes a diferentes países.

A análise ora proposta se mostra pertinente, principalmente por considerar contextos diferenciados, devido às distinções emergentes do cenário econômico e institucional quanto à inovação (ARRUDA; VERMULM; HOLLANDA, 2006; CRUZ; SOUZA, 2004; FURTADO; CARVALHO, 2005; KANNEBLEY JÚNIOR; PORTO; PAZELLO, 2004; MELO et al., 2017) e a RSC (AARONSON, 2002; MATIAS-PEREIRA, 2008; NASCIMENTO, 2012; PEREIRA, 2009; PEREIRA et al., 2010a, PERRINI, 2005). Nesse sentido, justifica-se a realização do estudo na medida em que se estabelece um comparativo entre empresas pertencentes a cenários nacionais contrastantes quanto aos quesitos supracitados, no caso os contextos brasileiro e europeu, economias emergente e desenvolvida, respectivamente.

Quanto à inovação, Dosi e Soete (1983) argumentam que o que explica grande parte da liderança tecnológica dos países desenvolvidos em relação àqueles em desenvolvimento é a existência de assimetrias tecnológicas que, por sua vez, estão relacionadas com o desenvolvimento da estrutura produtiva de cada país e com a capacidade dessa estrutura de

introduzir bens, serviços e processos, que os outros países não são capazes de produzir, independentemente do custo.

No que tange à RSC, Aaronson (2002) e Perrini (2005) informam que as práticas socioambientais na Europa estão mais voltadas à proteção do meio ambiente, e as ações filantrópicas são predominantemente implementadas compulsoriamente por meio da estrutura legal existente na União Europeia. Por sua vez, no Brasil, Pereira et al. (2010) afirmam que as práticas ambientais são implementadas pelas empresas de forma voluntária e não para atender regulamentações, pois as leis relacionadas a temas ambientais no país não são tão desenvolvidas e rígidas como nos países europeus. Ainda sobre o aspecto social, Matias-Pereira (2008) comenta que os países europeus adotam níveis elevados de proteção ao emprego (Grécia, Itália, Portugal e Espanha), e uma elevada cobertura de seguro-desemprego (Irlanda, Reino Unido, Dinamarca, Finlândia, Suécia e Holanda), adotando um meio-termo Áustria, Bélgica, França, Alemanha e Luxemburgo. Em termos comparativos, o autor expõe que o Brasil adota posição diferenciada em relação a essas questões (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Cabe destacar que os países emergentes são vistos como oportunidades futuras de negócio, porque, considerando-se a perspectiva das nações em desenvolvimento, a compreensão do tema inovação é importante para a construção de estratégias que viabilizem a competitividade local. Em geral, nesse grupo de economias há um alto índice de competitividade, definido por um sistema regulatório forte que, ao influenciar e ser influenciado por transições tecnológicas, visa atender demandas cada dia maiores, atreladas ao desenvolvimento sustentável (GOMES et al., 2009). Pereira (2009) relata ainda problemas antigos dos países emergentes, como o elevado crescimento populacional e o baixo nível tecnológico.

No que se refere à multidimensionalidade do desempenho, destaca-se a importância dos fatores financeiros e não financeiros para a avaliação do desempenho da empresa, já que a ênfase excessiva na obtenção de resultados financeiros pode levá-la a investir demasiadamente em soluções superficiais, em detrimento da criação de valor. Além disso, as medidas financeiras podem ser inadequadas para orientar e avaliar a organização em ambientes competitivos. Nesse sentido, e levando-se em conta a complexidade de se mensurar o desempenho empresarial, a medida ideal requer uma variedade de indicadores, financeiros e não financeiros (McWILLIAMS; SIEGEL, 2001).

Destarte, a pesquisa apresenta uma análise diferenciada, por buscar informações teórico-empíricas sobre o perfil de inovação e de RSC e seus efeitos no desempenho operacional e financeiro em empresas brasileiras e europeias, e seus achados da pesquisa poderão servir de base para apoiar as políticas públicas de estímulo à inovação e à RSC.

1.5 Estrutura do estudo

Esta pesquisa dispõe de cinco seções, e a primeira delas, a introdutória, que aqui finda, concentrou, em conjunto: o contexto a que pertencem os objetos deste estudo, a questão emergente à discussão estabelecida, os objetivos, as motivações da pesquisa e as contribuições potenciais do estudo, consolidando assim a justificativa para efetuação desta investigação empírica.

Em sequência, a plataforma teórica substancial à pesquisa, subdividida em outras seis subseções. A princípio, é discutida a teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV) e como essa contribui para delinear a maneira como as firmas utilizam recursos para estabelecer vantagens competitivas. Em seguida, trata-se estratégias competitivas de inovação e responsabilidade social corporativa, considerando conceitos e as principais estratégias utilizadas pelas firmas. Discute-se adiante o desempenho empresarial e suas múltiplas dimensões que representam nessa pesquisa a base de mensuração para vantagens competitivas. Posteriormente apresentam-se os estudos empíricos anteriores que relacionam as temáticas, do qual se desenvolvem as hipóteses da pesquisa. Por fim, apresenta-se o de modelo teórico de análise dos construtos que sedimenta a análise em questão.

A terceira das seções, dedicada ao método da pesquisa, classifica o estudo, define grupo de avaliação, métricas para mensuração dos construtos, a partir de informações divulgadas pelas empresas e o tratamento estabelecido dos dados evidenciados acerca das estratégias que permitem alcance das metas pretendidas.

A quarta seção analisa e discute os resultados do trabalho, onde se apresentam inferências obtidas à luz das definições metodológicas apontadas. Por fim, a última seção explicita as conclusões, teóricas e práticas, a que chega o estudo, assim como apresenta as limitações do mesmo, bem como sugere propostas para pesquisas futuras sobre as temáticas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem o intuito de apresentar a fundamentação teórica da pesquisa, além de propor as hipóteses do estudo acerca da relação entre as estratégias de inovação e RSC, e o desempenho das firmas.

Inicialmente, é discutida a Teoria da visão baseada em recursos e como essa contribui para delinear a maneira como as firmas utilizam recursos para estabelecer vantagens competitivas no mercado. Em seguida, discutem-se as estratégias competitivas de inovação e de RSC, considerando conceitos e as principais estratégias utilizadas pelas firmas para inovarem e para adotarem práticas que demonstram a preocupação da empresa com a influência de suas ações na sociedade.

Não obstante, aborda-se sobre o desempenho empresarial e multidimensionalidade. Na sequência, apresentam-se os estudos empíricos anteriores que relacionam as temáticas, enfatizando o diferencial desta pesquisa em relação aos estudos levantados na revisão de literatura e do qual foram base para o desenvolvimento das hipóteses da pesquisa.

Por último, propõe-se um modelo teórico-conceitual de pesquisa, que serve de base para análise do estudo.

2.1 Teoria da Visão Baseada em Recursos (RBV)

A visão da firma baseada em recursos (*resource-based view* – RBV) é um arcabouço teórico que propõe que os recursos internos da organização são fontes de vantagens competitivas resultando no desempenho das empresas (BARNEY, 1991; WERNERFELT, 1984). Todos os recursos, somados às competências inerentes à organização (idiosincrasia do perfil organizacional) poderão trazer à empresa, após a adaptação, vantagens competitivas no mercado, grupo ou setor, onde elas atuam. A teoria ainda aponta que a autonomia estratégica por parte dos gestores e a capacidade adaptativa da empresa podem vir a resultar nas diferenças de desempenho observadas entre empresas.

Segundo Carvalho, Kayo e Martin (2010) a RBV argumenta que os recursos e competências são distribuídos de forma heterogênea entre as firmas, sendo a principal causa da variação observada entre seus desempenhos. Os autores destacam que quando esses recursos são raros, valiosos e difíceis de serem imitados e a firma dispõe de estrutura organizacional adequada para explorá-los, eles têm o potencial de promover desempenho acima da média e persistente.

Segundo Barney (1991), a heterogeneidade dos recursos estratégicos e sua transferência imperfeita entre as empresas são premissas para a aquisição de fontes para alcance de vantagens competitivas sustentadas no longo prazo. Dessa forma, para que haja um desempenho sustentável das firmas, os recursos devem ter características especiais. Eles devem ser valiosos, ou seja, devem prover à firma condições de explorar oportunidades e/ou reduzir/neutralizar ameaças; raros, ou seja, escassos entre os concorrentes atuais e potenciais; terem alto custo de imitação ou serem inimitáveis; e ainda insubstituíveis ou que não haja substitutos estratégicos próximos (BARNEY, 1991; WERNERFELT, 1984).

De acordo com Fleury e Fleury (2003), todas as empresas possuem um portfólio de recursos, sejam eles físicos, intangíveis (marcas e imagem), organizacionais (cultura e arranjos administrativos), e recursos humanos e a partir desse portfólio as firmas podem criar vantagens competitivas. Dessa forma, o elemento fundamental de análise da RBV é constituído pelos recursos e capacidades controlados pela firma, que incluem todos os atributos (tangíveis ou intangíveis, humanos ou não humanos) que a capacitem a definir e implementar estratégias.

Existem duas perspectivas passíveis de análise quanto às perspectivas de abordagem da RBV. Primeiramente, que o desempenho superior pode ser obtido por meio da utilização de recursos ou capacidades não disponíveis para aquisição no mercado (CARVALHO; KAYO; MARTIN, 2010). Outra perspectiva argumenta que as firmas diferem de forma fundamental em seus modos de operar porque cada uma delas possuirá um agrupamento singular de recursos – seus ativos, competências e capacitações específicas (FLEURY; FLEURY, 2003).

Desse modo, é lógico pensar que mesmo que as empresas possuíssem igualmente dos recursos, haveria sim diferenças de desempenho, pois a utilidade e a exploração dos recursos pelas organizações diferem entre elas. Diante do exposto, destaca-se a individualidade do gestor e sua contribuição na construção do perfil estratégico da firma, porque a autonomia da gestão afeta a diferenciação, mesmo que a disposição dos recursos seja uniforme no mercado.

Percebe-se que a definição de estratégia encontra-se estritamente fixado às bases teóricas que formam a RBV. Dentre os conceitos fundamentais, Hitt, Ireland e Hoskisson (2003) destacam que estratégia diz respeito a algo que está por vir, pois serve como parâmetro para determinar os objetivos a longo prazo, os quais prepararam a organização para a ação, bem como, a estratégia interliga-se ao entendimento de adequação, onde admite-se que para maximizar a vantagem competitiva de uma empresa, suas capacidades e recursos

devem corresponder com as oportunidades disponíveis no ambiente externo (ARMSTRONG, 2008). Em resumo, se a conceituação de estratégia presume visão de longo prazo e a adaptabilidade da organização às mudanças do cenário, é por meio do intuito da gestão que o perfil da empresa será idealizado.

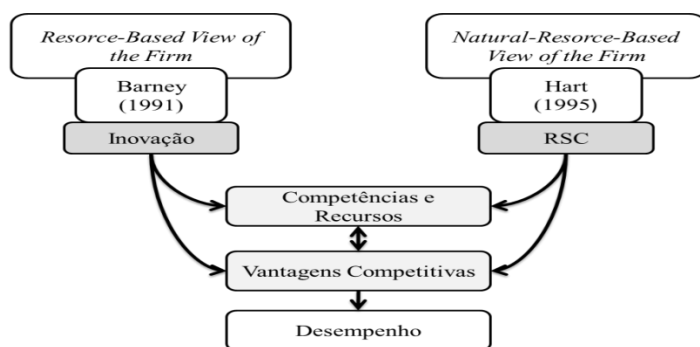
Considerando que, à luz da RBV, os recursos são distribuídos de forma heterogênea entre as firmas; aqueles que são específicos, raros e de difícil imitação têm o potencial para promover o desempenho superior e sustentável (CARVALHO; KAYO; MARTIN, 2010), mas a subjetividade do tomador de decisão e as ações voluntárias recorrentes das pressões externas imperam na formulação do perfil estratégico das empresas.

Sendo as competências, condições individuais das firmas no mercado, esta pesquisa toma a atividade de inovação e a responsabilidade social corporativa como hipotéticos e potenciais recursos capazes de afetar o desempenho das empresas. Se inovação e a responsabilidade social corporativa podem ser consideradas como importantes vantagens competitivas, então elas teriam algum efeito sobre o desempenho empresarial – demandando uma constatação empírica, proposta por esta pesquisa.

Hart (1995) sugere uma releitura da RBV considerando a responsabilidade social da organização como um meio à construção de vantagens competitivas sustentáveis. Segundo o autor, com o passar dos anos, os mercados e organizações perceberiam sua dependência ante os sistemas naturais; dessa maneira, a estratégia e a vantagem competitiva seriam direcionadas pelas facilidades de compatibilização da atividade econômica com o ambiente natural externo (isso inclui as esferas ambiental e social), postulando então a *Natural-Resorce-Based View of the Firm*, ou visão da firma baseada em recursos naturais.

Na conjuntura desta pesquisa, demonstra-se na seguinte estrutura de análise a inovação e da responsabilidade social corporativa como variáveis estratégicas que podem favorecer a consecução de vantagens competitivas, de acordo com a Figura 1:

Figura 1 – Inovação, Responsabilidade Social e RBV



Fonte: Adaptado de Santos (2015).

Como o foco do estudo centra-se nas estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa, nas duas próximas subseções, discutem-se como estas podem ser elevadas à condição de perfis estratégicos essenciais à sobrevivência das empresas em qualquer mercado.

Apresentam-se nas próximas subseções como que a inovação e a RSC podem ser elevadas à condição de perfis estratégicos essenciais à sobrevivência das empresas em qualquer mercado. Apesar de serem externos à organização (competição e responsabilidade), as origens desses perfis possuem razões que os condicionam ao desempenho por motivos diferentes. Enquanto que a inovação se refere à diferenciação, propriamente dita, de produtos, serviços, processos, e outros no mercado; a responsabilidade social corporativa pressupõe a absorção de determinadas ações consideradas pelos *stakeholders*, necessárias ao negócio da empresa.

2.2 Estratégias de Inovação

A literatura tem destacado que a definição de estratégias é favorável para sustentação e elevação da competitividade, permanência no mercado e incremento dos resultados (BLOCK et al., 2015; BURLAMARQUI; PROENÇA, 2003; CRUZ, 2007; GIFFORD, 1992; HART, 1995; LAMEIRA et al., 2013; RHOUE; SINGAL; KOH, 2016; SANTOS et al., 2014; VARGAS, 2015). Dentre as diversas estratégias competitivas, esses autores destacam a inovação.

Segundo Calazans e Silva (2016) a inovação possibilita o uso eficiente dos recursos, desta forma, quem tem mais tecnologias avançadas faz melhor uso dos mecanismos que tem.

A inovação é formada por uma pluralidade de definições. Segundo a OECD (2010), conceitua-se por inovação a introdução de um produto, novo ou aperfeiçoado significativamente, no ambiente de trabalho, de negócios, bem como relações externas da empresa, principalmente com o seu público-alvo (clientes), com o intuito de satisfazer as necessidades dos mesmos. É também a introdução de um processo, ou um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. Dessa forma, conceitualmente podem ser elencados como tipos de inovação: a introdução de um novo bem, de um novo método, de um novo mercado, de uma nova fonte de matéria prima ou de uma nova organização. Entretanto, o conceito de inovação explorado e apresentado por Schumpeter (1988) foca diretamente a competitividade da empresa no mercado.

Segundo Tavassoli e Karlsson (2015) a inovação também pode ser definida como o resultado intencional da capacidade das empresas em gerar novos conhecimentos e aplicá-los no desenvolvimento de novos produtos, processos e combinações de entradas em novos mercados. Dessa forma, compreende-se que a inovação expressa a quebra de padrões, constituindo-se como ações empresariais, com focos internos e externos.

A inovação detém relevante importância para o crescimento das firmas, em um sentido micro, e para o desenvolvimento econômico dos países, em uma perspectiva macro. Diante disso, para as empresas, a capacidade de inovar continuamente tornou-se uma demanda imprescindível. Portanto, a estratégia direcionada pela inovação contribui na busca por sobrevivência da firma no mercado (PITASSI, 2012).

As transformações organizacionais deixaram perceptível que a essência da criação de valor não se encontrava apenas no poder industrial, mas também, e principalmente no conhecimento e no capital intelectual, novas forças condutoras da economia. Diante desse contexto, os principais ativos das corporações, que antes eram as máquinas e equipamentos, os recursos naturais ou o capital financeiro, foram substituídos pelos ativos intangíveis. Segundo Lev (2001), as inovações são criadas, inicialmente, por investimentos em ativos intangíveis e o interesse nesses ativos associa-se à competição e ao desenvolvimento de tecnologia da informação, elevando os ativos intangíveis ao nível gerador de valor nas empresas.

Os ativos intangíveis são recursos que compreendem ativos, competências, processos organizacionais, conhecimentos e outros fatores que podem ser controlados pela empresa (BARNEY, 1991; KAYO; TEH; BASSO, 2006). Destacam-se por suas características – raridade, valiosos, inimitáveis e insubstituíveis – e pela capacidade de gerar desempenho superior e diferencial competitivo (BARNEY, 1991; RIBEIRO et al., 2009; WERNERFELT, 1984).

No Brasil, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estabelece critérios para considerar um ativo como intangível. Os critérios são satisfeitos quando o ativo for separável, resultar de direitos contratuais e for controlado pela entidade (CPC 04 (R1), 2010). Dessa forma, nem todos os investimentos dedicados a essas iniciativas são considerados como ativos intangíveis para fins contábeis. As alterações societárias ocorridas no Brasil, após 2007, implicaram na convergência do padrão contábil brasileiro ao internacional. Portanto, o CPC 04 (R1) alinha-

se ao *International Accounting Standard* (IAS) 38 emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Em se tratando de ativos intangíveis, os normativos dos padrões brasileiro (CPC 04) e europeu (IFRS 38) são convergentes nas definições de ativos intangíveis, assim como o tratamento para o *goodwill* e ativos gerados internamente. Desse modo, independente do país, fica evidente a restrição imposta ao gestor no reconhecimento contábil de um ativo intangível.

Devido a sua afinidade com a inovação, os ativos intangíveis têm permitido crescimento e relevância significativa no valor das firmas. Dentre as diversas classificações para os ativos intangíveis, para fins dessa pesquisa, destacam-se os ativos de inovação que podem ser representados pelas marcas, patentes, *know-how* e P&D (DISCHINGER; RIEDEL, 2011; KAYO, 2002; SANTOS et al., 2014).

Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) referem-se à capacidade de inovação das firmas, uma vez que a acumulação desta capacidade ocorre através de mecanismos de aprendizagem empresarial, permitindo a viabilização de projetos de inovação que a empresa almeja desenvolver, e, por conseguinte, incrementando suas vendas e impulsionando os resultados econômicos da companhia. Já as marcas proporcionam vantagens competitivas a medida que servem de instrumento de diferenciação da empresa frente aos seus concorrentes sempre com o objetivo de conquistar e fidelizar clientes, criando valor para si com o aumento de vendas, refletindo diretamente no seu valor de mercado (PARK et al., 2013; RAMOS; ZILBER, 2015; TEH; KAYO; KIMURA, 2008).

Através de uma concessão que lhe confere exclusividade de exploração, as patentes impossibilitam a produção e o uso de produtos e/ou processos decorrentes da patente por terceiros durante determinado período, ou seja, dessa forma, segundo Teh, Kayo e Kimura (2008), as patentes podem ser consideradas como um monopólio temporário cujo objetivo é estimular a criação de outras invenções, tendo em vista o progresso tecnológico.

A inovação constitui uma estratégia corporativa capaz de promover a melhoria do desempenho empresarial, contribuindo com a inserção de novos produtos ou serviços no mercado e da adoção de novos processos ou ideias organizacionais (MIRANDA; VASCONCELOS; DE LUCA, 2013). A linha de pesquisa empírica sobre inovação deu origem a um aumento da convicção de que a vantagem competitiva das empresas depende principalmente da sua capacidade de inovar durante longos períodos de tempos, sendo bastante discutida na literatura, ganhando destaque em diferentes enfoques e multiplicidade de

abordagens ratifica a importância da inovação como fator estratégico capaz de propiciar vantagem competitiva para as organizações.

Diversos autores destacam o papel da inovação como fator essencial na busca do desempenho superior das empresas (BARTOLONI, 2013; BLOCK et al., 2015; BRITO; BRITO; MORGANTI, 2009; BURLAMARQUI; O'BRIEN, 2003; PROENÇA, 2003; SANTOS et al., 2014; TEH; KAYO; KIMURA, 2008; VARGAS, 2015). Eles apresentam que a inovação é a força motriz do crescimento da produtividade, sendo responsável pelo sucesso corporativo. Existe muito pouca discordância entre pesquisadores sobre a importância da inovação para o crescimento econômico de longo prazo. No entanto, apesar de enfatizar a importância da inovação, a literatura consultada também chama a atenção para a questão da dificuldade na mensuração e no estabelecimento da relação entre a inovação e o desempenho das empresas.

Assim, a questão se volta para a verificação empírica da relação entre esses construtos. Tanto a literatura econômica como a literatura de estratégia, diversos autores investigaram a relação entre a inovação e a *performance* econômica e financeira das empresas (BAYRAKTAR et al., 2017; BLOCK et al., 2015; BRITO; BRITO; MORGANTI, 2009; FLEURY; FLEURY, 2003; HITT; HOSKISSON; JEFFERSON et al., 2003; KIM, 1997; LEE; CHEN, 2009; PEREZ; FAMÁ, 2006; QUEIROZ, 2009; SANTOS et al., 2014)

Em uma economia marcada pela incerteza, o conhecimento é uma fonte segura e duradoura de vantagem competitiva. Assim, a fonte de riqueza e do valor econômico das empresas não está mais na produção de bens materiais, mas na criação e utilização dos ativos intangíveis. Todavia é necessário ressaltar o caráter intangível da inovação e a dificuldade de sua mensuração e apropriação. Segundo Arrow (1968), independentemente de haver instrumentos como as patentes que tornam a informação parcialmente apropriável, o conhecimento produzido seria compartilhado somente com sua utilização em produtos/serviços criados e disponíveis no mercado. Dessa forma, a assimetria informacional e a incerteza apresentam-se como características relevantes, haja vista que possibilitam diferenciar os investimentos em inovação em relação aos demais.

Diversos autores e seus trabalhos apontam vários fatores capazes de promover diferenças de inovação entre empresas, entre eles: o tamanho das empresas, fatores econômicos como valor de mercado e rentabilidade, e alguns fatores organizacionais como a idade das empresas e a estrutura de propriedade.

Sobre o tamanho das empresas, Choi, Saito e Silva (2015) e Loncan e Caldeira (2014) apresentam que existe uma facilidade de financiamento de P&D por firmas maiores, pois essa é uma atividade de alto risco, conseqüentemente, os investimentos em inovação podem ser superiores em empresas maiores. Empresas pequenas diferenciam-se em termos de acessibilidade a fontes de recurso e financiamento, assim tendem a ter aversão ao risco inerente à atividade de inovação. Além disso, empresas com maior rentabilidade e valor de mercado também se apresentam como impulsionadores as estratégias de inovação, uma vez que essas empresas detêm um poder de investimento e mercado superiores (BRITO, BRITO E MORGANTI, 2009; LAMEIRA et al., 2013; NAVARRO et al., 2013; SANTOS et al., 2014; SHIMIZU, 2013; QUINTELLA, 2012).

Sabendo-se que os investimentos em inovação se apresentam como importantes formas de concorrência entre as empresas, deve atentar para um fato pertinente. Muito embora a inovação tenha concentração no âmbito da firma, ela estará sujeita a externalidades (VAN- DER-BOOR; OLIVEIRA; VELOSO, 2014; CROWLEY; MCCANN, 2018). Dentre inúmeros fatores, essa pesquisa se propõe a investigar adicionalmente a influência da organização estar inserida em uma economia considerada como avançada, a capitalização de mercado e o ambiente macroeconômico do desenvolvimento financeiro dos países.

Ao analisar a capitalização dos mercados, Hsu, Tian e Xu (2014) identificaram mecanismos econômicos por meio dos quais o desenvolvimento de mercados de ações e mercados de crédito afeta a inovação tecnológica. Os achados apontam que as indústrias que dependem mais de financiamento externo e que são mais intensivas em alta tecnologia exibem um nível de inovação desproporcionalmente maior em países com mercados acionários mais desenvolvidos.

Além disso, alguns fatores culturais podem influenciar a implementação de certas estratégias empresarias, como a aversão à incerteza. Segundo Hofstede (2018), a aversão à incerteza pode ser descrita como o grau de ameaça que membros de uma cultura, sociedade sentem em situações incertas ou desconhecidas e reflete o sentimento de desconforto que as pessoas sentem com riscos, caos e situações não estabelecidas previamente. Diante desse fator cultural, algumas pesquisas como Ali et al. (2012), Hussler (2004), Kaasa e Vadi (2010), Syed e Malik (2014), Waarts e Van Everdingen (2005) e William e McQuire (2005) buscaram a relação de tal variável com o nível de inovação das empresas mundiais.

A inovação é um importante ativo intangível, assegurando vantagens competitivas sustentáveis que permitem erguer barreiras contra algumas das ameaças competitivas. A

vantagem competitiva origina-se na habilidade de uma empresa para explorar as oportunidades criadas por choques de mercado. Estes seriam causados pela introdução de novos produtos ou serviços ou de produtos ou serviços similares a preços inferiores, suportados por custos de produção menores (BRITO; BRITO; MORGANTI, 2009).

Dessa maneira, percebe-se que, em geral, existe uma relação positiva entre as estratégias de inovação e o desempenho empresarial (BAYRAKTAR, et al., 2017; BLOCK et al., 2015; FLEURY; FLEURY, 2003; JEFFERSON et al., 2003; LEE; CHEN, 2009; PEREZ; FAMÁ, 2006; QUEIROZ, 2009), ou seja, quanto mais as firmas adotam estratégias visando à inovação, maior é o seu desempenho. Todavia, alguns estudos evidenciaram achados diferentes indicando uma relação negativa entre as estratégias de inovação e o desempenho empresarial (BRITO; BRITO; MORGANTI, 2009; HITT; HOSKISSON; KIM, 1997; SANTOS et al., 2014). Dessa forma, verifica-se que as comprovações empíricas ainda não trouxeram resultados conclusivos sobre a relação entre os constructos.

A subseção seguinte discorre sobre a relação existente entre a estratégia de responsabilidade corporativa e a competitividade das empresas.

2.3 Estratégias de Responsabilidade Social Corporativa

Dentre as estratégias voltadas para garantir a manutenção da competitividade, a permanência no mercado e o aumento dos ganhos, destaca-se também a responsabilidade social corporativa adotada quando a empresa passa a se preocupar com a influência de suas ações na sociedade como forma de manter e/ou ampliar sua competitividade (NEJATI; GHASEMI, 2012; PÄTÄRI et al., 2014; RHO; SINGAL; KOH, 2016). As empresas que implementam a RSC de forma estratégica alicerçam seu processo de desenvolvimento e adoção de estratégias em princípios econômicos, éticos e ecológicos, buscando alcançar o status de empresa sustentável. Dessa forma, os estudos sobre estratégia defendem o engajamento em RSC proativa como uma ação de criação de valor a partir da qual uma vantagem competitiva pode ser derivada (TORUGSA et al., 2012; WELZEL, 2012).

Segundo Castro e Becerra (2012), a responsabilidade social corporativa é definida como o compromisso que as empresas assumem com a sociedade em benefício do desenvolvimento sustentável, ou seja, é o equilíbrio entre crescimento econômico e bem-estar social. De fato, nos dias atuais, a empresa passa a vivenciar um ambiente com uma mais ampla gama de demandas sociais, comparativamente ao que se verificava em algumas décadas atrás. Destarte, as empresas passam a incorporar a preocupação social a sua

estratégia, passando a ter uma relação mais próxima com o conjunto da sociedade. Esta incorporação pode, segundo alguns autores, vir a modificar o modelo de gestão organizacional e até mesmo interferir nas decisões relativas a políticas estratégicas da empresa.

Dentre as motivações para os crescentes investimentos em RSC, Cespa e Cestone (2007) e Barnea e Rubin (2010) afirmam que esses acontecem quando as empresas buscam estruturar sua reputação perante a sociedade, através de ações socialmente responsáveis que são promovidas de forma estratégica. Fisman et al. (2006) afirmam que as empresas também usam atividades de responsabilidade social para apresentar a qualidade de seus produtos.

Segundo Carroll (1979), a responsabilidade social corporativa vem sendo objeto de estudo desde 1930, mas a partir de 1960, a RSC passou a ser abordada pelos estudiosos como uma relevante relação entre as organizações e a sociedade, considerando os impactos que a empresa exerce sobre a sociedade e evidenciando também a repercussão que uma possui sobre a outra. Na década de 1980, estudos a respeito da responsabilidade social corporativa avançaram, como Freeman (1999), um dos principais precursores da teoria dos *stakeholders*, que busca apresentar os *stakeholders* como qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos (acionistas, empregados, fornecedores, clientes, comunidade e concorrentes) que afetam ou são afetados pelas ações, metas e resultados da empresa.

Na visão de Freeman (1999), as organizações devem manifestar ações de RSC para os mais variados grupos que possuem ligação com elas, ou seja, para os diferentes grupos de relacionamento. É válido ressaltar que a RSC possui sua base fundamental na teoria dos *stakeholders*. Na visão de Carroll (1991), Freeman (1999), Jamali (2008), Mitchell et al., (1997), essa teoria evidencia que as organizações têm obrigações não apenas para com os seus acionistas, mas também com os outros grupos de interesse.

Com o avanço das pesquisas sobre a temática, os achados de evidências internacionais mostram que peculiaridades de cada país podem ter um papel relevante na determinação do nível de RSC das empresas de cada um (NASCIMENTO, 2012; OLIVEIRA et al., 2012; PEREIRA, 2009; RIBEIRO; VAN BELLEN; CARVALHO, 2011). Matten e Moon (2008) argumentam que diferenças nas estratégias de RSC entre países podem ser explicadas pelos sistemas: político, financeiro, trabalhista, educacional e cultural. Estes componentes moldam o sistema nacional de negócios, além de influenciarem a natureza das empresas, a organização dos processos de mercado e os sistemas de coordenação e controle dos países. Destaca-se que

o contexto institucional não é estático, porém as mudanças ocorrem em um processo lento e fragmentado.

A postura socialmente responsável das organizações tende a possibilitar um diferencial competitivo e, conseqüentemente, uma rentabilidade emergente no longo prazo, visto que as pessoas físicas ou jurídicas afetadas pelas atividades de uma organização tendem a valorizar o comportamento socialmente responsável. Como destacam Carneiro et al. (2011), verifica-se ainda que tal tema tem promovido muitas pesquisas e encontra-se em transição contínua, tendo em vista a necessidade de adaptação das empresas às necessidades de práticas socialmente responsáveis que relacionam seu desempenho sob o enfoque econômico, social e ambiental.

A análise das práticas de RSC, a partir da RBV, pode ser considerada em dois sentidos. Primeiro, a teoria considera a vantagem competitiva atributo decorrente do posicionamento estratégico, em função de externalidades como concorrência, mercado e estrutura externa. Segundo, considera desempenho como resultante das características internas da organização, primordialmente, depois de catalisadas as interpretações do cenário externo. Dessa forma, assim como para a estratégia de inovação, buscou-se investigar adicionalmente quais fatores endógenos e exógenos afetam as práticas de RSC nas empresas brasileiras e europeias.

Entre alguns fatores econômicos gerados internamente, a literatura desta a influência do tamanho da organização e de variáveis como o Market-to-book e a rentabilidade. A relação entre o porte da empresa (tamanho) e as práticas socialmente responsáveis entrelaça-se à possibilidade de custear a informação de caráter voluntário no mercado, já que empresas menores precisam avaliar com precisão o *trade-off* da informação e os benefícios junto aos *stakeholders* (BRAGA et al., 2011). Segundo Pätäri et al. (2014), a rentabilidade e o medidas atreladas ao valor de mercado apresentam relação positiva com as práticas de RSC, tendo em vista que essas empresas buscam manter-se competitivas no mercado a partir de um desempenho empresarial superior.

Alguns fatores externos à organização também podem apresentar uma influência significativa nas estratégias empresarias como a inserção da empresa em uma economia considerada como avançada, a capitalização de mercado e o ambiente macroeconômico do desenvolvimento financeiro dos países (JAMALI; KARAM, 2018; KHANNA et al., 2004; MULLE; KOLK, 2015).

Dentre os fatores culturais que podem influenciar às práticas de RSC, destaca-se o individualismo, que conforme Hofstede (2018) determina a necessidade que as pessoas têm de cuidar de si, da família, das organizações que pertencem. Ou seja, se as pessoas se preocupam apenas em tomar conta de si mesmo, ou se elas se preocupam com os que estão ao redor. Essa característica cultural pode influenciar nas decisões correspondentes a RSC e alguns estudos como Ganescu et al. (2014), Halkos e Skouloudis (2016), Ho et al. (2012), Peng et al. (2012), Ringov e Zollo (2007), Fernandez-Feijoo et al. (2015) e Thanetsunthorn (2015) já indicam que há influência.

Assim como a inovação, a responsabilidade social corporativa é uma estratégia que envolve forte dinamicidade, e que pode afetar, também, a dinâmica organizacional. Tal estratégia oferece uma nova alternativa para "competir", onde se estrutura a partir da transferência de valor agregado para a sociedade, valor este que é esperado a médio ou longo prazo para se tornar uma fonte de vantagem competitiva.

Alguns autores como Byus, Deis e Ouyang (2010), Mallin, Farag e Ow-Yong (2014) e Tang, Hull e Rothenberg (2012), ao encontrarem resultados positivos utilizando regressão múltipla para relacionar o desempenho financeiro e as práticas de responsabilidade social corporativa, argumentaram a existência de um círculo virtuoso entre RSC e desempenho financeiro. Os recursos empregados nesta área podem representar vantagem competitiva, ao passo que tais práticas atraem melhores funcionários, assim como evitam custos com altas multas por problemas ambientais. A prática de RSC passa, então, a não mais ter um caráter apenas discricionário de práticas filantrópicas, mas se configura como estratégia para o alcance de vantagem competitiva.

Percebe-se uma crescente busca pela verificação empírica da relação entre esses constructos. Diversos autores investigaram a relação das práticas de RSC e as várias dimensões do desempenho das empresas (LAMEIRA et al., 2013; NEJATI; GHASEMI, 2012; PÄTÄRI et al., 2014; RHO; SINGAL; KOH, 2016). Para os autores, as estratégias empresariais determinadas a partir da implantação de práticas de responsabilidade social transmitem uma mensagem positiva para a sociedade e assim, torna-se uma força de competitividade responsável pelo sucesso corporativo a meio e longo prazo. Todavia, é necessário ressaltar que os resultados dessas pesquisas empíricas apresentam achados inconclusivos acerca da relação entre os constructos. Alguns estudos ainda indicam que a relação entre a RSC e o desempenho financeiro da firma pode ser negativa ou mesmo não ter relação (HOLLANDA et al., 2011; MADORRAN; GARCIA, 2016).

A subseção seguinte apresenta uma discussão sobre desempenho empresarial e suas múltiplas dimensões.

2.4 Desempenho Empresarial e suas múltiplas dimensões

A multidimensionalidade do desempenho empresarial é reconhecida por diversos autores e é tratada sob distintas formas (COMBS; CROOK; SHOOK, 2005; MIRANDA et al., 2015; RICHARD et al., 2009; VENKATRAMAN; RAMANUJAM, 1986). A abordagem clássica, apresentada por Venkatraman e Ramanujam (1986), considera o desempenho uma medida da eficácia organizacional na sua abrangência mais ampla. Na esfera do desempenho, além da dimensão econômico-financeira, insere-se a dimensão operacional, com indicadores não financeiros, como eficiência e qualidade. E, entre as duas, a dimensão financeira, que, mesmo sendo a mais restrita, é mais utilizada nas pesquisas sobre estratégia.

Macedo, Santos e Silva (2006) consideram que o uso de indicadores oriundos de práticas contábil-financeiras – medidas tradicionais já consagradas pela literatura (FELTHAM et al., 2004; KIM, 2002; TUTINO, 2011) –, tais como o Retorno Sobre o Ativo (*Return On Assets* – ROA) e o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (*Return On Equity* – ROE), ou ainda o Retorno Sobre as Vendas (*Return On Sales*), é importante, mas não consegue traduzir todos os objetivos estratégicos da empresa. Baron, Harjoto e Jo (2009) e Waddock e Graves (1997) comentam que apesar de o desempenho da empresa ser medido pelo ROA, conforme a tendência da literatura sobre RSC, não há, na academia, um consenso sobre isso. Assim, muitos estudos procuram integrar esses indicadores com outros não financeiros, formando, assim, uma avaliação multidimensional do desempenho (CRISÓSTOMO; FREIRE; SOARES, 2012; MACEDO; SANTOS; SILVA, 2006).

O Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA) é utilizado para estimar a geração de caixa operacional pela empresa. Sob a ótica do desempenho operacional, Brito, Brito e Morganti (2009) argumentam que o EBITDA apresenta-se como um indicador voltado a apresentar um panorama do fluxo de caixa relativo ao faturamento e o potencial da organização na geração operacional de caixa, reforçando a classificação dada ao indicador nesta pesquisa como variável operacional (CAIXETA et al., 2003; MIRANDA et al., 2015).

Combs, Crook e Shook (2005) trazem uma proposta de dimensionalidade oriunda dos resultados de uma metanálise de estudos publicados de 1980 a 2004 no *Strategic Management Journal*. Por meio de uma análise confirmatória das variáveis utilizadas, os resultados

indicam que o desempenho é composto pelas medidas de retorno contábil, crescimento e valor de mercado. Resultados operacionais, como qualidade e eficiência, seriam partes do construto desempenho operacional, que atua como mediador da relação entre os recursos e o desempenho da empresa.

A partir de algumas informações contábeis é possível observar a eficiência operacional e financeira da empresa. O Lucro Operacional representa a capacidade original da empresa em gerar resultados, independentemente da estratégia de financiamento utilizada, podendo ser considerada uma medida de cumprimento do objeto social. O Ativo Circulante reúne, para Almeida (2012), as contas que a gestão eficiente deve utilizar dentro do exercício social, revelando a sua importância para uma melhor eficiência da empresa. O Ativo Circulante está condicionado a um capital de giro ou capital circulante, pois representa os investimentos utilizados de forma normal nas operações da empresa, razão pela qual a sua gestão deve ser eficiente na busca de resultados melhores para os recursos aplicados. Ativo imobilizado engloba contas utilizadas, principalmente, na manutenção das atividades da organização, sendo assim, o imobilizado está relacionado ao volume de tecnologia que a empresa tem à disposição para o desenvolvimento de suas operações (RAIFUR; SOUSA, 2015).

O estudo de Richard et al. (2009) propõe que as dimensões são dadas pelo contexto de pesquisa. Segundo os autores, a dimensionalidade pode vir da abordagem de *stakeholders* aos quais se propõe medir o desempenho, em que diferentes interesses implicam medidas distintas, seja a abordagem tradicional do acionista ou a expansão para a inclusão de demais parceiros e *stakeholders*. A segunda fonte de dimensionalidade, mais voltada para o desempenho da atividade operacional na perspectiva dos *stakeholders*, pode compreender o contexto ambiental de competição e os resultados esperados em cada caso, como eficiência de custos, satisfação do cliente e liquidez. Por fim, a dimensionalidade pode depender da janela de observação e da persistência do desempenho, na qual os resultados de desempenho dependem de tempo para ser observados.

A análise longitudinal do desempenho é outro aspecto importante no estudo da capacidade de manutenção de resultados e de sobrevivência da empresa. Especificamente, a persistência da lucratividade desafia modelos econômicos de equilíbrio (WIGGINS; RUEFLI, 2002) e de regressão à média (POWELL; ARREGLE, 2007). A persistência do desempenho é definida como a porção do desempenho de um período (t) que é remanescente do período anterior ($t-1$) (WARING, 1996). A modelagem da persistência do desempenho é geralmente focada em variáveis de lucratividade e no ajuste pela média da indústria (MCGAHAN;

PORTER, 1999; WARING, 1996). Isso porque os fatores idiossincráticos da empresa podem explicar a manutenção do desempenho no tempo e sugerir a presença de vantagens competitivas (BARNEY, 1991; PORTER, 1985).

Barney e Hesterly (2007) e Carvalho, Kayo e Martin (2010) asseguram que a empresa tem vantagem competitiva quando suas ações criam valor econômico maior do que os das suas competidoras. Além disso, os autores relacionam a vantagem competitiva ao desempenho, ao afirmar que a obtenção de desempenho acima do normal indica vantagem competitiva.

Além da lucratividade, outras medidas de desempenho podem ser observadas no tempo. Ao tentar capturar o valor presente da empresa, alguns autores utilizam o valor de mercado como uma medida mais abrangente e de longo prazo (HAWAWINI; SUBRAMANIAN; VERDIN, 2003; MORROW JR. et al., 2007). Contudo, as medidas de mercado são também influenciadas por fatores externos, que afetam a formação dos preços das ações e, conseqüentemente, o valor da empresa. Ainda como alternativa na captura do desempenho no tempo, as medidas de reputação trazem uma amarração entre o passado e o futuro da empresa (MCGUIRE; SCHEEWEIS; BRANCH, 1990). Ou seja, a observação do desempenho no tempo requer um entendimento da atividade organizacional, assim como das séries temporais observadas, para que os fatores aleatórios possam ser superados (RICHARD et al., 2009) e os efeitos das decisões estratégicas não sejam ignorados.

Buscando avaliar os componentes do desempenho financeiro, os estudos empíricos frequentemente fazem a decomposição de variáveis como rentabilidade (MCGAHAN; PORTER, 1997; RUMELT, 1991; SCHMALENSEE, 1985), valor de mercado (HAWAWINI; SUBRAMANIAN; VERDIN, 2003) e crescimento (BRITO; VASCONCELOS, 2009).

Mesmo longe de ser considerada um consenso, a discussão sobre o desempenho empresarial encontra caminhos comuns: no reconhecimento da multidimensionalidade do conceito; na necessidade de separação das diferentes esferas de influência; e na necessidade de relacionar as medidas de desempenho com uma abordagem teórica e mesmo com um construto maior que explique a vantagem estratégica (COMBS; CROOK; SHOOK, 2005; RICHARD et al., 2009; VENKATRAMAN; RAMANUJAM, 1986). Para Brito e Brito (2012, p. 74), “esse é o ponto onde desempenho organizacional encontra a vantagem competitiva”.

A Visão Baseada em Recursos (RBV), base teórica que fundamenta esta investigação, dá respaldo à argumentação de um desempenho multidimensional, representativo da

vantagem competitiva. Fleury e Fleury (2003) e Teece, Pisano e Shuen (1997) comentam ainda que, nesse arcabouço teórico, as empresas tornam-se mais lucrativas porque se apropriam de rendas decorrentes de ativos específicos, tangíveis ou intangíveis, ou seja, decorrentes de suas idiosincrasias. Assim, dentre as práticas que podem promover o desempenho superior e persistente das firmas, encontram-se a inovação e a RSC.

Nesse sentido, o presente estudo apresenta uma análise diferenciada, por buscar informações teórico-empíricas sobre o perfil de inovação e de RSC e seus efeitos no desempenho operacional e financeiro nas empresas brasileiras e europeias listadas em bolsa de valores, considerando a RBV como pressuposto teórico básico da pesquisa.

A próxima subseção apresenta as argumentações defendidas na literatura consultada, as quais serviram de base para proposição das hipóteses norteadoras desta investigação, decorrentes do questionamento a ser respondido, enfatizando a relação das estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa com o desempenho das empresas situadas em economias distintas.

2.5 Estudos empíricos relacionados e formulação das hipóteses

Alguns estudos sobre a relação entre inovação e responsabilidade social corporativa e o desempenho empresarial têm – de maneira individual – sido amplamente difundidos. Pesquisas com foco na inovação – Arruda, Vermulm e Hollanda (2006), Coad, Segarra e Teruel (2016), Furtado e Carvalho (2005), Hsu, Tian e Xu (2014), Melo et al. (2017), Pradhan, Arvin e Bahmani (2018), Ramos e Zilber (2015), Rauen e Furtado (2014), Usman et al. (2017) e Zorzo et al. (2017) – e centradas em responsabilidade social corporativa – Ali, Frynas e Mahmood (2017), Bhuyan, Lodh e Perera (2017), Freguete, Nossa e Funchal (2015), Freitas et al. (2013), Kim, Kim e Qian (2018), Lins, Servaes e Tamayo (2017), Nascimento (2012), Oliveira et al. (2012), Pereira et al. (2010a), Rhou, Singal e Koh (2016) e Ribeiro, Van Bellen e Carvalho (2011) –, têm apontado resultados distintos quanto ao relacionamento entre os construtos, tornando relevante o desenvolvimento de investigações com a finalidade de contribuir para a solidificação do tema.

Diante do problema estabelecido nesta pesquisa, foram propostas algumas hipóteses passíveis de verificação que investigam as relações entre os construtos inovação, responsabilidade social corporativa, e desempenho, na conjuntura das empresas pertencentes a economias desenvolvidas e em desenvolvimento.

2.5.1 Inovação e Responsabilidade Social Corporativa: economias emergentes *versus* economias desenvolvidas

Diante da importância da pesquisa sobre inovação e RSC em contextos institucionais diferentes, Furtado e Carvalho (2005) fizeram uma comparação dos padrões tecnológicos de diversos países, incluindo Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, EUA, Itália, Japão, Noruega e Reino Unido, no biênio 1999-2000. Dentre os indicadores, utilizaram a relação entre Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e valor adicionado e a estrutura de P&D. Como resultados, dentre outros, levantaram críticas à *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD) e sua classificação setorial, pois esta não refletia a realidade brasileira. Arruda, Vermulm e Hollanda (2006) demonstraram as diferenças que são gritantes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em termos de inovação (ou seja, investimento em P&D e pessoal ocupado com P&D), destacando o baixo potencial tecnológico do Brasil.

Rauen e Furtado (2014) estabeleceram a construção de uma tipologia de indústrias nacionais de alta tecnologia, de acordo com a intensidade tecnológica de 16 países membros da OECD, incluindo o Brasil. Fazendo uma crítica à literatura tradicional do comércio exterior, foram encontrados quatro grupos de países: líderes tecnológicos superavitários, líderes tecnológicos deficitários, seguidores tecnológicos superavitários e seguidores tecnológicos deficitários. Os autores constataram que a fragmentação da produção interfere nas cadeias tecnológicas globais.

Hsu, Tian e Xu (2014) examinaram 32 países desenvolvidos e emergentes buscando analisar como o desenvolvimento do mercado financeiro afeta a inovação das empresas. Os resultados demonstram que as indústrias que dependem mais de financiamento externo e que são mais intensivas em alta tecnologia exibem um nível de inovação desproporcionalmente maior em países com mercados acionários mais desenvolvidos. No entanto, o desenvolvimento dos mercados de crédito parece desencorajar a inovação nas indústrias com essas características.

Melo et al. (2017) analisaram os padrões de comportamento inovativo de diferentes países, com o propósito de verificar a existência de um *gap* tecnológico entre o Brasil e países europeus tecnologicamente mais dinâmicos (Bélgica, Rússia, Alemanha, Espanha, França, Croácia, Itália, Hungria, Holanda e Sérvia), os quais foram chamados de fronteira tecnológica. Os autores constataram a existência de um forte hiato tecnológico entre os dois grupos de países e, portanto, a necessidade do desenvolvimento de competências produtivas e tecnológicas para que os países pertencentes ao grupo de baixo dinamismo inovativo (Brasil,

Hungria, Croácia e Sérvia) sejam capazes de competir com aqueles do grupo da fronteira no mercado internacional.

Tanto inovação, como práticas de responsabilidade social corporativa, aparentemente, possuem perfis distintos, quando confrontadas as realidades de economias emergentes e de países desenvolvidos. As razões para essas diferenças são variadas e permeiam, dentre outros motivos, realidade e conjuntura econômica, oportunidades de negócio e concepções ideológicas.

Oliveira et al. (2012) e Ribeiro, Van Bellen e Carvalho (2011) compararam empresas do Brasil e da Inglaterra, e da Austrália, Brasil, Canadá, EUA, Inglaterra e latino-americanas, respectivamente. Dentre os resultados, a regulação pôs-se como interferente da divulgação sobre sustentabilidade, com destaques de divulgação para as organizações brasileiras perante economias desenvolvidas e emergentes.

Em seu estudo, Pereira et al. (2010a) buscaram identificar como as maiores empresas da indústria de construção civil da Suécia, Tailândia e Brasil se apresentam em termos de RSC e constataram uma distinção entre os três países. Os resultados indicam que as empresas suecas possuem foco na perspectiva ambiental, as tailandesas na perspectiva econômica por meio da governança corporativa e *accountability*, enquanto que as empresas brasileiras focam na perspectiva social.

Nascimento (2012) estabelece que a disseminação ideológica das ações vinculadas ao desenvolvimento sustentável, que pressupunha coexistência perene entre as searas ambiental, social e econômica, em economias desenvolvidas e emergentes, deu-se de maneira diferenciada. Com efeito, enquanto aquelas tinham preocupações em torno dos crescentes níveis de degradação que ameaçavam sua qualidade de vida, estas últimas temiam atividades econômicas restritivas de seus produtos e obstrução do seu desenvolvimento, na época ainda tímido. O fato é que muitas fontes de recursos se localizam em países emergentes, provocando novo panorama econômico: países desenvolvidos poupam seus recursos e buscam alternativas; e países em desenvolvimento dão mais relevância a essas questões.

Freitas et al. (2013) analisaram indicadores de responsabilidade ambiental em empresas brasileiras e espanholas, e observaram que, para alguns grupos de evidenciação informacional de caráter ambiental, as empresas espanholas superaram as brasileiras. As autoras atribuíram as diferenças, dentre outros fatores, aos imperativos proeminentes da Comunidade Europeia, que não afetam o Brasil. Os resultados do estudo destacam, porém,

que para ambas as conjunturas econômicas, as origens do comprometimento com práticas ambientais e sociais responsáveis podem ser as mesmas: as pressões derivadas da sociedade.

Ali, Frynas e Mahmood (2017) encontraram diferenças cruciais entre os determinantes da divulgação de RSC em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, as preocupações específicas, por exemplo, reguladores, acionistas, credores, investidores, os ambientalistas e a mídia são considerados muito importantes na divulgação de informações sobre RSC. Nos países em desenvolvimento, as empresas são mais influenciadas por forças como compradores internacionais, investidores estrangeiros, mídia internacional e órgãos reguladores internacionais (por exemplo, o Banco Mundial). Além disso, em contraste com os países desenvolvidos, as empresas nos países em desenvolvimento percebem pouca pressão do público com relação à divulgação de RSC.

Diante dos achados apresentados, nota-se que muitos estudos têm avançado nesse contexto temático. Convém, todavia, destacar que a maioria das pesquisas tem se desenvolvido analisando apenas uma das estratégias competitivas propostas por esse estudo, ratificando que a presente pesquisa se diferencia das demais ao investigar dois perfis estratégicos (inovação e RSC) em conjunturas econômicas distintas.

Pelo descrito, tem-se expectativa de que as empresas brasileiras e europeias possuam níveis de engajamento estratégico distinto quanto à inovação e à RSC, muito devido aos contextos econômicos, visões e focos ideológicos sobre as estratégias e oportunidades de absorção de vantagens competitivas futuras. Apesar disso, permanece a ideia de que inovação e RSC são reconhecidas como fontes de vantagens competitivas. Diante desse contexto, as hipóteses elencadas foram elaboradas.

H₁: Há diferenças significativas nas estratégias de inovação entre as empresas brasileiras e as europeias

H₂: Há diferenças significativas nas estratégias de responsabilidade social corporativa entre as empresas brasileiras e as europeias

2.5.2 Inovação e desempenho empresarial

Antes de tudo, a inovação é considerada como a ferramenta que promove e mantém o sistema capitalista, porque por meio dela novos bens de consumo, métodos de produção, novos mercados e novas formas de organização são formadas. Mostra-se presente nas empresas mais dinâmicas e rentáveis, pois é através da inovação que essas organizações estabelecem seus próprios nichos de mercado e apoderam-se de monopólios temporários, bem

como, em uma perspectiva macro, a inovação também influencia o desenvolvimento econômico de regiões e países, fortalecendo a concepção do potencial benéfico da inovação e sua relação, positiva, com o desempenho (SCHUMPETER, 1961; TIGRE, 2006).

Algumas investigações empíricas analisaram a relação entre investimentos em inovação e o desempenho das empresas. No Brasil, Ramos e Zilber (2015) investigaram empresas de capital aberto de setores de alta tecnologia. Os autores constataram que os investimentos em P&D, utilizados como *proxy* para inovação, podem estar relacionados positivamente ao nível de receitas de vendas, desde que seja considerada a defasagem temporal entre a ocorrência dos investimentos e das receitas de vendas.

Coad, Segarra e Teruel (2016) investigaram a relação entre inovação e crescimento da empresa nas organizações espanholas de diferentes idades no período 2004-2012. Os resultados mostram efeito significativo e positivo dos investimentos em P&D sobre o crescimento da produtividade. Os autores ressaltam que investimentos em P&D por parte das empresas jovens apresentam-se significativamente mais arriscados do que investimentos em P&D por parte das empresas mais maduras, sugerindo implicações políticas.

Em seu estudo aplicado às empresas dos países do G-7, Usman et al. (2017) analisaram a influência do investimento em P&D sobre o desempenho e o valor de mercado das empresas, no período de 2004-2016. Os achados demonstram que o investimento em P&D no mesmo ano tem impacto negativo no desempenho da empresa, representado pelo fluxo de caixa e ROA, e impacto positivo no valor da empresa, representado pelo valor de mercado e Q de Tobin. Entretanto, quando aplicada a defasagem de um ano, o investimento em P&D tem relação positiva com o desempenho da empresa e com o valor da empresa.

Zorzo et al. (2017) investigaram a correlação entre inovação e eficiência econômica de 20 empresas brasileiras distribuidoras exclusivas de energia elétrica listadas na B3 (Bolsa, Brasil e Balcão), no período de 2010 a 2013. Os resultados indicam baixo foco em inovação nas empresas estudadas, além da ausência de correlação significativa entre inovação e eficiência econômica obtida pela análise envoltória de dados – DEA, baseado em dados contábeis. Os autores argumentam que os esforços de inovação, além de serem incipientes, procuram cumprir com a legislação pertinente e não os benefícios da inovação.

Pradhan, Arvin e Bahmani (2018) investigaram as interações entre inovação, desenvolvimento financeiro e crescimento econômico em 49 países europeus entre 1961 e 2014. Os resultados demonstram que o desenvolvimento financeiro e a inovação são fatores causadores do crescimento econômico no longo prazo. Assim, um enfoque político no

desenvolvimento financeiro e na inovação é apropriado como uma abordagem para impulsionar o desempenho econômico desses países.

Assim, considerando os pressupostos teóricos da RBV e as evidências encontradas na literatura, o presente estudo considerou a seguinte hipótese.

H₃: As estratégias de inovação influenciam positivamente o desempenho das empresas brasileiras e europeias.

2.5.3 Responsabilidade social corporativa e desempenho empresarial

Assim como a inovação, a responsabilidade social corporativa é considerada uma estratégia que envolve forte dinamicidade, e que pode afetar o desempenho empresarial resultando em vantagens competitivas para a organização. Nesse sentido, alguns estudos nacionais e estrangeiros se propuseram a analisar esse relacionamento e os achados corroboram para a fundamentação da hipótese formulada.

Freguete, Nossa e Funchal (2015) analisaram a relação entre a prática de responsabilidade social corporativa e o desempenho financeiro de empresas brasileiras durante o período da crise financeira de 2008. Verificou-se que, durante crises, firmas responsáveis socialmente não têm um diferencial de desempenho financeiro em relação às outras firmas no mercado, apesar de ter-se encontrado um efeito significativo que a crise traz para as empresas em geral. Tal resultado não se alinha à teoria que prediz melhor desempenho econômico de empresas socialmente responsáveis ao perceber insignificância estatística para tal fator.

Os resultados do estudo de Lins, Servaes e Tamayo (2017) demonstraram que durante a crise financeira de 2008-2009, as empresas americanas com alta intensidade de RSC, tiveram retornos de ações quatro a sete pontos percentuais maiores do que as empresas com baixa RSC. As empresas de alta RSC também tiveram maior lucratividade, crescimento e vendas em relação às empresas de baixa RSC. Essa evidência sugere que a confiança entre uma empresa e seus *stakeholders*, estabelecida através de investimentos em responsabilidade social, compensa quando o nível geral de confiança em corporações e mercados sofre um choque negativo.

Rhou, Singal e Koh (2016) investigaram a relação entre as práticas de responsabilidade social corporativa e o desempenho financeiro das empresas, com uma amostra de 53 empresas americanas da indústria alimentícia. Os resultados demonstram que, embora a condução de atividades de RSC seja importante para uma empresa, conscientizar as

partes interessadas sobre essas atividades por meio de comunicação adequada e por meio de menções de mídia é essencial para alavancar RSC no desempenho financeiro.

Em sua pesquisa, Bhuyan, Lodh e Perera (2017) examinaram a influência da divulgação social corporativa no desempenho da empresa no contexto de Bangladesh. A amostra foi composta pelas 200 maiores empresas listadas na bolsa de valores de Dhaka, Bangladesh no período de 2011 a 2014. Verificou-se que existe uma relação significativa entre a divulgação social corporativa e o desempenho da empresa no ano seguinte para cada indicador de desempenho analisado. Observou-se também que a divulgação a longo prazo desempenha um papel fundamental em influenciar o desempenho da empresa.

Kim, Kim e Qian (2018) analisando dados de 113 empresas norte-americanas de capital aberto na indústria de *software* entre 2000 e 2005, apontaram que atividades socialmente responsáveis (RSC positivo) aumentam o desempenho financeiro da empresa quando o nível de ação competitiva da empresa é alto, enquanto atividades socialmente irresponsáveis (RSC negativo) melhoram o desempenho financeiro da empresa quando o nível de ação competitiva é baixo. Ao introduzir a ação competitiva como uma contingência importante, este estudo contribui para a literatura sobre RSC e gestão estratégica.

Neste estudo as estratégias de responsabilidade social corporativa das empresas podem se configurar como uma fonte de vantagem competitiva, à luz da RBV. Logo, considerando-se as disposições observadas na literatura, a seguinte hipótese de pesquisa foi levantada.

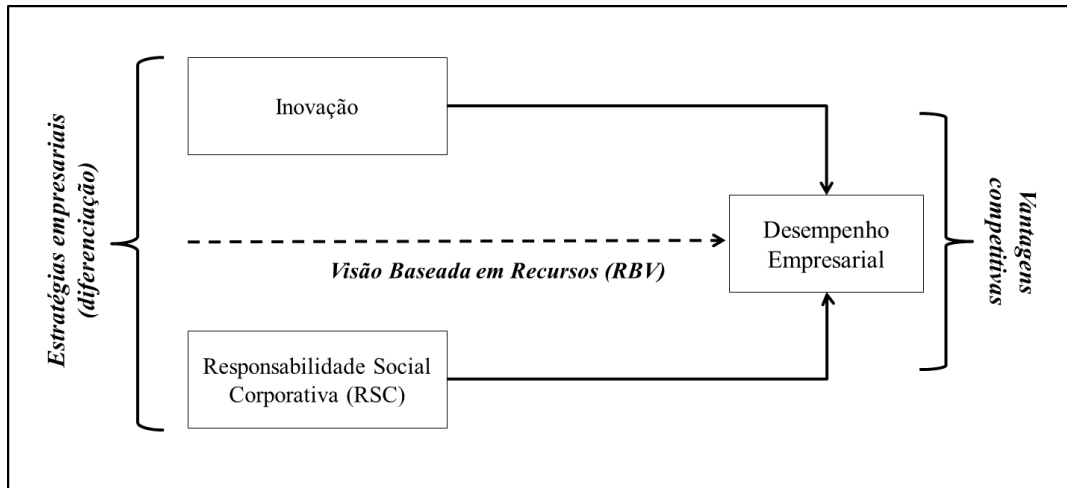
H₄: As estratégias de responsabilidade social corporativa influenciam positivamente o desempenho das empresas brasileiras e europeias.

2.6 Proposta de modelo teórico-conceitual

Para os fins desta pesquisa, a discussão delinea-se, especificamente, no tocante à inovação e à RSC, como estratégias potencialmente capazes de agregar algum tipo de vantagem competitiva às empresas detentoras desses perfis e, como reflexo disso, alcançar um desempenho diferenciado, sustentável em longo prazo, em relação a um mercado específico no qual exercem suas atividades.

Assim, diante da discussão exposta e das lacunas deixadas pelos trabalhos empíricos, consolida-se o modelo teórico desta pesquisa, que norteia as análises subsequentes, defendendo a interlocução dos construtos inovação, RSC e desempenho empresarial, fundamentando-se na Visão Baseada em Recursos (RBV), conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Modelo conceitual do estudo



Fonte: Elaborada pela autora com base na revisão de literatura.

A Figura 2 mostra que as estratégias de diferenciação serão analisadas separadamente, haja vista que o foco desse estudo centra-se na relação individual das duas estratégias com o desempenho, sob a premissa de que as estratégias direcionam os recursos da firma para a obtenção de vantagens competitivas. Assim, a investigação proposta sustenta-se na RBV, a qual enfatiza a existência de recursos da empresa que auxiliam quando da definição de estratégias organizacionais, visando vantagens competitivas (PRIEM; BUTLER, 2001), e considera a inovação (PINSKY et al., 2015) e a RSC (HUSTED; ALLEN; KOCK, 2015) essenciais para alavancar o desempenho da firma.

Destarte, esta pesquisa espera corroborar a literatura ao traçar um panorama referente à relação existente entre as estratégias de inovação e de RSC, separadamente, com o intuito de examinar seu(s) efeito(s) no desempenho das empresas no contexto das empresas brasileiras e europeias.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta seção apresenta o delineamento metodológico do estudo, no qual são abordados os seguintes itens: tipologia da pesquisa, população e amostra, definição e mensuração das variáveis, os procedimentos de coleta e o tratamento dos dados.

3.1 Tipologia da pesquisa

Em função de seus objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, já que buscou descrever a relação entre as estratégias competitivas, representadas pelas variáveis de inovação e de RSC, e o desempenho empresarial.

Quanto aos procedimentos, os dados foram coletados de fontes secundárias: informações institucionais disponíveis nos *websites* das bolsas de valores e nos *websites* das empresas, demonstrações financeiras e bases de dados socioeconômico-financeiros, como CSRhub® e Thomson Reuters®.

Quanto à abordagem do problema, o estudo tem enfoque quantitativo. O enfoque quantitativo da pesquisa se dá uma vez que o estudo utiliza técnicas estatísticas multivariadas para o exame dos dados, de modo a estabelecer padrões de comportamento. Para se analisar a relação entre os construtos inovação, RSC e desempenho, foram aplicados Estatística Descritiva, Teste de Diferenças entre Médias, Regressão Logística e Regressão com dados em painel.

3.2 População e amostra do estudo

A população do estudo compreende as 438 empresas de capital aberto listadas na B3 e as 894 empresas europeias listadas na Nyse Euronext na data de 17 de abril de 2018. Na delimitação da amostra, com apoio no Manual de Oslo (OECD, 2005) que estabelece “diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação”, optou-se pela avaliação restrita apenas às empresas industriais conforme a classificação setorial *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities (ISIC)*, e que disponibilizam informações para a construção das variáveis do estudo no período de análise, compreendendo o intervalo entre os anos 2013 a 2017.

Assim, foram excluídas 760 firmas por não serem empresas industriais e 412 firmas por não possuírem os dados necessários para consecução desta pesquisa, resultando numa amostra final de 160 firmas, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Construção amostral da pesquisa

Construção da Amostra	Empresas Brasileiras	Empresas Europeias
População do estudo - Empresas listadas	438	894
(-) Empresas não industriais conforme classificação ISIC	(278)	(482)
Empresas Industriais conforme classificação ISIC	160	412
(-) Empresas que não possuem dados para todo o período de análise	(102)	(310)
= Amostra do estudo	58	102

Fonte: Dados da pesquisa.

A listagem das empresas da amostra está elencada, em ordem alfabética no Apêndice A. Dessa forma, considerando o espaço temporal de cinco anos (2013 a 2017), e a quantidade de empresas da amostra, 160 firmas, o estudo apresenta um conjunto total de 686 observações. Na Tabela 2 apresenta-se a amostra final do estudo por ano.

Tabela 2 – Amostra final da pesquisa por ano

Amostra	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Empresas Brasileiras	46	49	51	52	58	256
Empresas Europeias	81	78	82	87	102	430
Total	127	127	133	139	160	686

Fonte: Dados da pesquisa.

3.3 Variáveis de estudo, procedimentos de coleta e tratamento dos dados

Para as estratégias de inovação, foram utilizadas as variáveis: ativos intangíveis de inovação, gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o indicador de inovação *Environment Innovation* extraído da base de dados Thomson Reuters®. Destaque-se que essas métricas figuram, individual ou conjuntamente, entre as mais utilizadas como *proxies* para inovação (ALLRED; PARK, 2007; KAYO et al., 2006; KAYO; TEH; BASSO, 2006; MOURA; GALINA, 2009; PARK et al., 2013; PÓVOA, 2009; SHABBIR, 2015; RAMOS; ZILBER, 2015; TEH; KAYO; KIMURA, 2008).

Para tanto, os dados relacionados aos ativos intangíveis de inovação foram extraídos das demonstrações financeiras e notas explicativas. Esses se referem a marcas, ativos em desenvolvimento, patentes, tecnologia (*know-how*), propriedade intelectual e direitos autorais. Os dispêndios com P&D foram extraídos base de dados Thomson Reuters®, sempre em relação a todo o período sob análise (2013 a 2017). Assim, foi construído um índice de cada empresa, obtido mediante divisão do seu dispêndio em P&D pela sua receita líquida, a qual foi obtida pela mesma base de dados.

Por fim, afim de mensurar o grau de inovação das empresas, também se utilizou o indicador *Environment Innovation* desenvolvido e disponibilizado pela base de dados Thomson Reuters®. Tal indicador representa uma escala de 0-100 que reflete a capacidade de redução de custos por parte das empresas e criação de novas oportunidades de mercado por meio de novas tecnologias.

O Quadro 1 descreve as variáveis para mensuração da inovação, a métrica utilizada, a fonte de coleta de dados e o suporte teórico para tais variáveis.

Quadro 1 – Variáveis de inovação

Variável	Métrica	Fonte de coleta	Suporte teórico
Ativos Intangíveis de Inovação (INOV_AII)	Proporção do ativo intangível de inovação em relação ao intangível total	DFP - Notas Explicativas e Thomson Reuters®	Lev (2001), Kayo (2002), Kayo, Teh e Basso (2006), Santos, Vasconcelos e Luca (2013), Kim (2015)
Índice de Inovação (INOV_P&D)	Razão entre dispêndios com P&D e receita líquida de vendas	Thomson Reuters®	Blazsek e Escribano (2016); Hsu, Lien e Chen (2015); Nekhili, Boubaker e Lakhal (2012); Yuke e Xiaomin (2015)
<i>Environment Innovation</i> (INOV_EI)	Classificação de Inovação da Thomson Reuters (0 a 100)	Thomson Reuters®	Luo, Wang e Raithel (2015), Shabbir (2015)

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura (2018).

Para medir as práticas de RSC nas empresas brasileiras e europeias da amostra, utilizou-se a ferramenta de classificação de desempenho CSR Hub, disponível *online*. O objetivo da base de dados CSR Hub é fornecer classificações consistentes do desempenho da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) para um número amplo de empresas. O sistema permite que os usuários CSRHUB encontrem e comparem classificações de empresas utilizando uma metodologia de classificação para RSC que usa 556 fontes de informações, como Asset4, Bloomberg, *Carbon Disclosure Project*, *Global Reporting Initiative (GRI)*, Índice Dow Jones, indicadores de desempenho sustentável das Nações Unidas, entre outros, fornecendo classificações para mais de 17.000 empresas em 133 países.

O CSR Hub oferece a opção de usar o perfil de usuário padrão ou personalizar um perfil pessoal que reflita as convicções pessoais de um usuário quanto à importância comparativa de diferentes aspectos do desempenho do CSR (por exemplo, alguns usuários podem achar que as questões ambientais são mais importantes do que as questões sociais, ou vice-versa). Se um usuário escolher aumentar a importância, por exemplo, dos impactos ambientais, isso alteraria os pesos de certos fatores e alteraria os *rankings* finais das empresas. Nessa pesquisa foi utilizado o peso padrão de importância do CSR Hub, que varia de 0 a 100,

atribuído sobre as quatro principais categorias de desempenho do CSR (sociedade, governança, funcionários e meio ambiente).

A utilização dessa *proxy* é crescente na literatura internacional, onde destacam-se as pesquisas de Hughey e Sulkowski (2012), Arminen et al. (2017), Kang e Fornes (2017), Vaia, Bisogno e Tommasetti (2017), Westermann, Niblock e Kortt (2017) que investigaram a relação entre a responsabilidade social corporativa e o desempenho das empresas de diversos países.

No Quadro 2 é exposta a variável de RSC do estudo, a métrica utilizada, a fonte de coleta de dados e o suporte teórico de tal métrica.

Quadro 2 – Variável de Responsabilidade Social Corporativa

Variável	Métrica	Fonte de coleta	Suporte teórico
Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	Classificação geral CSR Hub (0 a 100)	Base de dados CSR Hub	Hughey e Sulkowski (2012), Arminen et al. (2017), Kang e Fornes (2017), Vaia, Bisogno e Tommasetti (2017), Westermann, Niblock e Kortt (2017)

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura (2018).

A pesquisa realizou uma análise multidimensional do desempenho empresarial para mensurar a competitividade das empresas. Assim, os indicadores operacionais e financeiros foram considerados na forma apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 – Descrição das dimensões do desempenho empresarial para a pesquisa

Dimensão		Operacionalização	Suporte teórico
Operacional	Atividade	EBITDA / Ativo Operacional	Caixeta et al. (2011); Miranda et al. (2015)
	Eficiência	Análise Envolvória de Dados (<i>Data Envelopment Analysis – DEA</i>) <i>Inputs</i> = Ativo Circulante e Ativo Imobilizado <i>Output</i> = Lucro operacional	Cardoso e Aquino (2009); Iwata e Okada (2011); Ribeiro, Macedo e Marques (2012); Raifur e Sousa (2015)
Financeiro	Mercado	Market-to-Book (MKB) $MKB = \text{Valor de mercado} / \text{Valor patrimonial}$	Brito, Brito e Morganti (2009); Quintella (2012); Perobelli, Famá e Sacramento (2016)
	Lucratividade	Retorno Sobre o Ativo (<i>Return On Assets – ROA</i>) $ROA = \text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Operacional}$ Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (<i>Return on Equity – ROE</i>) $ROE = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$	Brito, Brito e Morganti (2009); Floriani, Beuren e Hein (2013); Holanda et al. (2011); Kneipp et al. (2013); Lameira et al. (2013); Navarro et al. (2013); Santos et al. (2014); Shimizu (2013)

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura (2018).

Conforme as informações evidenciadas no Quadro 3, considerando as recomendações da literatura quanto às vantagens competitivas nas organizações, para fins dessa pesquisa, a análise do desempenho operacional das empresas brasileiras e europeias da amostra foi realizada a partir das dimensões de atividade e de eficiência. O desempenho operacional de

atividade foi mensurado, assim como em Caixeta et al. (2011), Miranda et al. (2015), dentre outros, por meio do EBITDA (Ebitda / Ativo Total), indicador voltado para apresentar um panorama da geração operacional de caixa. Por meio do EBITDA é possível identificar o quanto a empresa gera de recursos apenas através de suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

No que tange à dimensão de eficiência do desempenho operacional, foi efetuada uma análise envoltória de dados - DEA (*Data Envelopment Analysis*), utilizando o *software* SIAD v.3, para que pudessem ser verificados os escores de eficiência de cada companhia para cada ano. Dessa forma, o desempenho operacional foi avaliado na linha de fronteira de eficiência ao associarmos os scores encontrados pelo lucro operacional (*output*) das empresas analisadas e a relação com o ativo circulante e o ativo imobilizado (*inputs*). Para a análise das informações e avaliação da eficiência das companhias foi utilizado o modelo BCC derivado de Banker, Charnes e Cooper (1984), utilizado nos trabalhos correlatos de Cardoso e Aquino (2009), Iwata e Okada (2011), Ribeiro, Macedo e Marques (2012) e Raifur e Sousa (2015).

Quanto às dimensões do desempenho financeiro das empresas da amostra, foram mensurados o valor de mercado, para a dimensão de mercado, e o *Return On Assets* – ROA e *Return On Equity* – ROE, para a dimensão de lucratividade. Entre as medidas mais abrangentes e de longo prazo, destaca-se o valor de mercado, que tem sido bastante utilizado nos estudos com foco no desempenho financeiro (AMIHUUD, 2002; FAMA; FRENCH, 1993; HAWAWINI; SUBRAMANIAN; VERDIN, 2003; MORROW JR. et al., 2007; PEROBELLI; FAMÁ; SACRAMENTO, 2016). De acordo com Shimizu (2013), a lucratividade é comumente avaliada pelos gestores internos e expressa o risco do negócio. A escolha das medidas (ROA e ROE) fundamenta-se nos estudos de Brito, Brito e Morganti (2009), Floriani, Beuren e Hein (2013), Santos et al. (2014) e Shimizu (2013), que correlacionaram o desempenho com a inovação; e nos de Holanda et al. (2011), Kneipp et al. (2013), Lameira et al. (2013) e Navarro et al. (2013), que estudaram o desempenho e a RSC.

O estudo também possui em seu contexto, variáveis que são tratadas como medidas de controle, selecionadas a partir das indicações da literatura. O Quadro 4 descreve as referidas variáveis.

Quadro 4 – Variáveis de controle

Variável	Operacionalização	Fonte de coleta	Suporte teórico
Tamanho (TAM)	Ln Ativo Total	Thomson Reuters®	Bargeron, Lehn e Zutter (2010); Choi, Saito e Silva (2015); Loncan e Caldeira (2014)
Endividamento Total	(Passivo Circulante	Thomson Reuters®	Kayo, Teh e Basso (2006); Machado e

(ENDT)	+ Passivo Não Circulante) /Ativo Total		Machado (2011)
Crescimento (CRESC)	Vendas no ano t / Vendas no ano t-1	Thomson Reuters®	Brito, Brito e Morganti (2009); Brito, Corrar e Batistella (2007); Klomp e Van Leeuwen (2001)

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura (2018).

Para investigar o efeito das estratégias (inovação e RSC) no desempenho das empresas no Brasil e na Europa, foram utilizados os modelos econométricos de regressão linear múltipla, cujos dados foram organizados em painel, com utilização de erros robustos, conforme modelos 1 e 2:

$$DES_{ij} = \alpha_i + \beta_1 INOV_{ij} + \sum^3 \beta_n CON_{ij} + u_{ij} \quad (1)$$

$$DES_{ij} = \alpha_i + \beta_1 RSC_{ij} + \sum^3 \beta_n CON_{ij} + u_{ij} \quad (2)$$

Em que *DES* é o desempenho (atividade, eficiência, mercado e lucratividade) da empresa, *INOV* representa a variável de inovação a partir das diferentes métricas propostas (Quadro 1), *RSC* representa a variável de responsabilidade social corporativa a partir da métrica disposta no Quadro 2, *CON* representa as variáveis de controle do estudo, *i* representa o subscrito empresa e *j* representa o subscrito ano.

A análise de dados em painel combina essas duas organizações de dados (*cross-sections* e série temporal). A análise de dados em painel apresenta ainda três abordagens, definidas como as mais comuns: *pooled independent cross-sections* (ou *POLS – Pooled Ordinary Least Squares*), efeitos fixos (*fixed effects*) e efeitos aleatórios (*random effects*).

O modelo *pooled* desconsidera as diferenças comportamentais existentes nas empresas da amostra no conjunto de dados, onde o resultado assemelha-se a regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). No modelo de efeitos fixos, examina-se a existência de diferenças significativas no comportamento das empresas ao longo da série temporal. Já a abordagem de efeitos aleatórios aprecia as diferenças de cada indivíduo como aleatória, associando-as com as observações da amostra (GUJARATI; PORTER, 2011).

Para tanto, são realizados testes com o propósito de verificar qual a melhor abordagem para a representação dos dados: *pooled*, painel de efeitos fixos ou efeitos aleatórios. Para identificar a melhor representação entre *pools* e efeitos aleatórios aplicou-se o teste LM (*Lagrange multiplier*) de Breusch-Pagan, e o resultado significativo sugeriu a rejeição de hipótese nula em todos os modelos, sendo Efeitos aleatórios a estimação mais adequada. O Teste de Chow, que verifica a estimação mais adequada entre a utilização entre *POLS* e

Efeitos Fixos, mostrou-se significativo ao nível de 5%, demonstrando que o uso da abordagem Efeitos Fixos é a mais indicada. Em seguida, foi aplicado o teste de Hausman para identificar o modelo que melhor represente os dados entre efeitos fixos e aleatórios. Neste, o modelo mais apropriado para os modelos econométricos propostos é o de Efeitos aleatórios, uma vez que o resultado apresentou-se não significativo ao nível de significância de 5%.

Ressalta-se que à implementação da análise de regressão impera o atendimento de alguns requisitos, denominados pressupostos, os quais são: (i) normalidade dos resíduos; (ii) homoscedasticidade dos resíduos; (iii) linearidade dos coeficientes; (iv) ausência de autocorrelação serial nos resíduos; e (v) multicolinearidade entre as variáveis independentes.

Vale destacar que os dados da pesquisa foram organizados no *software Microsoft Office Excel Professional® 2010* e o tratamento dos mesmos foi realizado com o auxílio do pacote estatístico *Stata®*, versão 12.

Para caracterização da amostra, atendendo aos primeiro e segundo objetivo específico, aplicou-se a análise descritiva dos dados, classificando as variáveis principais do estudo: inovação, RSC e desempenho. A fim de testar a significância estatística dos resultados apontados na análise descritiva, aplicou-se a análise de comparação de médias entre as variáveis de inovação e da RSC para os grupos de empresas brasileiras e europeias.

Por fim, para o alcance do terceiro objetivo específico, aplicou-se a análise de regressão logística (logit) a fim de identificar, entre características endógenas e exógenas, os fatores determinantes para os níveis de inovação e RSC das empresas da amostra. Através da mediana das variáveis de inovação e RSC, a amostra foi dividida em dois grupos (*dummy*) para tal procedimento estatístico. Para compor a variável *dummy* de inovação, em um dos grupos foram consideradas apenas as empresas que apresentaram valores acima da mediana em pelo menos duas das métricas utilizadas para mensurar tal variável. Os Quadros 5 e 6 descrevem as variáveis adotadas na pesquisa, à luz da literatura, como fatores endógenos e exógenos, respectivamente.

Quadro 5 – Variáveis endógenas

	Variável	Operacionalização	Fonte de coleta	Suporte teórico
Econômicas	Tamanho (TAM)	Ln Ativo Total	Thomson Reuters®	Braga et al. (2011); Choi, Saito e Silva (2015); Loncan e Caldeira (2014); Rossoni e Machado-da-Silva (2013)
	Market-to-Book (MKB)	Valor de mercado / Valor patrimonial	Thomson Reuters®	Brito, Brito e Morganti (2009); Quintella (2012); Shimizu (2013)
	Rentabilidade (ROA)	Lucro Líquido / Ativo Operacional	Thomson Reuters®	Brito, Brito e Morganti (2009); Floriani, Beuren e Hein (2013); Lameira et al. (2013); Navarro et

				al. (2013); Santos et al. (2014)
--	--	--	--	----------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura (2018).

Quadro 6 – Variáveis exógenas

	Variável	Operacionalização	Fonte de coleta	Suporte teórico
Desenvolvimento do mercado	Capitalização de Mercado (CAPM)	Capitalização de mercado para empresas como % do Produto Interno Bruto (PIB)	Banco Mundial	Chen, Hung e Wang (2017); Eding e Scholtens (2017); Fagerberg e Srholec (2008); Hsu, Tian e Xu (2014); Sood e Tellis (2009)
	Desenvolvimento Financeiro (DFIN)	Eficiência do setor financeiro como componente do WEF's Global Competitiveness Index (1 a 7)	Fórum de Economia Mundial (WEF)	Boulouta e Pitelis (2014); Djankov et al. (2008); Gungler e Shi (2008); Khanna et al. (2004); Solleiro e Castañón (2005)
Fatores Culturais	Aversão à Incerteza (AAI)	Grau que uma sociedade se sente desconfortável por situações incertas e ambíguas (0 a 100)	Hofstede (2018)	Ali et al. (2012); Hussler (2004); Kaasa e Vadi (2010); Syed e Malik (2014); Waarts e Van Everdingen (2005); William e McQuire (2005)
	Individualismo (IND)	Individualismo social versus Coletivismo (0 a 100)	Hofstede (2018)	Ganescu et al. (2014); Halkos e Skouloudis (2016); Ho et al. (2012); Peng et al. (2012); Ringov e Zollo (2007); Romero e Fernandez-Feijoo (2015); Thanetsunthorn (2015)

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura (2018).

Seguem os modelos utilizados para identificar o efeito das variáveis endógenas e exógenas na probabilidade de adoção de estratégias competitivas (inovação e RSC):

$$\Pr(INOV)_{ij} = \alpha_1 + \sum \beta_n END_{ij} + \sum \beta_n EXO_{ij} + u_{ij} \quad (3)$$

$$\Pr(RSC)_{ij} = \alpha_1 + \sum \beta_n END_{ij} + \sum \beta_n EXO_{ij} + u_{ij} \quad (4)$$

Em que *INOV* representa a variável *dummy* de inovação, *RSC* representa a variável *dummy* de responsabilidade social corporativa, *END* e *EXO* representam os fatores endógenos e exógenos, respectivamente, *i* representa o subscrito empresa e *j* representa o subscrito ano.

Diante do exposto, o Quadro 10 expõe uma síntese metodológica, a qual é o meio pelo qual os objetivos da pesquisa foram atingidos.

Quadro 7 – Síntese metodológica

Objetivos	Método de análise
Comparar as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras e europeias.	Estatística Descritiva e Teste de diferenças de médias
Analisar o comportamento do desempenho operacional e financeiro das empresas brasileiras e europeias.	Estatística Descritiva
Examinar os fatores determinantes das estratégias de inovação e de	Regressão Logística

responsabilidade social corporativa nas empresas do Brasil e da Europa, incluindo-se fatores endógenos, associados a atributos das empresas, e fatores exógenos associados ao entorno de mercado e cultural.	
Analisar a relação entre as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa no desempenho das empresas no Brasil e Europa.	Análise de Regressão com dados em painel

Fonte: Elaborado pelo autor

Na seção seguinte, destinada à análise e discussão dos resultados, evidenciam-se todas as constatações oriundas do tratamento dos dados da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos neste estudo, na seguinte ordem: análise descritiva da inovação, dos investimentos ambientais e das variáveis de desempenho, comparação da inovação e dos investimentos ambientais em cada país, associação entre as características institucionais e estratégias de inovação e de RSC e avaliação dos efeitos dessas estratégias no desempenho das empresas.

4.1 Análise descritiva e comparativa das variáveis do estudo

A análise descritiva possibilita conhecer melhor a amostra que está sendo estudada. Desse modo, são apresentadas tabelas que possibilitam visualizar o comportamento das variáveis das empresas, agrupadas em Brasil e Europa. Na Tabela 3, encontra-se evidenciada a estatística descritiva das variáveis de inovação para o período analisado.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis de inovação

Variável		Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
INOV_AII	Brasil	0,000	0,9951	0,2834	0,3645
	Europa	0,000	0,9775	0,5927	0,2551
INOV_P&D	Brasil	0,000	0,1603	0,0057	0,0207
	Europa	0,000	0,3966	0,0178	0,0374
INOV_EI	Brasil	0,000	98,387	49,455	29,854
	Europa	0,000	99,626	58,851	32,260

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Verifica-se que em média, as empresas europeias apresentam maior quantidade de ativos intangíveis de inovação registrados em seu patrimônio. Para essa variável, o desvio-padrão das empresas brasileiras indica uma volatilidade superior ao das empresas europeias, o que significa que as empresas industriais brasileiras se diferenciam mais em termos de investimento em ativos intangíveis de inovação.

Algumas ponderações podem ser realizadas, considerando-se que o impacto da convergência contábil no Brasil ainda é recente quando comparado aos países europeus – apenas em 2008 houve a exigência de reconhecimento de ativos intangíveis. Segundo a literatura, os países emergentes são importantes oportunidades de negócio, no longo prazo, e por isso destacam-se como potenciais alvos da inovação. Por outro lado, mesmo havendo diferenças que impulsionam a capacidade inovativa dos países, o que se nota é a inexistência de arranjos significativamente distintos (ARRUDA; VERMULM; HOLLANDA, 2006).

Os investimentos em inovação por meio dos gastos com P&D também se apresentam maiores nas empresas europeias, onde é possível verificar empresas onde os gastos com P&D

representam aproximadamente 40% da receita líquida total. Em média, esses investimentos nas empresas europeias são baixos (aproximadamente 2% da receita líquida), porém são superiores aos investimentos realizados pelas empresas brasileiras (aproximadamente 0,5% da receita líquida).

Por meio da análise descritiva do indicador *Environment Innovation* (0-100) – que reflete a capacidade de redução de custos por parte das empresas e criação de novas oportunidades de mercado por meio de novas tecnologias –, se observa que em média, as empresas europeias também se demonstram mais inovadoras que as empresas brasileiras. Tais achados preliminares da pesquisa corroboram os resultados obtidos por Arruda, Vermulm e Hollanda (2006), Rauen e Furtado (2014) e Melo et al. (2017) que apresentam que o nível de inovação das empresas pertencentes a países com economias desenvolvidas é superior ao nível de inovação das empresas pertencentes a países de economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva da variável RSC que corresponde ao peso padrão da base de dados CSRHub®, que varia de 0 a 100, atribuído sobre as dimensões sociedade, governança, funcionários e meio ambiente. Nesta pesquisa, essa métrica foi utilizada para mensurar as práticas de responsabilidade social corporativa das empresas da amostra.

Tabela 4 – Estatística descritiva da variável de RSC

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	
RSC	Brasil	36	68	55,137	5,536
	Europa	32	71	58,234	6,750

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Diante dos resultados da Tabela 4, verifica-se de modo geral através da média e da medida de máximo, que o nível de RSC é maior nas organizações europeias. A dispersão dos dados, indicada pelo desvio-padrão, também é maior nas empresas europeias, o que indica uma maior distinção entre os níveis de RSC nas empresas europeias que compõem a amostra. Esse achado corrobora os resultados encontrados por Oliveira et al. (2012), Freitas (2013) e Ali, Frynas e Mahmood (2017) que apontam diferenças entre as práticas de RSC com conjunturas econômicas diferentes. Tais achados também alinham-se aos estudos que apresentam que os países desenvolvidos possuem maiores níveis de RSC por receberem maior

pressão do público quando comparados a países em desenvolvimento (ALI; FRYNAS; MAHMOOD, 2017).

Segundo Lozano et al. (2008), os países europeus que compõem a amostra seguem um modelo regulatório (*Sustainability and Citizenship*) que afirma que as empresas devem ir para além de se comportarem como cidadãos exemplares, tanto na transparência dos seus negócios como no cumprimento dos seus deveres fiscais. As empresas europeias têm a obrigação de manter um vínculo direto com o seu ambiente local e contribuir para a resolução de problemas sociais por meio da formação de parcerias com outros intervenientes da sociedade. Dessa forma, pode-se entender que essas políticas de incentivos influenciam diretamente no nível de RSC das empresas.

Na sequência, no intuito de atender ao primeiro objetivo específico – comparar as estratégias de inovação de inovação e RSC das empresas brasileiras e europeias – utilizou-se o teste de médias. Inicialmente, através do teste de Kolmogorov-Smirnov, certificou-se que nenhuma das variáveis apresentou distribuição normal, já que o p -valor do teste foi inferior a 0,05 (Sig. = 0,000), justificando-se, assim, a aplicação de um teste não paramétrico. Destarte, para se analisar diferenças significativas entre a inovação e a RSC nas empresas brasileiras e europeias, aplicou-se o teste de diferenças entre médias para amostras independentes de Mann-Whitney.

Assim, a Tabela 5 mostra os resultados dos testes de diferenças entre médias nas empresas dos dois grupos investigados, para cada uma das três dimensões da inovação adotadas no estudo.

Tabela 5 – Teste de Mann-Whitney para as variáveis de inovação

Inovação		Pontos de média	Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)
INOV_AII	Brasil	240,64	28711,00	61607,00	-10,51	0,000(*)
	Europa	404,73				
INOV_P&D	Brasil	303,28	44744,00	77640,00	-4,677	0,000(*)
	Europa	367,44				
INOV_EI	Brasil	304,39	45027,00	77923,00	-3,990	0,000(*)
	Europa	366,79				

(*) Significante a 1%.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir das informações evidenciadas na Tabela 4, observa-se que a estatística Z do teste de Mann-Whitney, para todas as variáveis de inovação, apresentou o p -valor inferior a 0,05, o que faz com que a hipótese nula seja rejeitada, ou seja, as empresas brasileiras e europeias possuem estratégias de inovação diferentes (H_1), estatisticamente. Além de apontar

a diferença entre os grupos, por meio da análise dos pontos de média pode-se concluir que os ativos intangíveis de inovação, os investimentos em P&D e a capacidade inovativa mensurada através do *ranking Environment Innovation* foram significativamente superiores nas firmas europeias.

Os achados corroboram os resultados apontados pela estatística descritiva desse estudo, bem como a literatura nacional e internacional que sinalizou as diferenças entre as estratégias de inovação desenvolvidas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Mesmo diante do crescimento de algumas economias, como a brasileira, alguns fatores exógenos as organizações podem ser apontados como pilares dessa distinção entre as estratégias de inovação, como contextos econômicos e ideológicos sobre as estratégias e oportunidades de absorção de vantagens competitivas no futuro (ARRUDA; VERMULM; HOLLANDA, 2006; FURTADO; CARVALHO, 2005; HSU; TIAN; XU, 2014; MELO et al., 2017; RAUEN; FURTADO, 2014).

Da mesma forma, aplicou-se o teste de diferenças entre médias para amostras independentes de Mann-Whitney para analisar diferenças significativas entre as práticas de RSC nas empresas brasileiras e europeias, conforme resultados apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Teste de Mann-Whitney para a variável de RSC

Inovação		Pontos de média	Mann-Whitney	Wilcoxon W	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)
RSC	Brasil	272,58	36883,5	69779,5	-7,243	0,000(*)
	Europa	385,72				

(*) Significante a 1%.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em relação à RSC, observa-se, por meio dos pontos médios, que as práticas de responsabilidade social das empresas europeias foram significativamente maiores quando comparadas às empresas brasileiras. Através a estatística Z do teste de Mann-Whitney, constatou-se que a variável de RSC apresentou o p-valor inferior a 0,05, o que faz com que a hipótese nula para RSC também seja rejeitada. Dessa forma, é possível concluir que as empresas brasileiras e europeias possuem estratégias de responsabilidade social diferentes (H_2), estatisticamente.

Os resultados corroboram os achados de evidências internacionais que apontam que as peculiaridades de cada país podem ter um papel relevante na determinação do nível de RSC das empresas (NASCIMENTO, 2012; OLIVEIRA et al., 2012; PEREIRA, 2009; RIBEIRO; VAN BELLEN; CARVALHO, 2011). O fato de pertencer a uma economia em

desenvolvimento conduz as empresas a se preocuparem mais com fatores econômicos e financeiros. Como aponta Nascimento (2012), muitas fontes de recursos se localizam em países emergentes, e por esse fato, os países desenvolvidos tendem poupar seus recursos e buscam alternativas para um melhor desempenho social e ambiental de suas organizações.

Para atender ao segundo objetivo específico, que visa analisar o comportamento do desempenho operacional e financeiro das empresas brasileiras e europeias, a Tabela 7 apresenta a descrição das variáveis de desempenho utilizadas nesse estudo.

Para mensurar o desempenho de atividade (DES_Ativ), utilizou-se o EBITDA padronizado pelo Ativo total. Já a variável que representa eficiência operacional (DES_Efic) é resultado de uma DEA processada através do Ativo Circulante (*Input*), Ativo Imobilizado (*Input*) e Lucro Operacional (*Output*) de cada empresa. O desempenho por meio do mercado (DES_Merc) foi mensurado através do *Market-to-book* de cada empresa, e por fim, o desempenho de lucratividade foi representado pelo ROA (DES_LROA) e ROE (DES_LROE) de cada empresa da amostra.

Tabela 7 – Estatística descritiva das variáveis de desempenho

Variável		Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
DES_Ativ	Brasil	-1,7857	0,4737	0,0829	0,1650
	Europa	-0,0255	0,3834	0,1114	0,0547
DES_Efic	Brasil	0,042	1,000	0,4885	0,3882
	Europa	0,094	1,000	0,5513	0,3143
DES_Merc	Brasil	0,0073	3,9271	0,6760	0,7158
	Europa	0,0197	7,0646	0,9803	0,9305
DES_LROA	Brasil	-1,1412	2,2177	0,0243	0,1758
	Europa	-0,2631	0,6611	0,0397	0,0596
DES_LROE	Brasil	-1,9294	2,6815	0,0522	0,3775
	Europa	-3,5316	4,3529	0,1015	0,3252

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os achados apresentados na Tabela 7 indicam que as empresas industriais brasileiras e europeias apresentam desempenhos distintos em todas as dimensões analisadas. O desempenho operacional de atividade além de se apresentar superior nas firmas europeias, apresentou baixa volatilidade para o período de análise, ou seja, as indústrias europeias possuem um desempenho operacional mais estável.

Os resultados referentes ao desempenho sob a dimensão de eficiência operacional demonstram que as empresas europeias possuem um desempenho superior ao das empresas

brasileiras. Dessa forma, sugere-se que as empresas europeias fazem melhor gestão do seu capital circulante, do capital imobilizado e apresentam melhor capacidade de gerar recursos, independente de suas estratégias de financiamento, representado dentro da análise pelo lucro operacional.

Verifica-se também que o desempenho de mercado, em média, também foi superior nas empresas que fazem parte de países desenvolvidos. Como a métrica para mensuração dessa dimensão envolve o valor de mercado das empresas, pode-se concluir que as indústrias estrangeiras possuem maior valor de mercado se comparadas com as nacionais. Além disso, evidencia-se que, mesmo em crescente desenvolvimento econômico como é o caso do Brasil, as firmas europeias apresentam uma valorização de mercado superior (PRADHAN; ARVIN; BAHMANI, 2018).

Ao analisar a dimensão de lucratividade, verifica-se que em média, as empresas europeias apresentam maior retorno sobre os ativos (ROA) e maior retorno sobre o patrimônio (ROE) do que as empresas brasileiras. Esses achados justificam-se em função das distinções de conjuntura econômica que envolve os países analisados (SANTOS, 2015).

4.2 Análise dos fatores determinantes para inovação e RSC

No intuito de atender ao terceiro objetivo específico, apresentam-se na Tabela 8 os resultados da regressão, provenientes da Equação 4, onde se buscou analisar quais fatores (endógenos e exógenos) são significativos para determinar o nível de inovação das empresas brasileiras e europeias.

Tabela 8 – Regressão logística – Inovação

Painel A					
Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Teste Wald	Sig.	VIF
TAM	0,000	0,000	2,495	0,114	1,02
MKB	0,000	0,000	2,132	0,144	1,10
ROA	0,000	0,000	0,001	0,974	1,06
DFIN	1,871	0,642	8,481	0,004**	1,94
CAPM	-0,012	0,007	2,877	0,090	2,81
AAI	-0,013	0,006	-4,163	0,041**	1,14
IND	-0,002	0,013	0,022	0,881	2,75
_Const	-9,981	2,275	-0,63	0,530	-
Painel B					
LR statistic	3,545		Cox-Snell R2	0,092	

Sig. (LR)	0,000*	Nagelkerke R2	0,124
------------------	--------	---------------	-------

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Observa-se, no Painel B (Tabela 8), que a equação estimada apresentou significância estatística, tendo em vista o *p*-valor obtido pela estatística LR. Verifica-se ainda que, o teste de Cox&Snell indica que apenas 0,92% das variações ocorridas no log da razão de chance são explicadas pelo conjunto de variáveis. O Nagelkerke fornece resultados entre 0 e 1, indicando que o modelo é apto para explicar cerca de 12,4% das variações registradas na variável classificatória. Para detectar a presença de multicolinearidade, o único pressuposto que deve ser atendido no uso da regressão logística, fez-se uso do Teste VIF (*Variance Inflation Factor*). De acordo com os resultados, conclui-se pela inexistência de multicolinearidade.

Por meio da estatística de Wald, verifica-se que apenas as variáveis exógenas Desenvolvimento Financeiro (DFIN) e Aversão à Incerteza (AII) apresentaram significância estatística, uma vez que se mostraram significantes ao nível de 5% e atestando, portanto, que essas variáveis exercem influência significativa sobre a probabilidade de as empresas utilizarem estratégias empresariais voltadas à inovação.

Os resultados corroboram a pesquisa realizada por Hsu, Tian e Xu (2014) que identificou que o desenvolvimento financeiro influencia no nível de inovação das empresas. Seus achados apontam que as indústrias que são mais intensivas em alta tecnologia exibem um nível de inovação desproporcionalmente maior em países em que a eficiência do setor financeiro é mais desenvolvida.

O fator cultural Aversão à Incerteza, descrito por Hofstede (2018) como o grau de ameaça que membros de uma cultura ou sociedade sentem em situações incertas ou desconhecidas, apresentou influência negativa e significativa com o nível de inovação. Dessa forma, pode-se concluir que nos países onde o nível de aversão ao risco é maior, o grau de inovação é menor, corroborando as recomendações dos estudos de Ali et al. (2012), Kaasa e Vadi (2010) e Syed e Malik (2014).

No intuito de atender ao terceiro objetivo específico, apresentam-se na Tabela 9 os resultados da regressão, proveniente da Equação 5, onde se buscou analisar quais fatores (endógenos e exógenos) são significativos para determinar o nível de RSC das empresas brasileiras e europeias.

Tabela 9 – Regressão logística – RSC

Painel A

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Teste Wald	Sig.	VIF
TAM	0,000	0,000	2,503	0,114	1,02
MKB	0,000	0,000	1,977	0,160	1,10
ROA	0,000	0,000	0,763	0,382	1,06
DFIN	-0,274	0,727	0,142	0,706	1,94
CAPM	-0,009	0,007	1,423	0,233	2,81
AAI	0,003	0,007	0,158	0,691	1,14
IND	-0,053	0,017	-9,675	0,002*	2,75
_Const	-1,685	2,526	0,445	0,505	-

Painel B

LR statistic	7,334	Cox-Snell R2	0,084
Sig. (LR)	0,041**	Nagelkerke R2	0,112

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Verifica-se, no Painel B (Tabela 9), que a equação estimada apresentou significância estatística ao nível de 5% (LR). O teste de Cox&Snell indica que apenas 0,84% das variações ocorridas no log da razão de chance são explicadas pelo conjunto de variáveis. O Nagelkerke indica que o modelo é apto para explicar 11,2% das variações registradas na variável classificatória. Verifica-se que apenas a variável Individualismo (IND) apresentou significância estatística, uma vez que se mostrou significativa ao nível de 1% e atestando, portanto, que essa variável exerce influência significativa sobre a probabilidade de as empresas utilizarem estratégias empresariais voltadas à RSC.

O fator cultural Individualismo fornece uma análise nacional se as pessoas se preocupam apenas em tomar conta de si mesmo, ou se elas se preocupam com os que estão ao redor (HOFSTEDÉ, 2018), o que pode influenciar no comportamento das organizações no que diz respeito as práticas de RSC. Os resultados dessa pesquisa demonstram uma relação negativa e significativa entre o nível de individualismo dos países estudados e o nível de RSC. Dessa forma, pode-se concluir que nos países onde o nível de individualismo é maior, o grau de RSC é menor, guardando alinhamento com os estudos de Halkos e Skouloudis (2016), Ho et al. (2012), Peng et al. (2012), Romero e Fernandez-Feijoo (2015) e Thanetsunthorn (2015).

4.3 Análise dos efeitos da inovação e da RSC no desempenho das empresas

Em busca de investigar a relação da inovação e da responsabilidade social corporativa no desempenho das empresas brasileiras e europeias, objetivo geral da pesquisa, realizou-se análise de dados em painel, no período de 2013 a 2017.

Inicialmente, foram realizados o Teste LM de Breusch-Pagan, o Teste Chow e o Teste de Hausman para verificar o modelo de estimação mais adequado entre Efeitos fixos, *Pooled ordinary least squares* (POLS) e Efeitos aleatórios. Considerando significância de 5%, o Teste LM de Breusch-Pagan, que testa a escolha entre modelo POLS e Efeitos aleatórios, o resultado significativo sugeriu a rejeição de hipótese nula em todos os modelos, sendo Efeitos aleatórios a estimação mais adequada. Já o Teste de Chow, que verifica a estimação mais adequada entre a utilização entre POLS e Efeitos Fixos, mostrou-se significativo ao nível de 5%, demonstrando que o uso da abordagem Efeitos Fixos é a mais indicada. Ao proceder com o teste de Hausman, que verifica a estimação mais adequada entre a utilização entre Efeitos fixos e Efeitos aleatórios, o modelo mais apropriado para os modelos econométricos propostos é o de Efeitos aleatórios, uma vez que o resultado apresentou-se não significativo ao nível de significância de 5%.

Quanto aos pressupostos básicos, a aplicação do Teste de Breusch-Pagan revelou problemas de heterocedasticidade, portanto, as estimações foram corrigidas pelo método de White, também conhecido como regressão robusta (FÁVERO et al., 2009). Os valores de *Variance Inflation Factor* (VIF) não evidenciaram problemas associados à multicolinearidade, uma vez que todos se enquadraram no intervalo de $1 < VIF < 5$. Segundo Fávero et al. (2009), o VIF menor do que 5 diagnostica ausência de multicolinearidade.

A Tabela 10 traz os resultados do modelo 1 que analisa os efeitos da inovação sobre o desempenho de atividade operacional das empresas brasileiras e europeias, individual e conjuntamente.

Tabela 10 – Efeitos da inovação no desempenho de atividade operacional

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
INOV_AII	-0,022	0,388	-0,004	0,666	0,040	0,059
INOV_P&D	0,045	0,142	0,198	0,015**	0,161	0,430
INOV_EI	-0,022	0,044**	0,000	0,449	0,000	0,122
TAM	0,018	0,030**	-1,68	0,006*	0,169	0,040**
ENDV	-0,235	0,000*	-0,116	0,004*	0,013	0,000*
CRESC	3,39	0,119	0,001	0,188	9,73	0,001*
Constante	-0,227	0,301	0,1846	0,000	-3,891	0,043**
R ²	0,5892		0,1011		0,026	

Teste F (sig)	0,000*	0,000*	0,000*
Observações	256	430	686

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01
Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Verifica-se por meio do teste F, que todas as estimações são significantes a um nível de 1%. As empresas brasileiras apresentaram influência negativa na variável de inovação *Environment Innovation*, o que indica que as empresas brasileiras com maior capacidade de gerar novas tecnologias possuem um menor desempenho em atividade, mensurado por meio do EBITDA. Já as empresas europeias apresentaram influência positiva entre o desempenho operacional e os investimentos em inovação por meio de gastos com P&D. Em linhas gerais, esses achados corroboram a literatura levantada neste trabalho que aponta os investimentos em inovação como estratégia empresarial que visa obtenção de vantagens competitivas no mercado (RAMOS; ZILBER, 2015).

Na análise conjunta das empresas (brasileiras e europeias) constatou-se ausência de influência significativa das variáveis de inovação no desempenho operacional das empresas. Pode-se observar ainda, a influência do tamanho, do endividamento e do crescimento sobre o desempenho operacional de atividade em todas as análises realizadas.

A Tabela 11 traz os resultados do modelo 1 que também analisa os efeitos da inovação sobre o desempenho, porém este foi mensurado por meio da eficiência operacional das empresas brasileiras e europeias, individual e conjuntamente.

Tabela 11 – Efeitos da inovação no desempenho de eficiência operacional

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
INOV_AII	2,008	0,920	2,726	0,886	-0,215	0,507
INOV_P&D	-019,5	0,022**	-0,132	0,503	0,465	0,819
INOV_EI	0,656	0,130	0,021	0,734	0,035	0,654
TAM	-0,568	0,032**	0,557	0,559	-1,120	0,234
ENDV	-0,871	0,030**	0,215	0,132	-0,935	0,290
CRESC	0,002	0,000*	-9,336	0,200	0,011	0,000*
Constante	0,506	0,022**	0,1842	0,000*	0,456	0,000*
R ²	0,0621		0,0771		0,059	
Teste F (sig)	0,000*		0,000*		0,000*	
Observações	256		430		686	

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01
Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A partir das informações evidenciadas na Tabela 11, nota-se que todas as estimações são significantes a um nível de 1%, conforme resultados do Teste F. Os resultados apresentam que somente nas empresas brasileiras houve significância na relação com a variável inovação por meio dos gastos com P&D, porém, como demonstrado pelo coeficiente, essa relação é negativa. Dessa forma, pode-se concluir que no mercado brasileiro, quanto maior forem os gastos com P&D, menor será a eficiência operacional da organização. Através dos resultados apresentados na Tabela 11, também detecta-se que a eficiência operacional tem relação positiva com o crescimento das empresas.

A Tabela 12 apresenta os efeitos das estratégias de inovação sobre o desempenho de mercado das empresas brasileiras e europeias, individual e conjuntamente.

Tabela 12 – Efeitos da inovação no desempenho de mercado

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
INOV_AII	0,171	0,059	-0,074	0,522	0,054	0,523
INOV_P&D	3,437	0,391	0,149	0,634	-0,007	0,986
INOV_EI	0,002	0,007*	0,000	0,018**	0,000	0,003*
TAM	-0,291	0,000*	-2,13	0,007*	-0,391	0,195
ENDV	-0,451	0,000*	-1,148	0,014**	0,061	0,000*
CRESC	-4,48	0,000*	0,004	0,621	-3,13	0,003*
Constante	7,644	0,000*	1,754	0,000*	9,856	0,162
R ²	0,1785		0,2625		0,1570	
Teste F (sig)	0,000*		0,000*		0,000*	
Observações	256		430		686	

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Por meio do teste F, comprovaram-se as estimações do modelo significantes a um nível de 1%, com poder explicativo médio de 17% para as empresas brasileiras, 26% para as empresas europeias e 15% na abordagem conjunta das empresas.

Ao analisar os resultados, verifica-se que a inovação representada pelo indicador *Environment Innovation* apresentou influência positiva em todos os contextos econômicos, analisados de forma individual e conjunta. Os achados demonstram que o envolvimento das organizações com inovações voltadas para a redução de custos e desenvolvimentos de novas tecnologias sustentáveis, influencia positivamente o seu valor de mercado, independente do cenário econômico onde estão inseridas. Os resultados corroboram os achados por Usman et

al. (2017) que apontam que o envolvimento das organizações com atividades de inovação gera impacto no valor de mercado.

Em relação ao tamanho e endividamento, os resultados apontaram que as empresas menores e menos endividadas possuem melhor desempenho de mercado, quando analisados de forma individual. Na análise conjunta, identificou-se que as empresas mais endividadas possuem maior desempenho de mercado, ou seja, relação positiva com a variável dependente (desempenho). O crescimento das empresas apresentou relação negativa na análise das empresas brasileiras e na análise conjunta das empresas brasileiras e europeias, representando que para as empresas da amostra, o desempenho de mercado é maior quando o crescimento é menor, o que pode-se apontar como um achado inesperado.

A Tabela 13 apresenta os efeitos da inovação sobre a lucratividade das empresas brasileiras e europeias, representada pelo retorno sobre os ativos.

Tabela 13 – Efeitos da inovação no desempenho de lucratividade - ROA

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
INOV_AII	0,056	0,080	-0,008	0,481	-0,118	0,217
INOV_P&D	-3,704	0,035**	0,038	0,405	-0,234	0,530
INOV_EI	0,001	0,118	-0,000	0,393	-0,000	0,650
TAM	-0,084	0,183	-2,48	0,650	-0,091	0,921
ENDV	0,200	0,049**	-0,157	0,000*	-2,049	0,000*
CRESC	-5,23	0,064	-0,005	0,810	-5,53	0,081
Constante	1,852	0,210	0,148	0,000	3,868	0,856
R ²	0,080		0,2598		0,9948	
Teste F (sig)	0,000*		0,000*		0,000*	
Observações	256		430		686	

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Com base nos resultados apresentados na Tabela 13, verifica-se que o modelo aplicado à amostra de empresas brasileiras demonstra poder explicativo (R^2) de 8%. O fato poder ser explicado pela complexidade da variável dependente (ROA) que possui influência de diversos fatores, enquanto a nossa análise restringe-se a influência da inovação sobre essa dimensão do desempenho empresarial.

No caso das empresas brasileiras, os resultados apresentam influência negativa entre os gastos com P&D e a rentabilidade das empresas, o que representa que as empresas brasileiras que mais investem em P&D possuem um menor retorno. Tal achado é inesperado

tendo em vista que a maioria dos estudos nacionais e internacionais aponta os investimentos em P&D como estratégia empresarial capaz de alavancar os resultados das empresas.

A Tabela 14 apresenta os efeitos da inovação sobre a lucratividade das empresas brasileiras e europeias, representada pelo retorno sobre o patrimônio líquido, individual e conjuntamente.

Tabela 14 – Efeitos da inovação no desempenho de lucratividade - ROE

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
INOV_AII	-0,023	0,636	0,004	0,909	1,354	0,854
INOV_P&D	0,494	0,606	0,134	0,559	1,485	0,697
INOV_EI	0,001	0,120	-1,000	0,288	-0,001	0,555
TAM	0,002	0,885	1,41	0,489	0,175	0,319
ENDV	-0,054	0,394	-0,077	0,447	-1,411	0,000*
CRESC	-9,36	0,000*	-0,001	0,926	0,000	0,296
Constante	-0,02	0,959	0,158	0,017	-413,62	0,322
R ²	0,049		0,011		0,1772	
Teste F (sig)	0,000*		0,000*		0,000*	
Observações	256		430		686	

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Verifica-se por meio do teste F, que todas as estimações são significantes a um nível de 1%. Ao analisar as empresas brasileiras, as empresas europeias e o conjunto de empresas da amostra quanto à influência da inovação no desempenho de lucratividade com base no retorno sobre o patrimônio líquido, pode-se constatar por meio dos resultados apresentados que não há influência significativa entre os constructos.

Diante dos achados, pode-se concluir apenas que o endividamento possui relação negativa com o ROE, ou seja, ao analisar o conjunto de empresas da amostra, percebe-se que as empresas menos endividadas apresentam melhor desempenho financeiro.

Buscando analisar o efeito das práticas de RSC no desempenho das empresas, a Tabela 15 traz os resultados do modelo 2 que analisa os efeitos da RSC sobre o desempenho de atividade operacional das empresas brasileiras e europeias, isolada e conjuntamente.

Tabela 15 – Efeitos da RSC no desempenho de atividade operacional

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor

RSC	0,360	0,024**	-0,066	0,029**	0,000	0,562
TAM	2,13	0,517	-1,46	0,012**	-0,000	0,144
ENDV	-0,245	0,000*	-0,119	0,003*	0,013	0,000*
CRESC	9,21	0,001*	0,001	0,263	6,07	0,001*
Constante	0,049	0,517	0,226	0,000	0,081	0,004*
R ²	0,5826		0,1011		0,087	
Teste F (sig)	0,000*		0,000*		0,000*	
Observações	256		430		686	

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Os resultados apresentados na Tabela 15 apontam, por meio do teste F, que todas as estimações são significantes a um nível de 1%, com poder explicativo de 15% para as empresas brasileiras, 57% para as empresas europeias e 46% na abordagem conjunta das empresas.

No geral, observa-se que as práticas de RSC nas empresas brasileiras representam influência positiva com o desempenho de atividade operacional, ou seja, quanto melhor a postura socialmente responsável das empresas brasileiras, melhor será o seu desempenho operacional. Tal resultado difere dos achados para o grupo de empresas europeias que apresentou influência negativa, o que representa que, para as empresas europeias, as melhores práticas RSC resultam num desempenho operacional inferior. Na análise conjunta, percebe-se não haver influência significativa entre os constructos RSC e desempenho operacional de atividade.

Os achados para as empresas brasileiras, corroboram os estudos que apontam que as melhores práticas de RSC conduzem as empresas para um melhor desempenho, bem como com a teoria RBV que apresenta o uso dos recursos e estratégias empresariais para a obtenção de vantagens competitivas (BARNEY, 1991; BHUYAN; LODH; PERERA, 2017; LINS; SERVAES; TAMAYO, 2017).

A Tabela 16 traz os resultados do modelo 2 que também analisa os efeitos da RSC sobre o desempenho, porém este foi mensurado através da eficiência operacional das empresas brasileiras e europeias, individual e conjuntamente.

Tabela 16 – Efeitos da RSC no desempenho de eficiência operacional

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
RSC	-0,596	0,014**	3,478	0,040**	0,062	0,956

TAM	-1,390	0,512	3,170	0,644	2,461	0,006*
ENDV	-0,135	0,271	-0,014	0,295	0,183	0,518
CRESC	0,002	0,000*	-6,728	0,448	0,005	0,191
Constante	0,371	0,000*	0,995	0,449	30,84	0,000*
R ²	0,0425		0,0225		0,0459	
Teste F (sig)	0,000*		0,000*		0,000*	
Observações	256		430		686	

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Todas as estimações são significantes a um nível de 1%, conforme resultados do Teste F. Os resultados demonstram que há relação significativa entre as práticas de RSC e eficiência operacional das empresas brasileiras e europeias, quando essas foram analisadas separadamente.

No contexto brasileiro, a relação entre as estratégias de RSC e o desempenho operacional apresenta-se negativa, o que indica que essa dimensão do desempenho é inferior quando as práticas de RSC são melhores. Por se tratar de eficiência operacional, ou seja, gestão dos recursos que estão altamente ligados processo operacional das firmas, Nascimento (2012) argumenta que nos países com economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a preocupação em gerir com eficiência os recursos das empresas é menor do que nos países desenvolvidos, tendo em vista que os países desenvolvidos possuem políticas que conduzem as empresas a pouparem seus recursos e buscarem alternativas para um melhor desempenho operacional e social.

No contexto europeu, os resultados demonstram uma relação positiva entre as práticas de RSC e a eficiência operacional das empresas que compõe a amostra. Tal resultado corrobora alguns estudos internacionais que apontam os investimentos e as práticas de RSC como fator estratégico utilizado pelas empresas para alavancar o seu desempenho, tanto financeiro como operacional (BHUYAN; LODH; PERERA, 2017; KIM; KIM; QUIAN, 2018; LINS; SERVAES; TAMAYO, 2017; RHO; SINGAL; KOH, 2016).

A Tabela 17 apresenta os efeitos das estratégias de RSC sobre o desempenho de mercado das empresas brasileiras e europeias, individual e conjuntamente.

Tabela 17 – Efeitos da RSC no desempenho de mercado

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
RSC	-0,744	0,297	-0,507	0,269	-0,003	0,320

TAM	-3,34	0,401	-1,92	0,019**	-0,000	0,589
ENDV	-0,169	0,186	-1,109	0,018**	0,061	0,000*
CRESC	-3,25	0,001*	0,002	0,819	-1,53	0,001*
Constante	1,196	0,004*	2,031	0,000	0,962	0,000*
R ²	0,039		0,2606		0,1903	
Teste F (sig)	0,000*		0,000*		0,000*	
Observações	256		430		686	

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Por meio do teste F, comprovaram-se as estimações do modelo significantes a um nível de 1%. Ao analisar as empresas brasileiras, as empresas europeias e o conjunto de empresas da amostra quanto à influência das práticas de responsabilidade social corporativa representada pelo índice padrão da base CSRhub, pode-se constatar por meio dos resultados apresentados que não há influência significativa entre as práticas de RSC e o desempenho de mercado das empresas da amostra.

Os achados não se alinham à teoria RBV que prediz melhor desempenho de empresas socialmente responsáveis, porém corrobora estudos que obtiveram resultados similares como Freguete, Nossa e Funchal (2015), que concluíram que firmas responsáveis socialmente não têm um diferencial de desempenho em relação às outras firmas no mercado.

A Tabela 18 apresenta os efeitos da RSC sobre a lucratividade das empresas brasileiras e europeias, representada pelo retorno sobre os ativos, individual e conjuntamente.

Tabela 18 – Efeitos da RSC no desempenho de lucratividade - ROA

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
RSC	-0,215	0,196	-0,078	0,490	-0,012	0,229
TAM	1,000	0,978	-1,860	0,713	-0,000	0,389
ENDV	0,286	0,064	-0,157	0,000*	-2,050	0,000*
CRESC	-1,130	0,797	-0,005	0,816	-4,96	0,000*
Constante	-0,051	0,672	0,186	0,010**	2,27	0,000*
R ²	0,150		0,2279		0,9940	
Teste F (sig)	0,000*		0,000*		0,000*	
Observações	256		430		686	

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Pode-se observar, por meio do teste F, que todas as estimações são significantes a um nível de 1%. No caso das estimações que envolvem as empresas brasileiras, o poder explicativo do modelo foi de 15% para as empresas brasileiras, 22% para as empresas europeias e 99% na abordagem conjunta das empresas.

Da mesma forma que para o desempenho de mercado, os resultados demonstram insignificância entre a relação das estratégias de RSC e o desempenho financeiro representado nesse modelo pelo retorno sobre os ativos tanto no mercado brasileiro como europeu. Bhuyan, Lodh e Perera (2017) sugerem que a análise entre as variáveis seja realizada com defasagem de no mínimo um ano para cada indicador de desempenho analisando, pois o efeito pode ser melhor percebido a longo prazo.

Diante dos achados, detecta-se apenas que o endividamento e o crescimento possuem relação negativa com o ROA, ou seja, ao analisar o conjunto de empresas da amostra, percebe-se que as empresas menos endividadas e com menor crescimento de vendas apresentaram melhor desempenho de lucratividade.

A Tabela 19 apresenta os efeitos da RSC sobre a lucratividade das empresas brasileiras e europeias, representada pelo retorno sobre o patrimônio líquido, individual e conjuntamente.

Tabela 19 – Efeitos da RSC no desempenho de lucratividade - ROE

Descrição	Brasil		Europa		Todas as empresas	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
RSC	0,360	0,408	-0,003	0,991	0,069	0,353
TAM	5,640	0,412	8,440	0,661	-0,011	0,324
ENDV	-0,044	0,480	-0,093	0,266	-1,420	0,000*
CRESC	-8,19	0,000*	0,000	0,978	0,000	0,274
Constante	-0,118	0,635	0,160	0,398	4,539	0,064
R ²	0,038		0,029		0,8526	
Teste F (sig)	0,000*		0,000*		0,000*	
Observações	256		430		686	

Nota:** Significante a 0,05; * Significante a 0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Os resultados apresentados na Tabela 19 apontam, por meio do teste F, que todas as estimações são significantes a um nível de 1%. Ao analisar as empresas brasileiras, as empresas europeias e o conjunto de empresas da amostra quanto à influência da RSC no desempenho de lucratividade com base no retorno sobre o patrimônio líquido, pode-se

constatar por meio dos resultados apresentados que não há influência significativa entre os constructos.

A partir dos achados, pode-se concluir que o endividamento possui relação negativa com o ROE, ou seja, ao analisar o conjunto de empresas da amostra, percebe-se que as empresas menos endividadas apresentam melhor desempenho financeiro.

Os resultados advindos do modelo 1 e modelo 2, em que se inseriram as variáveis referentes às estratégias de inovação e RSC, respectivamente, confrontadas com as múltiplas dimensões do desempenho empresarial, conduzem a resultados diversos, não possibilitando suporte para aceitação das hipóteses **H₃** e **H₄**. O Quadro 8 apresenta o confronto dos resultados com as hipóteses propostas.

Quadro 8 – Confronto das hipóteses com os achados da pesquisa

Hipótese	Resultados		
H₁ : Há diferenças significativas nas estratégias de inovação entre as empresas brasileiras e as europeias	Hipótese aceita		
H₂ : Há diferenças significativas nas estratégias de responsabilidade social corporativa entre as empresas brasileiras e as europeias	Hipótese aceita		
	Brasil	Europa	Todas as empresas
H₃ : As estratégias de inovação influenciam positivamente o desempenho das empresas brasileiras e europeias.	Hipótese não aceita: Efeito da INOV_EI apenas sobre o desempenho de mercado	Hipótese não aceita: Efeito da INOV_P&D e INOV_EI apenas sobre o desempenho de mercado	Hipótese não aceita: Efeito da INOV_EI apenas sobre o desempenho de mercado
H₄ : As estratégias de RSC influenciam positivamente o desempenho das empresas brasileiras e europeias.	Hipótese não aceita: Efeito da RSC apenas sobre o desempenho de atividade operacional	Hipótese não aceita: Efeito da RSC apenas sobre o desempenho de eficiência operacional	Hipótese não aceita

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Por meio do Quadro 8, tem-se uma noção geral dos achados advindos da análise dos efeitos da inovação e da RSC realizada. As hipóteses **H₁** e **H₂** foram aceitas por meio dos resultados apontados pela estatística descritiva das variáveis, bem como pelo teste de diferença entre médias que apontaram diferenças estatisticamente significativas entre as estratégias de inovação e RSC realizadas pelas empresas brasileiras e europeias.

Por meio das regressões com dados em painel, buscou-se atender o objetivo geral desse trabalho analisando a relação entre as estratégias de inovação e RSC no desempenho das empresas brasileiras e europeias. Para caracterizar o desempenho como vantagem

competitiva, utilizou-se uma análise multidimensional do desempenho para as empresas, por meio das dimensões operacional e financeira. No geral, os achados foram inconclusivos, dessa forma não há suporte para aceitação das hipóteses **H₃** e **H₄**.

Findo à análise dos resultados, esta seção, juntamente com suas subseções, teve por finalidade atender ao objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, assim como testar as hipóteses levantadas. A seguir, são apresentadas as considerações finais do estudo, bem como limitações e sugestões para pesquisas posteriores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, fundamentada na RBV, foi desenvolvida com a proposta de responder ao seguinte questionamento: Qual a relação entre as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa e o desempenho das empresas no Brasil e Europa?

Dadas suas multidimensionalidades, as estratégias competitivas de inovação e de RSC apresentam-se como construtos que, individualmente, possuem relação com o desempenho das empresas, pois segundo a literatura, o desempenho superior pode ser obtido por meio da utilização de recursos ou capacidades distribuídas de forma heterogênea (CARVALHO; KAYO; MARTIN, 2010), ou seja, todas as empresas possuem um portfólio de recursos, sejam eles físicos, intangíveis, organizacionais, e recursos humanos e a partir desse portfólio as firmas podem criar vantagens competitivas que podem ser observadas no desempenho empresarial (FLEURY; FLEURY, 2003). Além disso, este estudo expandiu a ótica de análise às empresas europeias, sob a argumentação de que, devido a diferenças de ordens econômica e institucional, as empresas de diferentes países demonstram características particulares em termos de inovação e responsabilidade socioambiental.

A partir dessa problemática, realizou-se o desenvolvimento da revisão de literatura, com o intuito de verificar a relevância e robustez de se examinar a relação entre as estratégias competitivas (inovação e RSC) e o desempenho multidimensional das empresas. Assim, diante das considerações teórico-conceituais e da fundamentação contida nos estudos empíricos correlatos foram estabelecidas as seguintes hipóteses de pesquisa: **H1**: Há diferenças significativas nas estratégias de inovação entre as empresas brasileiras e as europeias; **H2**: Há diferenças significativas nas estratégias de responsabilidade social corporativa entre as empresas brasileiras e as europeias; **H3**: As estratégias de inovação influenciam positivamente o desempenho das empresas brasileiras e europeias; e **H4**: As estratégias de responsabilidade social corporativa influenciam positivamente o desempenho das empresas brasileiras e europeias.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho foi analisar a relação entre as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa no desempenho das empresas no Brasil e Europa. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) comparar as estratégias de inovação e de responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras e europeias; b) Analisar o comportamento do desempenho operacional e financeiro das empresas brasileiras e europeias; e c) examinar os fatores determinantes das estratégias de

inovação e de responsabilidade social corporativa nas empresas do Brasil e da Europa, incluindo-se fatores endógenos, associados a atributos das empresas, e fatores exógenos associados ao entorno de mercado e cultural.

Para a consecução desses objetivos foram consideradas, 58 empresas industriais brasileiras listadas na B3 e 102 empresas industriais europeias listadas na Nyse Euronext, que disponibilizam informações para a construção das variáveis do estudo no período de análise, compreendendo o intervalo entre os anos 2013 a 2017, o que totalizou 686 observações.

Para cada objetivo específico foram realizados tratamentos exclusivos de análise de dados. Para o primeiro objetivo específico realizou-se uma análise descritiva comparativa entre as estratégias de inovação e RSC das empresas pesquisadas. Considerando o período de análise, constatou-se em todas as métricas utilizadas para mensurar o nível de inovação, as empresas europeias apresentaram resultados superiores. Os resultados também demonstram um interesse por parte das firmas brasileiras e europeias em inovar por todas as estratégias analisadas. Por meio de análise descritiva, também se constatou que as empresas europeias possuem melhores práticas de RSC. Esses resultados corroboraram a literatura nacional e internacional que aponta distinções entre essas estratégias de acordo com o contexto econômico que as empresas estão inseridas.

Ainda para o primeiro objetivo específico, realizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney, a partir do qual se constatou que a inovação, representada pelos ativos intangíveis de inovação, gastos com P&D e indicador *Environment Innovation*, e as práticas de RSC, representada pelo indicador padrão da base CSRhub são, em média, significativamente superiores nas empresas europeias, o que pode conduzir à reflexão sobre o papel dos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI) específicos de cada país, como também o processo de acumulação tecnológica comumente mais avançado em países desenvolvidos, além das exigências legais socioambientais europeias serem mais coercitivas.

No que concerne ao segundo objetivo específico, os resultados demonstraram que as empresas industriais brasileiras e europeias apresentam desempenhos distintos em todas as dimensões analisadas. A Visão Baseada em Recursos (RBV), base teórica que fundamenta esta investigação, dá respaldo à argumentação de que um desempenho multidimensional é representativo da vantagem competitiva. Dessa forma, por meio de estatística descritiva, observou-se que, em geral, as empresas europeias apresentam desempenho superior em todas as dimensões analisadas, e por apresentarem desempenho multidimensional superior ao das

empresas brasileiras, conseqüentemente conclui-se que estas possuem vantagens competitivas superiores dentro do mercado.

Para o terceiro objetivo específico, aplicou-se a análise de regressão logística (logit) onde identificou-se, entre características endógenas e exógenas, os fatores determinantes para os níveis de inovação e RSC das empresas da amostra. Os resultados indicaram a influência de dois fatores exógenos para os níveis de inovação: o desenvolvimento financeiro e o índice de aversão à incerteza dos países. Para o nível de RSC, foi identificada a influência do fator individualismo, concluindo que nos países onde o nível de individualismo é maior, o grau de RSC é menor. Ambos os achados, de forma geral, corroboram a literatura internacional que aponta tais fatores como influência indireta nas escolhas das estratégias empresariais utilizadas em cada país.

O objetivo geral foi atendido por meio da aplicação da regressão múltipla com utilização de dados em painel. Os achados conduzem a resultados diversos e indicam que, em todas as empresas da amostra, apenas o índice de inovação *Environment Innovation* apresentou influência do desempenho de mercado. Nas análises individuais, verificou-se influência dos gastos em P&D sobre o desempenho de mercado das empresas europeias. Analisando a RSC, verificou-se influência dessas práticas sobre o desempenho de atividade operacional das empresas brasileiras, e influência sobre o desempenho de eficiência operacional para as empresas europeias. Como os achados foram inconclusivos, não há suporte para aceitação das hipóteses **H₃** e **H₄**.

Diante das evidências apontadas, concluiu-se que as especificidades de cada frente estratégica e a percepção de retornos são diferentes, o que ficou claro pelas evidências dos efeitos serem significativos na percepção de mercado das empresas e não no retorno financeiro. Além disso, vale destacar que cada país possui diferenças nas regulamentações socioambientais e nos sistemas de inovação que podem dar suporte às diferenças verificadas neste estudo. À luz da RBV, todos os recursos, somados às competências inerentes à organização poderão trazer à empresa, após a adaptação, vantagens competitivas no mercado, grupo ou setor, onde elas atuam (BARNEY, 1991; WERNERFELT, 1984).

Na teoria RBV, compreende-se que mesmo que todas as organizações inseridas em determinado limite competitivo de mercado tivessem a sua disposição um agrupamento idêntico de recursos, ainda assim seriam percebidas distinções entre elas, pois a capacidade de extrair benefícios para a organização desse conjunto de recursos sempre é distinta.

Dessa forma, se a inovação é uma estratégia que busca o alcance de novos produtos e serviços, processos, métodos, e outros, não disponíveis aos concorrentes, coerentemente, associá-la aos fatores distintivos das empresas demonstra-se uma linha argumentativa aceitável. Sob a mesma perspectiva, também pautada nas concepções da RBV, a literatura defende que o comprometimento com questões ambientais, sociais e econômicas seria capaz de encaminhar a organização rumo a vantagens competitivas sustentáveis.

Esse debate, por si só, já se consolida oportuno tanto para o campo teórico – compreensão das discussões e relações potenciais entre a inovação e a RSC, como no campo prático – entendimento do processo das estratégias tendo em vista os aspectos contextuais.

Como contribuição prática, examinar a relação entre os constructos possibilita compreender de que forma as estratégias competitivas estão relacionadas individualmente com o desempenho das empresas, permitindo aos gestores, diante de uma análise avaliativa, perceberem que as estratégias competitivas de inovação e de RSC podem ser determinantes para a *performance* das firmas e que as mesmas devem ser analisadas preliminarmente à sua adoção, visando garantir investimentos mais eficientes.

Considerando o exposto, são apresentadas algumas limitações da pesquisa como a ausência do uso de defasagem temporal a fim de identificar os efeitos em longo prazo das estratégias de inovação e RSC no desempenho empresarial, bem como a composição da amostra com apenas um país emergente, sendo os demais de origem europeia.

Por fim, para pesquisas futuras, sugere-se: (i) verificar, no âmbito das empresas brasileiras, o relacionamento oposto, ou seja, a influência do desempenho multidimensional nas estratégias competitivas (inovação e RSC); (ii) utilizar medidas distintas ou adicionais referentes às estratégias de inovação e de RSC; (iii) analisar os relacionamentos entre as estratégias competitivas e o desempenho das firmas a partir de uma comparação entre blocos econômicos, o que aumentaria a amostra, bem como as variáveis exógenas que podem influenciar na adoção de estratégias empresariais.

REFERÊNCIAS

- AARONSON, S. A. How the Europeans got a head start on policies to promote global corporate responsibility. **Corporate Environmental Strategy**, v. 9, n. 4, p. 356-367, 2002.
- ALI, W.; FRYNAS, J. G.; MAHMOOD. Determinants of corporate social responsibility (CSR) disclosure in developed and developing countries: a literature review. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 24, n. 4, p. 273-294, 2017.
- ALLRED, B. B.; PARK, W. G. The influence of patent protection on firm innovation investment in manufacturing industries. **Journal of International Management**, v. 13, n. 2, p. 91-109, 2007.
- ALMEIDA, T. A.; SANTOS, L. M. F.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M. Estrutura de propriedade e Disclosure econômico e socioambiental nas maiores empresas do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 9, n. 4, 2015.
- AMIHUD, Y. Illiquidity and stock returns: cross-section and timeseries effects. **Journal of Financial Markets**, v. 5, n. 1, p. 31-56, 2002.
- ANDRADE, T. H. N. Inovação tecnológica e meio ambiente: a construção de novos enfoques. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 89-106, 2004.
- ARANHA, E. A.; GARCIA, N. A. Responsabilidade social corporativa e empreendedorismo: evidências e fragilidades. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 24, 2013.
- ARMINEN, H.; PUUMALAINEN, K.; PÄTÄRI, S.; FELLNHOFER, K. Corporate social performance: inter-industry and international differences. **Journal of Cleaner Production**, v. 177, n. 1, p. 426-437, 2017.
- ARMSTRONG, M. **Strategic human resource management: a guide to action**. 4 ed. London: Kogan Page, 2008.
- ARMSTRONG, M. **Strategic human resource management: a guide to action**. 4 ed. London: Kogan Page, 2008.
- ARROW, K. J. The economics of moral hazard: further comment. **American Economic Review**, v. 58 n. 3, p. 537-538, 1968.
- ARRUDA, M.; VERMULM, R.; HOLLANDA, S. **Inovação tecnológica no Brasil: a indústria em busca da competitividade global**. São Paulo: Anpei – Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras, 2006.
- BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 146, 2010.
- BARGERON, L. L.; LEHN, K. M.; ZUTTER, C. J. Sarbanes-Oxley and corporate risk-taking. **Journal of Accounting and Economics**, v. 49, n. 1-2, p. 34-52, 2010.
- BARNEA, A.; RUBIN, A. Corporate social responsibility as a conflict between shareholders. **Journal of business ethics**, v. 97, n. 1, p. 71-86, 2010.
- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.

- BARON, D. P.; HARJOTO, M. A.; JO, H. **The economics and politics of corporate social performance**. Stanford University Graduate School of Business Research Paper No. 1993. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1202390> (April 21, 2009), 2009.
- BARTOLONI, E. Capital structure and innovation: causality and determinants. **Empirica**, v. 40, n. 1, p. 111-151, 2013.
- BATAGLIA, W.; FRANKLIN, M. A.; CALDEIRA, A.; SILVA, A. A. Implicações das teorias ambientais para a administração estratégica. **Revista Gestão.Org**, v. 7, n. 3, p. 314-330, 2009.
- BAYRAKTAR, C. A.; HANCERLIOGULLARI, G.; CETINGUC, B.; CALISIR, F. Competitive strategies, innovation, and firm performance: an empirical study in a developing economy environment. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 29, n. 1, p. 38-52, 2017.
- BHUYAN, M.; LODH, S. C.; PERERA, N. The effects of corporate social disclosure on firm performance: empirical evidence from Bangladesh. In: Accounting and Finance Association of Australia and New Zealand Conference. **Anais...** Australia, p. 1-36, 2017.
- BLAZSEK, S.; ESCRIBANO, A. Patent propensity, R&D and market competition: Dynamic spillovers of innovation leaders and followers. **Journal of Econometrics**, v. 191, n. 1, p. 145-163, 2016.
- BLOCK, J. H.; KOHN, K.; MILLER, D.; ULLRICH, K. Necessity entrepreneurship and competitive strategy. **Small Business Economics**, v. 44, n. 1, p. 37-54, 2015.
- BLOCK, J. H.; WAGNER, M. The effect of family ownership on different dimensions of corporate social responsibility: Evidence from large US firms. **Business Strategy and the Environment**, v. 23, n. 7, p. 475-492, 2014.
- BORENSTEIN, C. R. Regulação e gestão competitiva em setores de infraestrutura: a procura de um equilíbrio dinâmico. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 4, p. 47-62, 1999.
- BOULOUTA, I.; PITELIS, C. N. Who needs CSR? The impact of corporate social responsibility on national competitiveness. **Journal of business ethics**, v. 119, n. 3, p. 349-364, 2014.
- BRAGA, C.; SAMPAIO, M. S. A.; SANTOS, A.; SILVA, P. P. Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 2, p. 230-262, 2011.
- BRITO, E. P. Z.; BRITO, L. A. L.; MORGANTI, F. Inovação e o desempenho empresarial: lucro ou crescimento? **Revista de Administração de Empresas**, v. 8, n. 1, Art. 6, 2009.
- BRITO, G. A. S.; CORRAR, L. J.; BATISTELLA, F. D. Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 43, 2007.
- BURLAMAQUI, L.; PROENÇA, A. Inovação, recursos e comprometimento: em direção a uma teoria estratégica da firma. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 2, n. 1, p. 79-110, 2003.
- BUSHMAN, R.; CHEN, Q.; Engel.; SMITH, A. Financial accounting information, organizational complexity and corporate governance systems. **Journal of Accounting and Economics**, v. 37, n. 2, p. 167-201, 2004.
- BYUS, K.; DEIS, D.; OUYANG, B. Doing well by doing good: Corporate social responsibility and profitability. **SAM Advanced Management Journal**, v. 75, n. 1, p. 44, 2010.

- CAIXETA, C. G. F.; LOPES, H. E. G.; BERNARDES, P.; CARDOSO, M. B. R.; CARVALHO NETO, A. M. Reputação corporativa e desempenho econômico-financeiro: um estudo em cinco grandes grupos empresariais brasileiros. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 1, n. 9, p. 86-109, 2011.
- CALAZANS, L. B. B.; SILVA, G. Inovação de processo: uma análise em empresas com práticas sustentáveis. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 2, p. 115, 2016.
- CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of management review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.
- CARVALHO, F. M.; KAYO, E. K.; MARTIN, D. M. L. Tangibilidade e intangibilidade na determinação do desempenho persistente de firmas brasileiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 871-889, 2010.
- CARVALHO, L.; AVELLAR, A. P.M. Innovation and productivity: empirical evidence for Brazilian industrial enterprises. **Revista de Administração**, v. 52, n. 2, p. 134-147, 2017.
- CASTRO, A. A.; BECERRA, P. P. D. Crecimiento empresarial basado en la Responsabilidad Social. **Pensamiento & Gestión**, n. 32, p. 1-26, 2012.
- CESPA, G.; CESTONE, G. Corporate social responsibility and managerial entrenchment. **Journal of Economics & Management Strategy**, v. 16, n. 3, p. 741-771, 2007.
- CHO, H.-J.; PUCIK, V. Relationship between innovativeness, quality, growth, profitability, and market value. **Strategic Management Journal**, v. 26, p. 555-575, 2005.
- CHOI, D. Y.; SAITO, R.; SILVA, V. A. B. Estrutura de capital e remuneração dos funcionários: evidência empírica no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 2, 2015.
- COAD, A.; SEGARRA, A.; TERUEL, M. Innovation and firm growth: Does firm age play a role? **Research Policy**, v. 45, n. 2, p. 387- 400, 2016.
- COMBS, J. G.; CROOK, T. R.; SHOOK, C. L. The dimension of organizational performance and its implications for strategic management research. In: KETCHEN, D. J.; BERGH, D. D. (Orgs). **Research methodology in strategy and management**. San Diego: Elsevier, 2005. p. 259-286.
- CRISÓSTOMO, V. L.; FREIRE, F. S. The influence of ownership concentration on firm resource allocations to employee relations, external social actions, and environmental action. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 17, n. 55, p. 987-1006, 2015.
- CROWLEY, F.; MCCANN, P. Firm innovation and productivity in Europe: evidence from innovation-driven and transition-driven economies. **Applied Economics**, v. 50, n. 11, p. 1203-1221, 2018.
- CRUZ, A. G. **Adoção e difusão de inovação no estado do Pará**: uma análise a partir do sistema regional de inovação (1995-2006). 2007. 166f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- CRUZ, H. N.; SOUZA, R. F. Sistema Nacional de Inovação e a Lei da Inovação: análise comparativa entre o Bayh-Dole Act e a Lei da Inovação Tecnológica. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 11, n. 4, p. 329-354, 2014.

- DAM, L.; SCHOLTENS, B. Does ownership type matter for corporate social responsibility?. **Corporate Governance: An International Review**, v. 20, n. 3, p. 233-252, 2012.
- DISCHINGER, M.; RIEDEL, N. Corporate taxes and the location of intangible assets within multinational firms. **Journal of Public Economics**, v. 95, n. 7, p. 691-707, 2011.
- DJANKOV, S.; PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A. The law and economics of self-dealing. **Journal of financial economics**, v. 88, n. 3, p. 430-465, 2008.
- DOSI, G.; SOETE, L. Technology gaps and cost-based adjustment: some explorations on the determinants of international competitiveness. **Metroeconomica**, v. 35, n. 3, p. 197-222, 1983.
- EDING, E.; SCHOLTENS, B. Corporate social responsibility and shareholder proposals. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 24, n. 6, p. 648-660, 2017.
- FAGERBERG, J; SRHOLEC, M. National innovation systems, capabilities and economic development. **Research policy**, v. 37, n. 9, p. 1417-1435, 2008.
- FAMA, E. F.; FRENCH, K. R. Common risk factors in returns on stocks and bonds. **Journal of Financial Economics**, v. 33, n. 1, p. 3-56, 1993.
- FELTHAM, G. D.; ISSAC, G. E.; MBAGWU, C.; VAIDYANATHAN, G. Perhaps EVA does beat earnings – revisiting previous evidence. **Journal of Applied Corporate Finance**, v. 16, n. 1, p. 83-88, 2004.
- FERNANDES, C. I.; FERREIRA, J. J. M.; RAPOSO, M. L. Drivers to firm innovation and their effects on performance: an international comparison. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 9, p. 557-580, 2013.
- FERNANDEZ- FEIJOO, B.; ROMERO, S.; RUIZ, S. Multilevel approach to sustainability report assurance decisions. **Australian Accounting Review**, v. 25, n. 4, p. 346-358, 2015.
- FERNANDEZ-FEIJOO, B.; ROMERO, S.; RUIZ, S. Multilevel approach to sustainability report assurance decisions. **Australian Accounting Review**, v. 25, n. 4, p. 346-358, 2015.
- FISMAN, Ray; HEAL, Geoffrey; NAIR, Vinay. A model of corporate philanthropy. **Columbia University and University of Pennsylvania**, 2006.
- FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L. Estratégias competitivas e competências essenciais: perspectivas para a internacionalização da indústria no Brasil. **Gestão & Produção**, v. 10, n. 2, p. 129-144, 2003.
- FLORIANI, R.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Reflexos das inovações nos índices de rentabilidade de empresas. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 7, n. 2, p. 96-115, 2013.
- FREEMAN, R. E. Divergent stakeholder theory. **Academy of management review**, v. 24, n. 2, p. 233-236, 1999.
- FREGUETE, L. M.; NOSSA, V.; FUNCHAL, B. Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro das empresas brasileiras na crise de 2008. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 2, p. 232, 2015.
- FREGUETE, L. M.; NOSSA, V.; FUNCHAL, B. Corporate social responsibility and Brazilian firms' financial performance. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 2, p. 232-248, 2015.

- FREITAS, A. R. P.; KOBAL, A. B. C.; DE LUCA, M. M. M.; VASCONCELOS, A. C. Indicadores ambientais: um estudo comparativo entre empresas brasileiras e espanholas. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 34-51, 2013.
- FURTADO, A. T.; CARVALHO, R. Q. Padrões de intensidade tecnológica da indústria brasileira: um estudo comparativo com os países centrais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 70-84, 2005.
- GANESCU, C.; GANGONE, A.; ASANDEI, M. Assessing the impact of the national cultural framework on responsible corporate behaviour towards consumers: an application of Geert Hofstede's cultural model. **Amfiteatru Economic**, v. 16, n. 35, p. 351, 2014.
- GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W. **Contabilidade gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
- GIFFORD, S. Innovation, firm size and growth in a centralized organization. **The Rand Journal of Economics**, v. 23, n. 2, p. 284-298, 1992.
- GOMES, C. M.; KRUGLIANSKAS, I.; HOURNEAUX JÚNIOR, F.; SCHERER, F. L. Gestão da inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável em empresas internacionalizadas. **Gestão e Regionalidade**, v. 25, n. 73, art. 3, p. 35-47, 2009.
- HALKOS, G.; SKOULOUDIS, A. National CSR and institutional conditions: An exploratory study. **Journal of Cleaner Production**, v. 139, p. 1150-1156, 2016.
- HANSEN, E. G.; GROSSE-DUNKER, F.; REICHWALD, R. **Sustainability innovation cube: a framework to evaluate sustainability of product innovations**. 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1440338>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- HART, S. L. A natural-resource-based view of the firm. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 986-1014, 1995.
- HAWAWINI, G.; SUBRAMANIAN, V.; VERDIN, P. Is performance driven by industry-or firm-specific factors? A new look at the evidence. **Strategic Management Journal**, v. 24, n. 1, p. 1-16, 2003.
- HITT, M. A.; HOSKISSON, R. E.; KIM, H. International diversification: effects on innovation and firm performance in product-diversified firms. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 4, p. 767-798, 1997.
- HITT, M.; IRELAND, R.; HOSKISSON, R. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.
- HO, F. N.; WANG, H. M. D.; VITELL, S. J. A global analysis of corporate social performance: The effects of cultural and geographic environments. **Journal of Business Ethics**, v. 107, n. 4, p. 423-433, 2012.
- HOLANDA, A. P.; ALMADA, S. R.; DE LUCA, M. M. M.; GALLON, A. V. Desempenho socioambiental nas empresas do setor elétrico brasileiro: uma questão relevante para o desempenho financeiro? **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, p. 53-72, 2011.
- HSU, C. W.; LIEN, Y. C.; CHEN, H. R&D internationalization and innovation performance. **International Business Review**, v. 24, n. 2, p. 187-195, 2015.
- HSU, P. H.; TIAN, X.; XU, Y. Financial development and innovation: Cross-country evidence. **Journal of Financial Economics**, v. 112, n. 1, p. 116-135, 2014.
- HUGHEY, C. J.; SULKOWSKI, A. J. More disclosure= better CSR reputation? An examination of CSR reputation leaders and laggards in the global oil & gas industry. **Journal of Academy of Business and Economics**, v. 12, n. 2, p. 24-34, 2012.

- HUSSLER, C. Culture and knowledge spillovers in Europe: new perspectives for innovation and convergence policies?. **Economics of Innovation and New Technology**, v. 13, n. 6, p. 523-541, 2004.
- HUSTED, B. W.; ALLEN, D. B.; KOCK, N. Value creation through social strategy. **Business & Society**, v. 54, n. 2, p. 147-186, 2015.
- IWATA, H.; OKADA, K. How does environmental performance affect financial performance? Evidence from Japanese manufacturing firms. **Ecological Economics**, v. 70, n. 9, p. 1691-1700, 2011.
- JACOMETTI, M.; BULGACOV, S. Análise das interfaces da gestão com o processo estratégico, ambiente e desempenho organizacional: um referencial de análise metateórico. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 13, n. 1, p. 4-24, 2012.
- JACOMETTI, M.; SANCHES, M. A. B.; GONÇALVES, S. A. Análise da estratégia pela perspectiva das teorias institucional e da estruturação. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 6, n. 3, p. 125-155, 2013.
- JAMALI, D. A stakeholder approach to corporate social responsibility: A fresh perspective into theory and practice. **Journal of Business Ethics**, v. 82, n. 1, p. 213-231, 2008.
- JAMALI, D.; KARAM, C. Corporate social responsibility in developing countries as an emerging field of study. **International Journal of Management Reviews**, v. 20, n. 1, p. 32-61, 2018.
- JEFFERSON, G.; HU, A. G. Z.; GUAN, X.; YU, X. Ownership, performance, and innovation in China's large-and medium-size industrial enterprise sector. **China Economic Review**, v. 14, p. 89-113, 2003.
- KAASA, A.; VADI, M. How does culture contribute to innovation? Evidence from European countries. **Economics of innovation and new technology**, v. 19, n. 7, p. 583-604, 2010.
- KANG, W.; FORNES, G. Where are they going? Case of British and Japanese human resource management. **Journal of Asia Business Studies**, v. 11, n. 3, p. 296-322, 2017.
- KANNEBLEY JÚNIOR, S.; PORTO, G. S.; PAZELLO, E. T. Inovação na indústria brasileira: uma análise exploratória a partir da Pintec. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 3, n. 1, p. 87-128, 2004.
- KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas**: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- KAYO, E. K.; KIMURA, H.; MARTIN, D. M. L.; NAKAMURA, W. T. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 73-90, 2006.
- KAYO, E. K.; TEH, C. C.; BASSO, L. F. C. Ativos intangíveis e estrutura de capital: a influência das marcas e patentes sobre o endividamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 41, n. 2, p. 158-168, 2006.
- KHANNA, T.; PALEPU, K. G.; SRINIVASAN, S. Disclosure practices of foreign companies interacting with US markets. **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, p. 475-508, 2004.
- KIM, K. S. Value management and common accounting performance measures for corporations. **Expert Systems with Applications**, v. 22, p. 331-336, 2002.

- KIM, K.; KIM, M.; QIAN, C. Effects of corporate social responsibility on corporate financial performance: A competitive-action perspective. **Journal of Management**, v. 44, n. 3, p. 1097-1118, 2018.
- KIM, Y. Environmental, sustainable behaviors and innovation of firms during the financial crisis. **Business Strategy and the Environment**, v. 24, p. 58-72, 2015.
- KLOMP, L.; LEEUWEN, G. V. Linking innovation and firm performance: a new approach. **International Journal of the Economics of Business**, v. 8, n. 3, p. 343-364, 2001.
- KNEIPP, J. M.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R.; GOMES, C. M. Características determinantes no nível de divulgação de informação em relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 12, n. 2, p. 295-338, 2013.
- KNIGHT, G. A.; LIESCH, P. W. Internationalization: From incremental to born global. **Journal of World Business**, v. 51, n. 1, p. 93-102, 2016.
- LAMEIRA, V. J.; NESS JÚNIOR, W. L.; QUELHAS, O. L. G.; PEREIRA, R. G. Sustentabilidade, valor, desempenho e risco no mercado de capitais brasileiro. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 15, n. 46, p. 76-90, 2013.
- LEE, R. P.; CHEN, Q. M. The immediate impact of new product introductions on stock price: the role of firm resources and size. **Journal of Product Innovation Management**, v. 26, n. 1, p. 97-107, 2009.
- LEV, B. **Intangibles: management, measurement, and reporting**. Washington: Brookings, 2001.
- LINS, K. V.; SERVAES, H.; TAMAYO, A. Social capital, trust, and firm performance: The value of corporate social responsibility during the financial crisis. **The Journal of Finance**, v. 72, n. 4, p. 1785-1824, 2017.
- LONCAN, T. R.; CALDEIRA, J. F. Capital structure, cash holdings and firm value: a study of Brazilian listed firms. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 64, p. 46-59, 2014.
- LÓPEZ, M. V.; GARCÍA, A.; RODRIGUEZ, L. Sustainable development and corporate performance: a study based on the Dow Jones Sustainability Index. **Journal of Business Ethics**, 75, p. 285-300, 2007.
- LUO, X.; DU, S. Exploring the relationship between corporate social responsibility and firm innovation. **Marketing Letters**, v. 26, n. 4, p. 703-714, 2015.
- LUO, X.; WANG, H.; RAITHEL, S. Corporate social performance, analyst stock recommendations, and firm future returns. **Strategic Management Journal**, v. 36, n. 1, p. 123-136, 2015.
- MACEDO, M. A. S.; SANTOS, R. M.; SILVA, F. F. Desempenho organizacional no setor bancário brasileiro: uma aplicação da análise envoltória de dados. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 7, n. 1, p. 11-44, 2006.
- MADORRAN, C.; GARCIA, T. Corporate social responsibility and financial performance: the Spanish case. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 1, p. 20-28, 2016.
- MALLIN, C.; FARAG, H.; OW-YONG, K. Corporate social responsibility and financial performance in Islamic banks. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 103, p. S21-S38, 2014.

- MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, p. 61-82, 2008.
- MATTEN, D.; MOON, J. “Implicit” and “explicit” CSR: A conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. **Academy of management Review**, v. 33, n. 2, p. 404-424, 2008.
- MCGAHAN, A.; PORTER, M. E. The persistence of shocks to profitability: comparing the market-structure and chicago views. **Review of Economics and Statistics**, v. 81, n. 1, p. 43-53, 1999.
- McWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. Corporate social responsibility: a theory of the firm perspective. **Academy of Management Review**, v. 26, n. 1, p. 117-127, 2001.
- MEDEIROS, O. R.; COSTA, P. S.; SILVA, C. A. T. Testes empíricos sobre o comportamento assimétrico dos custos nas empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.16, n. 38, maio/ago. 2005.
- MELO, T. M.; CORREA, A. L.; CARVALHO, E. G.; POSSAS, M. L. Competitividade e gap tecnológico – uma análise comparativa entre Brasil e países europeus selecionados. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 16, n. 1, p. 129-156, 2017.
- MICHELON, G. Sustainability disclosure and reputation: a comparative study. **Corporate Reputation Review**, v. 14, n. 2, p. 79-96, 2011.
- MIRANDA, K. F.; VASCONCELOS, A. V.; DE LUCA, M. M. M.; CABRAL, J. E. O. A capacidade inovativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas inovadoras brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 81, n. 2, p. 269-299, 2015.
- MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. **Academy of management review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.
- MORAES, W. F. A.; FLORÊNCIO, C. N.; OMAKI, E. T. Uma década de sucesso: estratégias competitivas de grandes empresas brasileiras exitosas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2001.
- MORROW JR., J.L.; SIRMON, D.G.; HITT, M.A.; HOLCOMB, T.R. Creating value in the face of declining performance: firm strategies and organizational recovery. **Strategic Management Journal**, v. 28, n. 3, p. 271-283, 2007.
- MOURA, P.; GALINA, S. V. R. Empresas multinacionais de origem brasileira e a publicação internacional de patentes. **Revista de Administração e Inovação**, v. 6, n. 3, p. 26-45, 2009.
- MULLER, A.; KOLK, A. Responsible tax as corporate social responsibility: the case of multinational enterprises and effective tax in India. **Business & Society**, v. 54, n. 4, p. 435-463, 2015.
- NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.
- NAVARRO, A. C.; SILVA, A. F.; PARISI, C.; ROBLES JÚNIOR, A. Decisões de investimento e rentabilidade futura: estudo empírico com companhias abertas não financeiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 1, p. 19-34, 2013.

- NEAL, R.; COCHRAN, P.L. Corporate social responsibility, corporate governance, and financial performance: lessons from finance. **Business Horizons**, v. 51, n. 6, p. 535-540, 2008.
- NEJATI, M.; GHASEMI, S. Corporate social responsibility in Iran from the perspective of employees. **Social Responsibility Journal**, v. 8, n. 4, p. 578-588, 2012.
- NEKHILI, M.; BOUBAKER, S.; LAKHAL, F. Ownership structure, voluntary R&D disclosure and market value of firms: the French case. **International Journal of Business**, v. 17, n. 2, p. 126, 2012.
- O'BRIEN, J. P. The capital structure implications of pursuing strategy of innovation. **Strategic Management Journal**, v. 24, n. 5, p. 415-431, May 2003.
- OECD – Organisation for Economic Cooperation and Development. **Building an open and innovative government for better policies and service delivery**. Background document for session Expert meeting. Paris: OECD, 2010.
- OH, W. Y.; CHANG, Y. K.; MARTYNOV, A. The effect of ownership structure on corporate social responsibility: Empirical evidence from Korea. **Journal of business ethics**, v. 104, n. 2, p. 283-297, 2011.
- OLIVEIRA, E. C.; TATTO, L. Uma leitura sobre a percepção de autores em relação aos conceitos de estratégia. **Revista Brasileira de Estratégia**, v. 6, n. 1, p. 57-67, 2012.
- OLIVEIRA, M. C.; ARAÚJO JÚNIOR, J. F.; OLIVEIRA, O. D.; PONTE, V. M. R. Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 5, n. 1, p. 2-26, 2012.
- PACE, E. S. U.; BASSO, L. F. C.; SILVA, M. A. Indicadores de desempenho como direcionadores de valor. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 1, p. 37-65, 2003.
- PARK, C. W.; EISINGERICH, A. B.; POL, G.; PARK, J. W. The role of brand logos in firm performance. **Journal of Business Research**, v. 66, n. 2, p. 180-187, 2013.
- PÄTÄRI, S.; ARMINEN, H.; TUPPURA, A.; JANTUNEN, A. Competitive and responsible? The relationship between corporate social and financial performance in the energy sector. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 37, p. 142-154, 2014.
- PAULA, J.; MIRANDA, M. I.C. Análise do padrão de comércio entre os países do BRICS. **Ensaio FEE**, v. 37, n. 4, p. 1005, 2017.
- PENG, Y. S.; DASHDELEG, A. U.; CHIH, H. L. Does National Culture Influence Firm's CSR Engagement: a Cross Country Study. **International Proceedings of Economics Development and Research**, v. 58, p. 40, 2012.
- PENROSE, E. T. **The theory of the growth of the firm**. Oxford: Basil Blackwell, 1959.
- PEREIRA, B. A. D.; WOTTRICH, V. H.; DALMORO, M.; VENTURINI, J. C. A comunicação da responsabilidade social empresarial (RSE) na Suécia, Tailândia e Brasil: uma abordagem comparativa em empresas de construção civil. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 55, p. 621-639, 2010a.
- PEREIRA, J. V. I. Sustentabilidade: diferentes perspectivas, um objectivo comum. **Economia Global e Gestão**, v. 14, n. 1, p. 115-126, 2009.
- PEREIRA, M. F.; RIBEIRO, M. L. G.; LISONI, J.; CARIO, S. F. Processo de mudança e adaptação estratégica em uma empresa familiar brasileira: o caso da Reunidas S/A. **Organizações em Contexto**, ano 6, n. 11, p. 86-124, 2010b.

- PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista de Contabilidade e Finanças**, n. 40, p. 7-24, 2006.
- PEROBELLI, F. F. C.; FAMÁ, R.; SACRAMENTO, L. C. Relações entre liquidez e retorno nas dimensões contábil e de mercado no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 71, p. 259-272, maio/ago. 2016.
- PERRINI, F. Building a European portrait of corporate social responsibility reporting. **European Management Journal**, v. 23, n. 6, p. 611-627, 2005.
- PINSKY, V. C.; MORETTI, S. L. A.; KRUGLIANSKAS, I.; PLONSKI, G. A. Inovação sustentável: uma perspectiva comparada da literatura internacional e nacional. **Revista de Administração e Inovação**, v. 12, n. 3, p. 226-250, 2015.
- PITASSI, C. A virtualidade nas estratégias de inovação aberta: proposta de articulação conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 619-641, 2012.
- PORTER, M. E. What is strategy? **Harvard Business Review**, p. 61-78, Nov./Dec. 1996.
- PORTER, M.E. **Competitive advantage: creating and sustaining superior performance**. New York: Free Press, Collier Macmillan, 1985.
- PÓVOA, L. M. C. **Patentes de universidades e institutos públicos de pesquisa e a transferência de tecnologia para empresas no Brasil**. 2009. 153 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais do Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- POWELL, T. C.; ARREGLE, J. -L. Firm performance and the axis of errors. **Journal of Management Research**, v. 7, n. 2, p. 59-77, 2007.
- PRADHAN, R. P.; ARVIN, M.B.; BAHMANI, S. Are innovation and financial development causative factors in economic growth? Evidence from a panel granger causality test. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 132, n. 1, p. 130-142, 2018.
- PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. The core competence of the corporation. **Harvard Business Review**, v. 68, n. 3, p. 79-91, maio/jun. 1990.
- PRIEM, R. L.; BUTLER, J. E. Is the resource-based “view” a useful perspective for Strategic management research? **Academy of Management Review**, v. 26, n. 1, p. 22-40, 2001.
- QUEIROZ, O. R. **O impacto do crescimento de gastos em P&D na taxa de crescimento dos lucros das empresas de acordo com o modelo OJ: um estudo no mercado de capitais brasileiro**. 2009. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Fucape Business School, Brasília, 2009.
- RAIFUR, L.; SOUSA, A. F. Impacto dos Indicadores Econômico-Financeiros de Curto Prazo sobre o Valor da Empresa. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 7, n. 1, p. 8-24, 2015.
- RAMOS, A.; ZILBER, S. N. O impacto do investimento na capacidade inovadora da empresa. **Revista de Administração e Inovação**, v. 12, n. 1, p. 303-325, 2015.
- RAUEN, A. T.; FURTADO, A. T. Indústria de alta tecnologia: uma tipologia baseada na intensidade de P&D e no desempenho comercial. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 13, n. 2, p. 405-432, 2014.
- RHOU, Y.; SINGAL, M.; KOH, Y. CSR and financial performance: The role of CSR awareness in the restaurant industry. **International Journal of Hospitality Management**, v. 57, p. 30-39, 2016.

- RIBEIRO, A. M.; VAN BELLEN, H. M.; CARVALHO, L. N. G. Regulamentar faz diferença? O caso da evidência ambiental. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 137-154, 2011.
- RIBEIRO, M. G. C.; MACEDO, M. Á. S.; MARQUES, J. A. V. C. Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, p. 60-79, 2012.
- RICHARD, P. J.; DEVINNEY, T.; YIP, G.; JOHNSON, G. Measuring organizational performance: towards methodological best practice. **Journal of Management**, v. 35, n. 3, p. 718-804, 2009.
- RINGOV, D.; ZOLLO, M. The impact of national culture on corporate social performance. **Corporate Governance: The international journal of business in society**, v. 7, n. 4, p. 476-485, 2007.
- ROSSETO, C. R.; ROSSETO, A. M. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **Revista de Administração de Empresas**, v. 4, n. 1, Art. 7, 2005.
- ROSSONI, L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Legitimidade, governança corporativa e desempenho: análise das empresas da BM&FBovespa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 3, p. 272-289, 2013.
- RUMELT, R. P. **What in the world is competitive advantage?**. Policy Working Paper. 2003-105. University of California, Los Angeles, 1991.
- SAMBIASE, M. F.; FRANKLIN, M. A.; TEIXEIRA, J. A. Inovação para o desenvolvimento sustentável como fator de competitividade para as organizações: um estudo de caso Duratex. **Revista de Administração e Inovação**, v. 10, n. 2, p. 144, 2013.
- SAMIMI, P.; JENATABADI, H. S. Globalization and economic growth: Empirical evidence on the role of complementarities. **PloS one**, v. 9, n. 4, p. 1-6, 2014.
- SANTOS, D. F. L.; BASSO, L. F. C.; KIMURA, H.; KAYO, E. K. Innovation efforts and performances of Brazilian firms. **Journal of Business Research**, v. 67, n. 4, p. 527-535, 2014.
- SANTOS, J. G. C.; VASCONCELOS, A. C.; LUCA, M. M. M. Perfil da inovação e da internacionalização de empresas transnacionais. **RAI**, v. 10, n. 1, p. 189, 2013.
- SANTOS, L. A. A.; SIMÕES, L. S.; BUCK, T. A. Innovation as a strategy for sustainable development practiced by companies. **Journal on Innovation and Sustainability**, v. 4, n. 3, p. 3-28, 2013.
- SCHMALENSEE, R. Do markets differ much?. **The American Economic Review**, v. 75, n. 3, p. 341-351, 1985.
- SCHREIBER, D.; MENDES, G. S. Análise da combinação do processo de inovação com as práticas ambientais. **Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí**, v. 3, n. 4, p. 54-68, 2014.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SHABBIR, M. Innovation and competitiveness lead to industrial trade. **Small Business Economics**, v. 44, n. 1, p. 37-54, 2015

- SHIMIZU, U. K. **A influência da inovação no desempenho das firmas no Brasil**. 2013. 274 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.
- SOARES, R. A. **Fatores que influenciam o desempenho social corporativo**: uma análise multinível com empresas brasileiras e canadenses. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2016.
- SOLLEIRO, J. L.; CASTAÑÓN, R. Competitiveness and innovation systems: the challenges for Mexico's insertion in the global context. **Technovation**, v. 25, n. 9, p. 1059-1070, 2005.
- SOOD, A.; TELLIS, G.J. Do innovations really pay off? Total stock market returns to innovation. **Marketing Science**, v. 28, n. 3, p. 442-456, 2009.
- TANG, Z.; HULL, C. E.; ROTHENBERG, S. How corporate social responsibility engagement strategy moderates the CSR–financial performance relationship. **Journal of Management Studies**, v. 49, n. 7, p. 1274-1303, 2012.
- TAVASSOLI, S.; KARLSSON, C. Persistence of Various Types of Innovation Analyzed and Explained. **Research Policy**, v. 44, n. 1, p. 1887–1901, 2015.
- TEECE, D. J.; PISANO, G.; SHUEN, A. Dynamic capabilities and strategic management. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997.
- TEH, C. C.; KAYO, E. K.; KIMURA, H. Marcas, patentes e criação de valor. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 1, p. 86-106, 2008.
- THANETSUNTHORN, N. The impact of national culture on corporate social responsibility: evidence from cross-regional comparison. **Asian Journal of Business Ethics**, v. 4, n. 1, p. 35-56, 2015.
- TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- TORUGSA, N.A.; O'DONOHUE, W.; HECKRE, R. Capabilities, proactive CSR and financial performance in SMEs: empirical evidence from an Australian manufacturing industry sector. **Journal of Business Ethics**, v. 109, p. 483-500, 2012.
- TUTINO, M. Which metrics are relevant in European listed companies? Evidence from nineties. **Corporate Ownership & Control**, v. 8, n. 2, p. 566-588, 2011.
- USMAN, M.; SHAIQUE, M.; KHAN, S.; SHAIKH, R.; BAIG, N. Impact of R&D Investment on Firm Performance and Firm Value: Evidence from Developed Nations (G-7) . **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 2, p. 302-321, 2017.
- VAIA, G.; BISOGNO, M.; TOMMASETTI, A. Investigating the Relationship between the Social and Economic-financial Performance. **Applied Finance and Accounting**, v. 3, n. 1, p. 55-64, 2017.
- VAN-DER-BOOR, P.; OLIVEIRA, P.; VELOSO, F.. Users as innovators in developing countries: The global sources of innovation and diffusion in mobile banking services. **Research Policy**, v. 43, n. 9, p. 1594-1607, 2014.
- VARGAS, M. I. R. Determinant factors for small business to achieve innovation, high performance and competitiveness: organizational learning and leadership style. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 169, n. 1, p. 43-52, 2015.

- WAARTS, E.; VAN EVERDINGEN, Y. The Influence of National Culture on the Adoption Status of Innovations: An Empirical Study of Firms Across Europe. **European Management Journal**, v. 23, n. 6, p. 601-610, 2005.
- WADDOCK, S. A.; GRAVES, S. B. The corporate social performance-financial performance link. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 4, p. 303-319, 1997.
- WARING, G. F. Industry differences in the persistence of firm-specific returns. **American Economic Review**, v. 86, n. 5, p. 1253-1265, 1996.
- WELZEL, E. **Corporate social responsibility im rahmen internationaler wertschöpfungsaktivitäten winflussfaktoren der CSR am beispiel von brasilianischen industrieunternehmen mit deutschem kapital**. 2012. 288 f. Tese (Doctor Rerum Politicarum, Dr. rer. pol.) – Friedrich-Schiller-Universität Jena, FSU-JENA, Alemanha, 2012.
- WERNERFELT, B. A resource-based view of the firm. **Strategic Management Journal**, v. 5, n. 2, p. 171-180, 1984.
- WESTERMANN, S.; NIBLOCK, S.J.; KORTT, M. Does it pay to be responsible? An empirical investigation of corporate social responsibility and REITs in Australia. SSRN Working Paper, **School of Business and Tourism**, Southern Cross University, Australia, 2017.
- WIGGINS, R. R.; RUEFLI, T. W. Sustained competitive advantage: temporal dynamics and the incidence and persistence of superior economic performance. **Organization Science**, v. 13, n. 1, p. 81-105, 2002.
- WILLIAMS, L. K.; MCGUIRE, S. J. J. Effects of national culture on economic creativity and innovation implementation. **The Institutions of Market Exchange**, v. 3, n. 1, p. 31-40, 2005.
- YUKE, C. H. A. I.; XIAOMIN, G. U. Study on the relationship between R&D expenditures, capital structure and enterprise innovation performance. **Canadian Social Science**, v. 11, n. 4, p. 60-67, 2015.
- YUKE, C. H. A. I.; XIAOMIN, G. U. Study on the relationship between R&D expenditures, capital structure and enterprise innovation performance. **Canadian Social Science**, v. 11, n. 4, p. 60-67, 2015.
- ZORZO, L. S.; DIEHL, C. A.; VENTURINI, J. C.; ZAMBON, E. P. The relationship between the focus on innovation and economic efficiency: a study on brazilian electric power distribution companies. **Revista de Administração e Inovação**, v. 14, n. 3, p. 235-249, 2017.

APÊNDICE A – EMPRESAS DA AMOSTRA

EMPRESAS BRASILEIRAS	
1	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV
2	BRF BRASIL FOODS SA
3	BRASKEM S/A
4	COMPANHIA DE CONCESSOES RODOVIARIAS
5	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA
6	COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO (CESP)
7	COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO
8	COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
9	CPFL ENERGIA SA
10	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA PRF B
11	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO
12	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG
13	COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
14	CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
15	DURATEX S.A.
16	ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGISTICA SA
17	TRACTEBEL ENERGIA SA
18	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRA SA
19	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.
20	EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.
21	ENERGIAS DO BRASIL SA
22	EQUATORIAL ENERGIA S/A
23	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA
24	FIBRIA CELULOSE SA
25	GAFISA S.A.
26	GERDAU S.A.
27	METALURGICA GERDAU S.A.
28	HYPERMARCAS SA
29	JBS SA
30	KLABIN S.A.
31	LIGHT S/A
32	M. DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS
33	MMX MINERACAO E METALICOS SA
34	MARFRIG ALIMENTOS S/A
35	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A
36	NATURA COSMETICOS S.A.
37	OI S.A.
38	PDG REALTY SA EMPREEND E PARTICIPACOES
39	PETROLEO BRASILEIRO SA
40	MARCOPOLO SA
41	PETRO RIO SA
42	ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A.

43	CELULOSE IRANI	
44	COSAN LOGISTICA SA	
45	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	
46	COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP	
47	SUZANO PAPEL E CELULOSE SA	
48	TRANSMISSORA ALIANCA DE ENERGIA ELETRICA SA	
49	TERRA SANTA AGRO AS	
50	AES TIETE S.A.	
51	TIM PARTICIPACOES S.A.	
52	TOTVS SA	
53	COMPANHIA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA PAULISTA	
54	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	
55	USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS	
56	VALE	
57	TELEFONICA BRASIL SA	
58	WEG S/A	
EMPRESAS EUROPEIAS		PAÍS
59	AALBERTS INDUSTRIES	Holanda
60	ANHEUSER-BUSCH INBEV NV	Bélgica
61	AGFA-GEVAERT	Bélgica
62	AIRBUS	Holanda
63	AIR FRANCE - KLM	França
64	AIR LIQUIDE	França
65	AKZO NOBEL NV	Holanda
66	ALSTOM SA	França
67	ALTRAN TECHNOLOGIES	França
68	ARCADIS NV	Holanda
69	ASM INTERNATIONAL NV	Holanda
70	ASML	Holanda
71	ATOS ORIGIN SA	França
72	DASSAULT AVIATION S.A.	França
73	KONINKLIJKE BAM GROEP NV	Holanda
74	BARCO NEW STRIP VVPR	Bélgica
75	BEKAERT SA	Bélgica
76	BOLLORE SA	França
77	BONDUELLE	França
78	BOUYGUES SA	França
79	KONINKLIJKE WESSANEN N.V.	Holanda
80	BENETEAU	França
81	CORBION NV	Holanda
82	GROUPE DANONE	França
83	DASSAULT SYSTEMES	França
84	CHRISTIAN DIOR	França
85	KONINKLIJKE DSM	Holanda

86	EDP RENOVAVEIS	Portugal
87	ERAMET	França
88	ESSILOR INTERNATIONAL	França
89	EUROFINS SCIENT.	Luxemburgo
90	FLEURY MICHON	França
91	EIFFAGE	França
92	FUGRO NV	Holanda
93	CGG VERITAS	França
94	LISI S.A.	França
95	GFI INFORMATIQUE S.A.	França
96	BOURBON	França
97	HEIJMANS NV	Holanda
98	HEINEKEN NV	Holanda
99	HEINEKEN HLDG N.V.	Holanda
100	HIGHCO S.A.	França
101	HERMES INTERNATIONAL	França
102	IMERYS	França
103	INGENICO CORP.	França
104	IPSOS	França
105	JCDECAUX UK LTD	França
106	J MARTINS	Portugal
107	KONINKLIJKE KPN NV	Holanda
108	LAGARDERE GROUPE	França
109	ALTEN	França
110	LVMH	França
111	MANITOU BF S.A.	França
112	MAUREL ET PROM	França
113	MICHELIN	França
114	M6-METROPOLE TV	França
115	ARCELORMITTAL	Luxemburgo
116	NEXANS SA	França
117	NEOPOST	França
118	ORANGE S.A.	França
119	L'OREAL	França
120	PERNOD RICARD USA	França
121	PSA PEUGEOT CITROËN	França
122	KONINKLIJKE PHILIPS ELECTRONICS NA	Holanda
123	PLASTIC OMNIUM	França
124	POSTNL N.V.	Holanda
125	PUBLICIS GROUPE SA	França
126	RANDSTAD HOLDING NV	Holanda
127	REMY COINTREAU USA, INC	França
128	ROYAL DUTCH SHELL	Reino Unido
129	RELX GROUP	Holanda

130	RENAULT SA	França
131	ROBERTET SA	França
132	TELEPERFORMANCE	França
133	RUBIS	França
134	SAFRAN SA	França
135	SANOFI	França
136	SBM OFFSHORE NV	Holanda
137	SCHNEIDER ELECTRIC	França
138	VINCI SA	França
139	SAINT-GOBAIN CORPORATION	França
140	SOLVAY SA	Bélgica
141	SOPRA GROUP S.A.	França
142	SARTORIUS STEDIM BIOTECH S.A.	França
143	STEF S.A.	França
144	KENDRION N.V.	Holanda
145	THALES SA	França
146	TF1 (TELEVISION FRANCAISE 1)	França
147	TOTAL PETROCHEMICALS	França
148	TKH GROUP N.V.	Holanda
149	UBISOFT ENTERTAINMENT	França
150	UMICORE SA	Bélgica
151	UNILEVER NV	Holanda
152	VICAT SA	França
153	VEOLIA ENVIRONNEMENT	França
154	VILMORIN	França
155	VIRBAC	França
156	VIVENDI INC	França
157	VALLOUREC	França
158	VALEO SA	França
159	KONINKLIJKE VOPAK N.V.	Holanda
160	WOLTERS KLUWER	Holanda